

ANA FLÁVIA CERNIC RAMOS

UNIDADE	53
ACADÊMICA	
PROFESSOR	
DISCIPLINA	
PERÍODO	
PROVA	
DATA	
Nº CRD	

POLÍTICA E HUMOR NOS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA: A SÉRIE "BALAS DE ESTALO" (1883-1884)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Sidney Chalhoub.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28 / 02 / 2005

BANCA

Schal

Prof. Dr. Sidney Chalhoub (orientador)

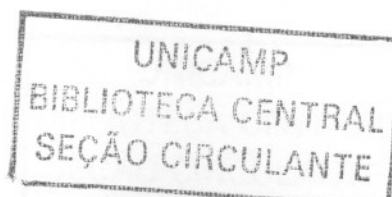
Marson.

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson (membro)

lh

Prof. Dr. Leonardo Affonso de Miranda Pereira (membro)

FEVEREIRO/2005



UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	F/UNICAMP
	R147p
V	EX
TOMBO BC/	63929
PROC.	10-P-00086-05
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	12/05/05
Nº CPD	

lib-id 350300

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

R147p **Ramos, Ana Flávia Cernic**
Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série "Balas de Estalo" (1883-1884) / Ana Flávia Cernic Ramos.
 -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Crônicas brasileiras. 2. Literatura. 3. Imprensa.
4. Brasil - História - Séc. XIX. 5. Brasil - História - II Reinado, 1840-1889. I. Chalhoub, Sidney. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Sumário

Agradecimentos

Introdução - 03

Capítulo 1 – Os narradores de “Balas de Estalo”28

Capítulo 2 – “Cousas Políticas” e as “Balas de Estalo”91

Capítulo 3 – A Ciência médica é um alvo das “Balas de Estalo” 111

Capítulo 4 – A construção de um sentido político136

Bibliografia165

Agradecimentos

Este trabalho deve agradecimentos a muitas pessoas e espero não me esquecer de ninguém. Primeiramente agradeço a Fapesp, que sem a ajuda esta pesquisa não poderia ter sido finalizada, a todos os funcionários e colaboradores do CECULT, sempre dispostos e solícitos nas horas de aperto e atraso na elaboração do trabalho. As muitas etapas desta pesquisa, com seus relatórios e formulários tornaram-se mais fáceis com a ajuda de todos. Também quero agradecer à banca examinadora desta dissertação - professora Izabel Andrade Marson e Leonardo Affonso de Miranda Pereira - desde já pelos comentários e sugestões. Obrigada Leonardo, não só por participar da banca, mas por ser companheiro de trabalho nas crônicas, sempre gentil, prestativo e confiante em meu trabalho. Agradeço também, e em especial, ao meu orientador, Sidney Chalhoub, por poder sempre contar com sua compreensão e estímulo. Esse trabalho só pôde ser concluído graças ao seu carinho e sua amizade nas horas mais difíceis de finalização do texto. Não só agradeço pelo presente trabalho, mas pelos anos de pesquisa que nos esperam.

Agradeço ainda aos meus amigos e familiares por me acompanharem nessa longa trajetória de trabalho, de cansaço e de expectativa. A alegria e a companhia destas pessoas me torna melhor e mais completa a cada dia. Obrigada a todos. Obrigada Rose, Fernando, Hugo, Alessandra, Karen, Vanessa, Aline, Ricardo por serem tão fiéis na amizade e por estarem tão próximos nos momentos mais difíceis. Obrigada Fabiana Bigaton Tonin por existir e por ser uma amiga tão carinhosa, tão prestativa com sua leitura incessante destes textos, e, principalmente, tão paciente com meus momentos ruins. Tal como na monografia, repito que este trabalho não é só meu, ele é um pouquinho de cada um de vocês. Sozinha não conseguiria muita coisa. Obrigada.

Introdução: “Balas de Estalo” e a *Gazeta de Notícias*

“A *Gazeta* completou os seus dezoito anos. Ao sair da festa de família com que ela celebrou o seu aniversário, fui pensando no que me disse um conviva, excelente membro da casa, a saber, que os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade foram a *Gazeta* e o bonde. Tens razão, Capistrano¹. (...). Antigamente as folhas eram só assinadas; poucos números avulsos se vendiam, e, ainda sim, era preciso ir compra-las ao balcão, e caro. Quem não podia assinar o *Jornal do Comércio*, mandava pedi-lo emprestado, como se faz ainda hoje com os livros – (...). As outras folhas – não tinham o domínio da notícia e do anúncio, da publicação solicitada, da parte comercial e oficial; demais, serviam a partidos políticos. (...). Quando a *Gazeta* apareceu, o bonde começava. (...) O bonde foi posto em ação, e a *Gazeta* veio no encalço. Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que quando não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou-se, fez-se homem, pôs casa: toda a imprensa mudou de jeito e aspecto.”²

“O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento”³, afirmava Machado de Assis nas páginas do *Correio Mercantil* em 1859. Em artigo intitulado “O Jornal e o Livro”, o autor declarava ser este meio de informação a “locomotiva intelectual em viagem

¹ Capistrano de Abreu (1853 – 1927), historiador e colaborador da *Gazeta de Notícias* havia muitos anos.

² “A Semana” in *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1893. Ver Machado de Assis. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

³ “O Jornal e o Livro”, texto publicado em 12 de janeiro de 1859, no jornal *Correio Mercantil*. Ver Assis, Machado de. *Obra Completa*. Organização Afrânio Coutinho – Vol III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1992, p943.

para mundos desconhecidos”, a “literatura comum”, “universal”, “altamente democrática” e que, “reproduzida todos os dias”, levava a “frescura das idéias” e o “fogo das convicções”. Para Machado, o jornal surgia trazendo em si o “gérmen de uma revolução”, pois trazia consigo o espaço para o debate, para a discussão e, com isso, a “emancipação dos povos”. Para ele, o jornal era a “reprodução diária do espírito do povo”, o “espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos”, o sintoma de “movimento” da sociedade. E foi ainda com este espírito que o autor comemorou, no dia 6 de agosto de 1893, o aniversário de um dos maiores jornais do Rio de Janeiro em finais do século XIX. Colaborador da *Gazeta de Notícias* desde os idos anos de 1880⁴, Machado festejava os dezoito anos do jornal fundado por Ferreira de Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes reconhecendo a importante contribuição do periódico para a transformação da capital do império e da imprensa brasileira. Publicada pela primeira vez na Corte no dia 2 de agosto de 1875, a *Gazeta* inaugurou uma forma barata e popular de fazer jornais e, com ela, a imprensa ganharia, aos poucos, ares de grande empreendimento comercial, tornando-se verdadeiramente acessível a um número cada vez maior de leitores. Vendida a 40 réis⁵, a *Gazeta de Notícias* inaugurava o sistema de vendas avulsas pela cidade⁶ e se diferenciava da maioria das publicações existentes no período ao espalhar pelas ruas da cidade meninos que berravam a “notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos”⁷. Como relembra Machado de Assis, na crônica de 1893, antes do nascimento da *Gazeta*, era preciso ter uma assinatura ou comprar jornais ao balcão e pagar

⁴ Machado e Assis publicou entre os anos de 1883 e 1897 perto de 500 crônicas na *Gazeta de Notícias*, além de contos e outros textos. Ver Assis, Machado de. Bons Dias! – crônicas (1888 – 1889) Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/ Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p20.

⁵ A *Gazeta de Notícias*, em 1881, era vendida a 40 réis – preço que passa a ser adotado também pelos outros grandes jornais que surgiam no período, como *O País* e o *Diário de Notícias*. Sua tiragem, no mesmo ano, era de 24 mil exemplares – enquanto a do jornal *O País*, em 1885, ainda era de 15 mil. Ver Pereira, Leonardo A. de Miranda. O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX. – 2ª. ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p54.

⁶ Como anunciado na *Gazeta de Notícias* em seu prospecto de 1875, o jornal passaria a ser vendido nos principais quiosques, estações de bondes, barcas e em todas as estações da Estrada de Ferro D. Pedro II.

⁷ Assis, Machado. “A Semana” in *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1893. Ver Gledson, *op.cit.*

caro, pois poucos eram os números avulsos vendidos ao público, restando apenas a alternativa de tomar emprestados os exemplares do tradicional *Jornal do Commercio*⁸.

Comparando os efeitos do surgimento deste jornal com a implantação dos bondes na capital, em 1868, Machado nos adverte sobre o quanto estas duas inovações haviam dado novos aspectos e significados à capital do império. Com os bondes, aos quais Machado se referiria em 1883 como “meio de locomoção essencialmente democrático”⁹, o acesso ao centro da cidade ficava ao alcance de todos aqueles que ali desejassem desembarcar, ricos e pobres, que não mais dependiam dos carros de aluguel, coupés ou mesmo das antigas e famosas “diligências”, com números restritos de lugares e com suas poucas viagens¹⁰. Por outro lado, com a *Gazeta* - também um veículo “essencialmente democrático”, de informação -, aumentava-se o acesso à leitura de jornais, antes reservada aos que podiam pagar pelas assinaturas ou aos que conheciam alguém de quem pudessem emprestar tais publicações. Ou seja, com o surgimento deste jornal, como também do bonde, a cidade e o seu cotidiano ficavam ao alcance de um número cada vez maior de pessoas, tornando-se, por isso, um espaço mais democrático e popular na visão de Machado de Assis.

Outros nomes importantes do período se esforçaram em enfatizar a importância da *Gazeta* na transformação da imprensa carioca. José do Patrocínio, em 1905, em artigo publicado no jornal *A Notícia*, afirmava ter sido exatamente o preço, o bom humor e a “leveza” daquele jornal que o haviam tornado uma “iguaria” sem a qual a população não poderia ficar. Para ele a consagração da “imprensa barata” e “fácil de fazer” havia ocorrido

⁸ Segundo Marialva Barbosa, o *Jornal do Comércio* começa a ganhar novos aspectos apenas em 1890, quando importou a primeira máquina Linotipo para o Brasil. Ver Barbosa, Marialva. *Os Donos do Rio. Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000, p24.

⁹ Machado de Assis refere-se aos bondes como meio essencialmente democrático na “bala de estalo” do dia 04/07/1883, sua segunda crônica publicada para esta série. Ver “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 04/07/1883.

¹⁰ Segundo Gastão Cruls, os horários dos ônibus eram estes: para Botafogo, onze ônibus, das seis horas da manhã às oito da noite e do bairro para a cidade desde as sete horas da manhã; para Laranjeiras partiam quatro carros pela manhã e quatro à tarde, circulando aos domingos mais dois carros de ida e volta; para o Engenho Velho seguiam seis viagens diárias; o Rio Comprido era servido por quatro ônibus – das seis e meia da manhã às cinco e meia da tarde, voltando à cidade às sete e meia da manhã e seis e meia da tarde; Andaraí Pequeno, já também servido por ônibus, tinha duas viagens por dia, às seis e meia da manhã e às cinco da tarde, voltando às oito, pela manhã, e seis e meia à tarde; São Cristóvão era servido por cinco viagens, sendo às seis e oito horas da manhã e duas e meia, quatro e meia e seis e meia da tarde; os carros para a Rua Nova Imperador faziam duas viagens pela manhã, às sete e às nove horas, e duas à tarde. Ver Cruls, Gastão, *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1949.

a partir da iniciativa da *Gazeta de Notícias* e só com ela havia dado tão certo. Além de Patrocínio, outros jornais do período também consagravam a *Gazeta* como propiciadora deste novo jornalismo, mais “dinâmico” e arrojado. E tais afirmações foram sendo reproduzidas em textos muito posteriores aos de Machado de Assis, Patrocínio e da *Gazetinha*. Nelson Werneck de Sodré e a sua História de Imprensa no Brasil, obra de referência no estudo deste tema, também afirma categoricamente que a o “grande acontecimento jornalístico de 1875” foi o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, e que Ferreira de Araújo, foi o ícone dessas mudanças, “reformou a imprensa de seu tempo”, dando espaço   literatura em suas páginas, bem como às “grandes preocupações da cidade” e “desprezando as misérias e mesquinharias da política”¹. Para Sodré, a importância da *Gazeta* na renovação do jornalismo foi tão importante, que ele chega a afirmar que o “fim do século era triste” porque morria Eça de Queiroz e desaparecia Ferreira de Araújo, que segundo o autor havia sido o grande responsável pelo que ele chama de “melhor jornal” da época. Ferreira de Araújo tornou-se muito prestigiado no período por insistir nessa constante presença de literatos em seu jornal, fator que se tornou um dos grandes destaques nos depoimentos sobre a *Gazeta de Notícias*. Olavo Bilac, por exemplo, escreveria em 1903 que, “não era pelo dinheiro” que desejava colaborar na *Gazeta*, mas pela “consagração de escrever ao lado de grandes nomes da literatura”¹. Segundo Bilac, a “*Gazeta* naquele tempo era a consagradora por excelência”, dava “fama” e “notoriedade”, e todos queriam nela colaborar. Para o autor, a *Gazeta de Notícias* também havia sido a pioneira nesta abertura da discursividade jornalística ao espaço literário e artístico, tornando-se assim peça fundamental na compreensão da imprensa naquelas últimas décadas do século XIX. Entretanto, ainda é preciso saber qual foi, de fato, a contribuição da *Gazeta de Notícias* nessa transformação do jornalismo e em que medida a bibliografia não foi totalmente influenciada pelos discursos daqueles que participaram ativamente da confecção daquele jornal. Ferreira de Araújo incentivou realmente a participação de muitos literatos em seu jornal, traduziu e publicou famosos romances na *Gazeta*, mas, descobrir até que ponto isso já não vinha sendo feito por outros jornais anteriores   *Gazeta*   um trabalho que ainda deve ser realizado.

Por outro lado, a partir da década de 1870 o país, de fato, não só vive mudanças sociais e políticas como também urbanas e industriais que forneceram o substrato para o

surgimento de um jornal de grande publicação como a *Gazeta de Notícias*. Segundo Marialva Barbosa, é a partir deste momento que se criam algumas condições indispensáveis para que a imprensa carioca fosse, cada vez mais, constituída como grande e lucrativo empreendimento comercial. A significativa expansão das atividades ligadas ao setor de transportes e serviços, um considerável crescimento da população – composta pelo afluxo de libertos e imigrantes –, assim como a instalação do serviço telegráfico (em 1874), o desenvolvimento dos serviços de correios e, principalmente, a construção de uma malha rodoviária que atingia lugares cada vez mais longínquos, constituíam-se em condições ideais para o surgimento dessa imprensa mais dinâmica e empresarial.

O Rio de Janeiro tornava-se, então, o grande centro dessa forma de fazer jornal, e com a criação da *Gazeta*, Ferreira de Araújo, que já era conhecido na Corte por sua colaboração em jornais humorísticos como *O Mosquito*, tornou-se figura importante na cidade ao criar um jornal que, em pouquíssimo tempo, fez-se popular na cidade. A conquista de um grande público leitor, por exemplo, é conseguido ainda em 1880, quando este jornal dobra a sua tiragem, passando de 12 mil para 24 mil exemplares. E como ingredientes para atingir tão expressivo resultado, Araújo contava com a chegada da primeira Máquina Rotativa Marinoni, capaz de imprimir 20 mil exemplares por hora, com o baixo preço de seu jornal e também com a distribuição de prêmios e brindes ao assinante¹¹. Tornar-se popular passava a ser, então, um dos principais objetivos daquele jornal e, para tanto, Ferreira de Araújo propõe um novo formato para as colunas e artigos da *Gazeta*, fazendo-os mais alegres, leves e acessíveis ao leitor¹². O humor e a irreverência fizeram-se presentes em muitas das colunas e artigos que compuseram a *Gazeta de Notícias* e “Balas de Estalo”, uma das séries de crônicas mais duradouras do jornal, nos evidencia tais

¹¹ Barbosa, *op.cit.*, p46.

¹² Em carta de admissão enviada a Mariano Pinna – futuro correspondente da *Gazeta* na França – Henrique Chaves, também fundador deste jornal, evidencia esse desejo da *Gazeta de Notícias* de assumir a postura de um jornal popular: “Não debes perder de vista que a *Gazeta* é uma folha popular. Não deves, pois, ter preocupações de escola na maneira de escrever. Escreve de modo que possas agradar ao maior número. Melhor do que eu, deves saber que tudo se pode dizer, sem sacrifício de opiniões. Se te dou estes conselhos, é porque desejo e espero que tenhas um magnífico êxito nesta empresa. (...)”, Teu amigo, H. Chaves. Ver Mine, Elza. “Mariano Pinna, a *Gazeta de Notícias* e a *Ilustração* – história de bastidores contadas por seu espólio” in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2,7 (2), 1992, p23-61.

características. Ferreira de Araújo, “fazia questão de seções amenas e divertidas”¹³, ele próprio colaborando com colunas como “Balas de Estalo” e “Macaquinhos no Sótão”. No entanto, não foi apenas o bom humor o diferenciador da *Gazeta* entre os jornais diários do período.

Defendo o ideal de modernidade, a *Gazeta* ficou conhecida pelo seu constante incentivo à literatura, sua preferência por textos cada vez mais simples e ligeiros, e pelo discurso da imparcialidade e da neutralidade política, principalmente na política partidária, em contraste com muitos outros periódicos do séc. XIX, cuja atuação partidária era inequívoca, incentivou uma constante e significativa popularização do trabalho literário, fazendo da presença dos homens de uma das principais atrações do jornal”¹⁴.

Assim, como decorrência desta transformação dos periódicos em grandes empresas comerciais, interessadas cada vez mais em alcançar uma grande aceitação por parte do público leitor e, principalmente de se tornarem porta-vozes de uma “modernidade” no modo de confeccionar suas notícias, colunas e artigos, ocorre, então, uma “valorização do caráter imparcial do periódico”, o que leva à criação de colunas fixas para informação e para opinião, ao mesmo tempo em que se privilegia a edição de notícias informativas, em detrimento da opinião”¹⁵. Também passam a ser valorizadas notícias do cotidiano da população, colunas de humor, notícias policiais, assuntos que se tornaram presença constante nessas grandes folhas. Segundo Leonardo Pereira, os jornais passam a dar ênfase “para os acontecimentos cotidianos, para a notícia mundana e para os gracejos leves para os quais o interesse do grande público voltava o seu olhar”¹⁶. O desejo pelo comentário rápido, leve e engraçado sobre os assuntos do cotidiano da cidade tornou-se muito popular naquele momento. Independente da forma – crônica, teatro ou qualquer outro gênero -, esse tipo de comentário parecia atrair cada vez mais o grande público, heterogêneo e ávido por uma compreensão rápida e simplificada das transformações que ocorriam a sua volta.

Para Mencarelli, “o desenvolvimento de um mercado cultural de massa, aliado à expansão da educação em massa a ao aparecimento de novos suportes e tecnologias de

¹³ Assis, Machado de. *Crônicas de Lélío*. Organização de Raimundo Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p5.

¹⁴ Pereira, Leonardo A. de Miranda. *O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. – 2ª. ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p14.

¹⁵ Barbosa, *op.cit.*, p24.

¹⁶ Leonardo Pereira, *op.cit.*, p15.

reprodução de imagens e textos (a fotografia, o jornal, o periódico etc), caracterizava o aparecimento de um público novo, diversificado, com novos padrões de gosto e exigência, a demandar produtos culturais específicos”¹⁷. E com isso, surgem gêneros artísticos bastante particulares, tais como o Teatro de Revista, que parece ter aderido ao compromisso com a notícia instantânea e com a “galhofa”. Era preciso instaurar o debate sobre as transformações pelas quais o Rio de Janeiro e o Brasil vinham passando. Para Mencarelli, “entre as principais características da representação na revista estavam a variedade de acontecimentos e a multiplicidade de visões referentes a eles, levando à partilha da experiência do viver urbano em diferentes dimensões”¹⁸.

E foi, a partir destes preceitos, que nasceu uma das mais duradouras e conhecidas séries de crônicas do Rio de Janeiro: “Balas de Estalo”. Em 1883, instalava-se nas páginas do jornal de Ferreira de Araújo uma coluna que seria capaz de concentrar muitas das características desse novo jornalismo que havia surgido com a *Gazeta de Notícias*. Ao criar esta série de crônicas, Araújo parecia querer colocar em prática os moldes que aplicou anos antes no seu jornal. Desejou uma série que fosse engraçada, mas que também não deixasse de discutir temas importantes naquele momento, tais como a abolição e o regime monárquico, todos discutidos por um grupo de diversos narradores, com opiniões e formas diferentes de escrever seus textos.

“Balas de Estalo” só viria confirmar o grande espaço que a crônica ganha nos jornais. Segundo Marialva Barbosa, “pretendendo divertir, informar e, sobretudo, ilustrar o leitor, a crônica ganha antigos espaços destinados ao folhetim”¹⁹, uma vez que está mais adaptada às contingências desse novo jornalismo²⁰. A pressa, a obrigação profissional e o tom coloquial dão destaque a esse gênero literário. As reportagens e entrevistas ganham espaços maiores e a crônica, ligada a temas do cotidiano e acontecimentos recentes, torna-se figura indispensável dos periódicos. E foi assim que nasceu “Balas de Estalo” em 3 de abril de 1883. Inserida no contexto das reformas urbanas, da imigração, do fim da

¹⁷ Mencarelli, *op.cit.*, p129.

¹⁸ Mencarelli, *op.cit.*, p307.

¹⁹ Callipo, *op.cit.*, p26.

²⁰ Sobre a transformação do espaço do folhetim em crônica de variedades, ver também Meyer, Marlyse. « Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica » in A Crônica : o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil/ Antonio Candido [et al.]. Campinas, SP : Editora da Unicamp ; Rio de janeiro : Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

escravidão e do fim da monarquia, “Balas” foi publicada ao longo de três anos e meio e acompanhou de perto não só as transformações do jornalismo, como as muitas discussões políticas ocorridas na década de 1880. Contando com a participação de prestigiados jornalistas e literatos, tais como Ferreira de Araújo, Valentim Magalhães, Henrique Chaves, Capistrano de Abreu e Machado de Assis²¹, esta série destacou-se por vivenciar e relatar as tensões sociais ocorridas nos últimos anos de vida da monarquia brasileira.

No ano de surgimento da série, por exemplo, ocorre a fundação da Confederação Abolicionista e a publicação do livro *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco. Em 1884 é extinta a escravidão no Ceará e, posteriormente, no Amazonas. A escravidão e o sistema monárquicos viam-se, então, questionados e ameaçados, a lei dos sexagenários, de 1885, intensificava a discussão acerca da questão servil e assustava os proprietários²². Os republicanos, por sua vez, avançavam cada vez mais, assim como os debates acerca do poder pessoal do imperador intensificavam-se nos jornais. “Balas de estalo” não só vivenciou e debateu essas questões, como seus temas giravam em torno do questionamento das grandes instituições do período, como a monarquia, a escravidão, a ciência e a relação legal estabelecida entre a Igreja Católica e o governo imperial. Através de “doces guloseimas”, recheadas de leveza e pilhéria, os narradores da série aproveitaram para “estalar balas” “com os homens e com as instituições” que os regiam. Entre os anos de 1883 e 1886, ela comentou sistematicamente os fatos mais pilhéricos e absurdos ocorridos na Corte, tivessem eles se passado no palácio imperial, na Câmara dos Deputados ou nas ruas da cidade. O humor e o formato coletivo da série, por sua vez, correspondiam ao desejo de Araújo de criar um jornal que se pretendesse leve, acessível ao grande público e preocupado com o convívio de opiniões diversas em um mesmo espaço.

²¹ Inicialmente a série contava com a participação dos seguintes pseudônimos: Lulú Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (ambos assinados por Henrique Chaves), Décio e *Publicola* (assinados por Demerval da Fonseca), *Lélio* (Machado de Assis), Mercutio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Posteriormente, ingressaram Confúcio, LY e Carolus, todos ainda sem identificação.

²² Mendonça, Joseli M. N. Entre a mão e os anéis : a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição. Campinas : Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

“Balas de Estalo”: doces guloseimas ou balas de artilharia?

“Este mundo é um vale de lágrimas para quem não sabe rir”²³. Foi assim que Lulú Sênior, pseudônimo utilizado por Ferreira de Araújo, inaugurou o folhetim da *Gazeta de Notícias*, em prospecto publicado em 2 de agosto de 1875. E foi, provavelmente dentro desse mesmo espírito, que criou uma das colunas mais populares de seu jornal: “Balas de Estalo”. Araújo acreditava na fórmula do humor para atingir seus leitores e usava de tom mais galhofeiro em muitos espaços de seu jornal. Colunas como “Boletim Parlamentar”, “Crônica da Semana” – escrita por Demerval da Fonseca – e “Dizia-se Ontem”, por exemplo, eram sempre escritas de forma direta e bem humorada, independente dos temas tratados, fossem eles crise ministerial ou finanças. No entanto, entre os anos de 1883 e 1886, nenhuma outra coluna da *Gazeta* parece ter feito tanto sucesso quanto “Balas de Estalo”. Índícios desse sucesso revelam-se, por exemplo, na peça *O Mandarin*, revista do ano de 1883, escrita por Arthur Azevedo, que estreou na Corte em janeiro de 1884. Ao comentar os principais acontecimentos daquele ano²⁴, a revista de Azevedo não podia deixar de falar sobre o surgimento de “Balas de Estalo” e seu grande sucesso na cidade:

Folha Nova: - Oh, que cabeça a minha! É tal a coisa! Senhor Mandarin consinta que lhe apresente minha amiga Dona Gazeta de Notícias...

Mandarin: Oh! Minha senhora! Tenho muito prazer em travar relações com Vossa Excelência... Já de há muito a conhecia, mas não ligava o nome à

²³ No prospecto deste jornal, Lulú Sênior anuncia: “A *Gazeta de Notícias* tem vinte e... tantos anos. Quer isso dizer que ainda tem coração para falar de amor às moças, ainda sabe rir com os rapazes, apesar da recém nascida sabe talvez já ter juízo como os velhos, mas a seu modo. (...) A mim, confesso-o, só uma coisa seria capaz de entristecer-me deveras: chegar à convicção de que dia virá em que hei de deixar de ser moço. Deixar de olhar o mundo pelo seu lado bom; pôr de parte a santa boa fé para entrincheirar-me atrás da cautela; (...); deixar de rir porque neste mundo, disse-o já não sei que espírito doentio, após o riso vem sempre o pranto; seria viver morto”.

²⁴ O *Mandarin* foi apresentado em janeiro de 1884 no Teatro Imperial, e seu texto trazia uma novidade que foi o principal fator do seu sucesso: a caricatura pessoal. Além das alusões aos fatos políticos e sociais do ano anterior tratados de forma satírica, os autores incluíram a caricatura explícita de personalidades públicas como uma forma de rir e comentar episódios amplamente conhecidos pela população da cidade. O ator Xisto Bahia foi o intérprete que consagrou a personagem barão de Caiapó, identificado por todos como sendo João José Fagundes de Rezende e Silva, um “conhecido barão do café”, que ao se ver retratado no palco, registrou queixa na polícia, promovendo uma grande polêmica e o sucesso da revista. Rezende e Silva conseguiu, na época, o apoio de Carlos de Laet, colaborador do Jornal do Comércio. Ver Mencarelli, *op.cit.*, p133.

pessoa. Como passa dona Philomena Borges, essa interessante senhora que se acha atualmente alojada no pavimento térreo da casa de Vossa Excelência?

Gazeta de Notícias: Perfeitamente, obrigada. (Oferecendo-lhe um rebuçado, que tira do bolso.) Há de permitir que lhe ofereça uma bala...

Mandarim: (recuando) Uma bala?

Gazeta de Notícias: De estalo, são inofensivas.

Barão: (À parte) Conforme.

Mandarim: Aceito. (Chupando a bala e fazendo uma careta, à parte.) Pode ser que seja de açúcar, mas amarga como fel!²⁵

Representando a cabeça da *Gazeta de Notícias*²⁶, “Balas” foi o grande acontecimento do jornal de Araújo em 1883. “Açucaradas e brincalhonas” elas fizeram-se populares na cidade. No entanto, ao serem oferecidas ao Mandarim, as “balas” da *Gazeta* revelavam ainda outros significados que a série havia adquirido na Corte. Anunciadas por seus narradores como “doces guloseimas”, como “balas que feriam”, mas docemente, que estalavam, que batiam, mas que, passado o estrago, dissolviam-se em doçuras no paladar da vítima²⁷ -, elas apareciam na revista de Arthur Azevedo com a ressalva que o “amargo” do final não mais se transformava em “doçuras”. O personagem Mandarim - que representava o embaixador chinês Tong King Sing, alvo de muitas crônicas de “Balas de Estalo” no ano de 1883 – chupava a bala e fazia uma careta, evidenciando o quanto estas poderiam revelar-se mais que pura “brincadeira”²⁸. A bala de José do Egito de 18/10/1883, por exemplo, revelava esse “amargo” do final:

Irra! Basta de Chim! Há seis dias que tudo nesta cidade, imperial e pândega, apanhou feição mongólica. (...) A imprensa, o povo, o país tem razão: - o

²⁵ Azevedo, Arthur II (Rio de Janeiro). *Teatro de Arthur Azevedo – Clássicos do Teatro Brasileiro*. Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1885.

²⁶ “Primeiras Representações”, *Gazeta de Notícias*, 11/01/1884.

²⁷ “Balas de Estalo”, 08/05/1883, José do Egito (Valentim Magalhães).

²⁸ No dia 14/10/1883 foi anunciada a chegada de Tong King Sing, mandarim chinês que viera ao Brasil para estudar o processo de colonização no Brasil. Os cronistas de “Balas de Estalo” discutiram ao longo de todo o mês de outubro essa visita do mandarim e criticaram veementemente a idéia do possível incentivo por parte do governo imperial à colonização chinesa no Brasil. Ver “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 15/10/1883, 16/10/1883 e 18/10/1883. Na crônica de 18/10/1883, por exemplo, José do Egito dizia claramente: “O Brasil não quer o chim” e afirmava que a imigração chinesa seria a “escravidão amarela” substituindo a “escravidão negra”.

chim não nos serve; é o pior dos colonos. (...) O chim é bom para furtar galinhas. E para cozinhá-las também. Como saltador de quintais e preparador de petiscos – é inimitável. (...) Não emagrece, porque é puros ossos; não empalidece, porque é lívido; não enfraquece, porque é a fraqueza em pessoa, e só morre – quando não há outro remédio. (...) Ameaçam-nos com esta desgraça terrível: - a escravidão amarela, - a nós que andamos podres com a escravidão negra. (...) Repilamos o chim... enquanto ele não está cá dentro (...) O Brasil não quer o chim; só pode vê-lo...pintado. Pintado, sim, é bonito e bom. José do Egito²⁹

Para José do Egito, a imigração de chins representada na visita do mandarim não era “piada”, era degradação, era o atraso. Em sua crônica de 18 de outubro de 1883, ele ataca veementemente a idéia de importação de trabalhadores chineses para o Brasil, e se diz contrário à substituição da “escravidão negra” pela “amarela”. Sua bala não é doce, “é amarga como fel”, pois para ele, os chineses não serviriam ao “progresso” do país. Alvo de muitas “balas” durante todo o mês de outubro, o retrato do Mandarim e sua careta na peça de Azevedo nos alertam sobre os diversos significados que a série havia adquirido nos anos em que foi publicada. Lulú Sênior em crônica de 16 de outubro de 1884, na qual comenta as homenagens prestadas pelo governo àqueles que investiram capitais no Engenho Central de Lorena, também nos adverte sobre esses múltiplos sentidos da série:

Na minha qualidade de fabricante de balas de estalo, não posso prescindir de um pouco de açúcar; é verdade que alguns escritos impertinentes entendem que para este gênero de balas, o melhor é ter sal; esses não sabem dispor de uma pitadinha do precioso condimento, e devem lembrar-se que onde se fabrica açúcar também se destila aguardente, bebida altamente espirituosa.

As balas eram doces, precisavam de açúcar em sua confecção, podendo até transformar-se em “aguardente”, “bebida altamente espirituosa”. Mas, muitas vezes, não podiam prescindir do sal, do condimento, ou seja, da crítica. Descobrir e delimitar quais foram os significados que compuseram esta série, entretanto, nem sempre foi tarefa tão fácil. Em 1998, ao estudar e publicar uma compilação das “Balas” de Machado de Assis,

²⁹ “Balas de Estalo”, 18/10/1883, José do Egito (Valentim Magalhães).

Heloísa Helena Paiva De Luca³⁰ arriscou-se a dar algumas explicações possíveis para as intenções da série. Segundo a autora, Ferreira de Araújo, ou Lulú Sênior, teria resolvido dar início às “Balas de Estalo”, determinando que estas seriam de artilharia, ou seja, a matéria tratada pelos cronistas deveria ser agressiva, com o intuito de despertar os leitores, criar polêmicas, e o pseudônimo, no caso, serviria como escudo protetor de eventuais retaliações. No entanto, segundo De Luca, essa postura inicial, de “caráter combativo”, precisou ser logo modificada, pois as respostas à série “soaram incontinentes”. Diante disso, teria se mudado o tom em favor de “algo mais ameno”, voltado para o “jocoso” e que, no final das contas, “poderia surtir os mesmos efeitos da artilharia direta”. Assim, “Balas de Estalo” teriam passado a ser açucaradas³¹.

Escolher entre as balas de artilharia, que ferem homens e instituições, ou o simples confeito, leve e engraçado, devia estar entre as preocupações do dono da *Gazeta de Notícias* ao criar a série, no entanto, determinar o caráter inicial da série como “balas de artilharia” e em seguida anunciar uma mudança de tom, tornando-se “balas de confeito” parece arriscado. Ao longo da publicação de “Balas”, a caracterização dos intentos da série ocorre de forma muito mais tênue e variável. Os sentidos alternam-se nas crônicas:

Cabia-me hoje o encargo de enrolar as balas. Procurei papel e encontrei, mais do que papel: as balas já feitas e enroladas. Décio³².

Ou ainda:

Isto hoje não são balas de estalo; e pois que se entendem com a marinha, dever-se-iam antes chamar balas de artilharia, e de artilharia naval. Décio.³³

Crônicas de um mesmo narrador revelam o quanto o sentido das “balas” podia variar. Para Décio, as “balas” poderiam ser de “confeitaria”, como também de “artilharia naval”, dependendo do alvo, do tema e das disposições de cada narrador. Na crônica de

³⁰ De Luca, H. H. P. (org.), Balas de Estalo de Machado de Assis. Crônicas Brasileiras I. São Paulo: Annablume, 1998.

³¹ De Luca, H. H. P, op.cit., p22.

³² Balas de Estalo, 28/04/1883, Décio (Demerval da Fonseca).

³³ Balas de Estalo, 09/04/1883, Décio (Demerval da Fonseca).

08/05/1883, escrita por José do Egito, temos ainda um exemplo de como esses sentidos se completavam na série:

Há quase três quinze dias que todas as manhãs, nesta parte da “Gazeta”, escritores modestos e joviais têm-se dado a honra de estalar balas com os homens e com as instituições que (in)felizmente nos regem. O fim destes exercícios de balística inofensiva e doce tem sido – simplesmente- piparotear o nariz dos ridículos – para o regalo dos leitores e maior ridículo dos narizes. (...) Unam-se a força e a graça, a artilharia e os confeitores – Castellões e Krupp. Descubramos um projétil que participe, a um tempo, do amargo da guerra e da guerra aos amargos. Que fira, mas docemente. Que estale, que bata, que fira, mas que, passado o estrago, se dissolva em doçuras no paladar da vítima. José do Egito.³⁴

Segundo José do Egito, a série teria como objetivo unir a “força e a graça, a artilharia e os confeitores”. Para ele, a série realizaria o “exercício de balística inofensiva e doce”, mas as crônicas deveriam ferir “homens e instituições”, amparadas pelo doce exercício da crítica que declara “guerra aos amargos”. Sendo assim, Heloísa de Luca encontrou respaldo na própria série para afirmar que as “balas” seriam de confeito, pois na maioria das vezes os narradores da série referiam-se aos diversos “ingredientes” para a fabricação das “balas” que “refrescavam” as “goelas escancaradas e jamais saciadas da curiosidade pública”³⁵. Porém, além da própria relativização que os cronistas faziam desses significados – como foi visto na crônica de José do Egito – temos que considerar também que nem sempre estas “balas” eram críticas tão doces e amenas como queriam fazer acreditar. Os cronistas afirmavam fazer confeito, mas muitas vezes praticavam a pura “artilharia”, e as “balas”, de fato, não tinham o “amargo” do final desfeito em “doçuras”. Estava certo *O Mandarim*, era preciso prudência ao aceitar as “guloseimas”.

Além disso, o principal sentido da série está na ambivalência instituída pelos cronistas, pois os narradores da série nem sempre faziam aquilo que diziam fazer. Muitas vezes ofereciam “pólvora” disfarçada de “açúcar”. O exemplo de uma crônica escrita por Confúcio é ainda mais significativo. O narrador dirige-se ao bispo do Rio de Janeiro, D.

³⁴ Balas de Estalo, 08/05/1883, José do Egito (Valentim Magalhães).

³⁵ Balas de Estalo, 14/08/1883.

Lacerda, pedindo que este autorize o casamento de vários casais que há muito esperavam por uma autorização do prelado:

No momento em que enrolo esta bala, vários cidadãos e respectivas cidadãs esperam por um movimento de bom humor do Sr. D. Lacerda, para realizarem um desejo, simples, razoável, natural. (...) Dizem-me que esses casais, em número superior a cem, nada encontraram que lhes embargasse a realização de seu desejo, e que outro impedimento não tem senão este: - a falta de vontade do Sr. Bispo. (...) Sua Ex. Revma. sabe que os oradores (...) dependentes de seu despacho, sujeitaram-se a todas as exigências da sua secretaria, organizando a papelada do estilo, fazendo-se apregoar as três vezes de costume, confessando-se, ou comprando o bilhete de confissão, e - principalmente - pagando tudo quanto em nome da religião lhes foi exigido na câmara eclesiástica. (...) Meta Sua Ex. a mão na consciência, e depois tome uma resolução a pena e a tinta (...). E para terminar, não se moleste S.EX. conosco - *Pueri lundui*; e, como S. Ex. sabe, as balas são brinquedos de meninos entre os quais está Confúcio³⁶.

As “balas de estalo” são “brinquedos de meninos”, estalinhos de criança, que fazem barulho ao serem arremessados contra o chão, mas que não ferem ninguém, fazendo, apenas, barulho. No entanto, Confúcio faz críticas importantes contra a Igreja e seu papel naquela sociedade. Além da ironia sobre o monopólio da Igreja na concessão dos casamentos, o narrador ainda aponta a displicência com que o bispo parece cuidar de suas obrigações. Crítica ainda mais perspicaz é a de que os pagamentos exigidos pela Igreja para a realização dos casamentos igualavam aquela instituição a uma secretaria do governo ou a um mero comércio. Ou seja, apesar de ser chamada de “brinquedo”, a crônica sabia exatamente a que vinha, não poupando ironias.

Assim sendo, as ambivalências presentes nas crônicas de “Balas de Estalo” são essenciais para entendermos os propósitos políticos desta série e de seus narradores. As crônicas podiam ser de artilharia ou de confeito, mas nunca deixavam de ser formas de intervenção social e política. Ao analisarmos a própria relação da série com o jornal em que ela era publicada, percebemos essas intenções políticas e mesmo essa ambivalência na fala

³⁶ Balas de Estalo, 30/10/1883, Confúcio (provavelmente Demerval da Fonseca).

dos narradores. Diferente do sério e direto “artigo de fundo”, no qual são expressas as “opiniões do jornal”, e dos textos jornalísticos, comprometidos com o “fato” e com a “imparcialidade”, a crônica aparecia como uma das partes mais descontraídas do jornal. Estava sempre relacionada à idéia de mais um atrativo para os leitores, um espaço onde se usava uma linguagem mais descomprometida, solta, leve e cujos temas surgiam ao sabor dos acontecimentos e da vontade do cronista. O próprio Lulú Sênior caracterizou seu leitor a partir dessa idéia da crônica como um espaço de “diversão barata”:

Eu imagino que tenho leitores; (...) De vez em quando recebo uma carta (...). Ainda há poucos dias, um senhor deitou a despesa de uma carta bilhete, para dizer-me que me acha muito massador (sic), e que o faço dormir. (...) Ora, eu não faço balas todos os dias, e para que o homem não passe acordado todo o tempo que não escrevo, recomendo-lhe a leitura de um discurso que o *Jornal do Comércio* há pouco conseguiu publicar em uma semana, dando folha dupla todos os dias. (...) nestes últimos tempos, quem se habituou a *balas de estalo*, não quer mais passar sem esse delicado manjar. Imagino um senhor nessas condições e digo-lhe: - V.EX., ao receber hoje a *Gazeta*, vai à segunda página, e se não encontrar *balas de estalo*, declara-se roubado nos seus dois vinténs. Pouco se lhe dá que haja assunto, ou que deixe de haver assunto; que o confeitiro esteja doente ou são; (...) o leitor não quer saber disso; quer para ali *balas de estalo*. (...) Isto é muito cômodo para quem está em casa, na sua rede, com seu cigarro ao canto da boca, e querendo divertir-se barato; é muito cômodo para as senhoras de olhar malicioso, esgazeado, que querem encontrar na *Gazeta* a pontasinha levantada do véu de um escândalo; mas é o martírio de quem tem que fazer as *balas* quer tenha quer não tenha açúcar, quer haja quer não haja amêndoas. Lulú Sênior³⁷

A presença de “Balas de Estalo” na segunda página do jornal seria, então, a garantia do humor, da descontração por apenas “dois vinténs”. Segundo o cronista, seus leitores, acostumados com o bom humor da série, estavam sempre em busca de “divertimento barato” e de “escândalos” quando liam as “Balas” da *Gazeta*. No entanto, Lulú Sênior sabia que este não era o único significado da série junto aos seus leitores, pois ele mesmo usava o

³⁷ Balas de Estalo, 02/12/1883, Lulú Sênior (Ferreira de Araújo).

espaço de “Balas” para discutir questões importantes como escravidão, imigração, monarquia e sobre a política, não se restringindo a comentar ou fomentar “escândalos”. Assim como na crônica de Confúcio, onde os “brinquedos de meninos” não eram tão inofensivos assim, mais uma vez os significados da série aparecem “camuflados” pelo cronista. Ele sabe que o leitor espera mais que um “escândalo”, mas ele disfarça seus temas e amortece as críticas com o tom de doces balas. E esse é o movimento mais significativo na leitura da série: apesar da crônica sempre se caracterizar como um espaço de descontração e humor, de temas diversos e soltos, este não é seu único papel dentro do jornal. Ela é sempre um grande comentário sobre tudo o que está acontecendo; os textos sempre se baseiam nas notícias dadas, nas polêmicas estabelecidas nas páginas dos diversos periódicos. Sempre preocupada em ler e interpretar o jornal para o leitor, em construir uma visão sobre os acontecimentos, “Balas de Estalo” prova que seus objetivos vão bem além de fazer graça, de ser “divertimento barato”.

Bem mais que confeitos que ao final se dissolviam em gosto “amargo”, “Balas de Estalo” ainda ganha outros sentidos na cidade ao fazer-se popular. Ao verificar o impacto que ela provoca em outros periódicos, podemos observar que, para muitos, as balas, além de “amargas”, eram “estragadas”. *O Corsário*, por exemplo, periódico que travou grandes discussões com o jornal de Ferreira de Araújo, atacando até mesmo Machado de Assis³⁸, ficou bastante incomodado com a criação da série:

“No tempo em que o moleque José do Patrocínio estava ainda na *Gazeta de Notícias*, era ele o encarregado, pela redação, de vender valas do parto, de ovo, de artéa (sic), amêndoa, cereja e hortelã pimenta. Fugindo o moleque José, que bons serviços prestou àquele jornal, foi encarregado da venda das *balas* o Demerval da Fonseca, um mau vendedor, sem freguesia, isto é, sem *clínica*³⁹ de vender balas. Não se dando o Demerval com o José do Patrocínio, achou, por dignidade, que devia mudar a etiqueta do negócio, e em vez de apregoar como o Patrocínio – balas

³⁸ Quem nos fala sobre os ataques que Machado teria sofrido por parte do *Corsário* é Magalhães Júnior. Ver Assis, Machado de. *Crônicas de Lélío*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Editora Civilização Brasileira, 1958, p3. Nos artigos em que se atacava o literato, chamava-se a atenção de Afonso Pena, na época ministro da Agricultura, para o audacioso empregado da sua secretaria que, escrevendo “Balas de Estalo”, se referia a personalidades oficiais.

³⁹ Está se referindo ao fato de Demerval da Fonseca ser, além de jornalista, médico.

do Parto, de ovo, de artéa (sic), de cereja e hortelã pimenta, diz simplesmente; ai vai *balas de estalo*, freguês! Agora, para que o público não seja lesado, recomendamos que não compre as *balas de estalo* da *Gazeta*, que são ruins e nocivas à saúde, nos tempos que correm, de febre amarela. Todo cuidado é pouco com os tais fabricantes de drogas falsificadas”⁴⁰

O sucesso da série começava a incomodar, como nos mostra este artigo do *Corsário* escrito no dia 07/04/1883, quatro dias depois do início de “Balas”. Isso se evidencia no momento em que o autor comenta o fracasso das vendas destas “balas” quando elas mal acabavam de aparecer na *Gazeta*⁴¹. Mais claro ainda fica quando o mesmo *Corsário* começa a fabricar suas “próprias balas”:

“Bandeja de Balas” – À família dos Affonsos / De balas uma bandeja/ O *Corsário* hoje oferece: querem assim, que assim seja.

“Bala de ovo” – Sendo o papai um vintém/ Saiu Celsinho⁴² um dez réis, o tio Carlos, que bisca! / Só levando a pontapés.

“Bala de Coco” – O ministro façanhudo/ Que venceu o Paraná/ Foi o D. Carlos Affonso/ Filho do Príncipe Oba.

“Bala de artéa” (sic) – Quem é aquele sujeito/ Que ali vai embriagado? / Cala a boca rapariga/ É Celsinho, o deputado.

“Bala de manga” – Mano Carlos, mano Affonso/ Filho Celsinho Carnot (sic)/ Que trindade de bandidos/ Como o diabo os juntou?⁴³

Ainda há “balas de abacaxi”, “balas de lima”, “balas de chocolate”, todas sobre os três deputados mineiros. O sucesso de “Balas de Estalo” fica evidente aqui. Era maio, mês da abertura das Câmaras, início do período legislativo, e a série comentava diariamente as discussões no Parlamento. A política era seu assunto principal, tratado sempre de forma engraçada e irreverente. Muitas pessoas deviam acompanhar os acontecimentos da política

⁴⁰ “Balas de Estalo”, *O Corsário*, 07/04/1883.

⁴¹ “Balas de Estalo” teve início no dia 03/04/1883.

⁴² O *Corsário*, provavelmente, está fazendo uma referência aos políticos Carlos Afonso Celso de Assis Figueiredo, Afonso Celso de Assis Figueiredo e Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, deputados liberais por Minas Gerais na 18^a. Legislatura (1881-1884).

⁴³ *O Corsário*, 15/05/1883.

nacional através daquela série tão popular e acessível aos leitores. E isso definitivamente incomodou *O Corsário*, que se rende à tática de vender “balas” sobre a política nacional, montando seu próprio tabuleiro de guloseimas no dia 15 de maio de 1883, porque “assim queriam” os leitores.

A imagem de um “tabuleiro de balas”, vendidas por narradores alegres, atrapalhados e engraçados, foi também alvo das críticas de Arthur Azevedo. A peça *O Mandarin*, por exemplo, tem início com uma grande convenção dos males que afligiam a cidade do Rio de Janeiro em 1883. Presididos pelo mal maior, que era a Política, estão presentes na reunião: o Bonde, a Loteria, a Mofina, o Testa de Ferro, o Poeta Lírico, o Agiota, o Cacete, o Capoeira, o Secreta, o Mendigo, a Subscrição, o Cortiço, o Engraxate, o Jogo, o Quiosque, o Músico Ambulante, o Vagabundo, o Jogo, o Comendador, a Escravidão, a Ama-de-Leite e o Vendedor de Balas. Luiz Edmundo, por sua vez, ao tratar das figuras típicas do Largo da Carioca, cita estes famosos vendedores de balas, que enchem o lugar com seus gritos de “baleeiros”, equilibrando seus tabuleiros com grande maestria:

“Quando chegam os bondes que fazem a volta pelo largo, cheios de passageiros, de cortinas de oleado verde, (...) vê-se, como uma nuvem de gafanhotos, a revoada trêfega e assanhada dos moleques vendedores de biscoitos e de balas.

- Balas! Quer balas? Hortelã, chocolate, baunilha e coco!
- Biscoitos, sinhá.
- São seis por um tostão!
- Baleeeei....ro! Queimada e ovo

Notável agilidade, a desses moleques de 12 a 16 anos, ginastas consumados, equilibristas perfeitos, herdeiros da ligeireza acrobática do capoeira (...). Saltam como se fossem bolas de borracha, pulando de um para outro carro (...). Quando servem o freguês, trepados pelos estribos, balas ou biscoitos, soltam as mãos do balaústre, e, assim, contam a mercadoria, fazem o troco, o veículo sacolejando, vezes torcendo por curvas fortes, sem cair, sem vacilar...

- Baaaala, freguês...baleeeiro!”⁴⁴.

⁴⁴ Edmundo, Luiz (1900). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Xenon Editora e Produtora Cultural Ltda., 1987, p37.

Arthur Azevedo, que aponta esses garotos como um dos maiores males da cidade, talvez também estivesse se referindo à “Balas de Estalo”, vista como um amontoado de cronistas – como uma “nuvem de gafanhotos”, cheios de destreza e malícias com os temas tratados, vendendo seus textos por um valor baixíssimo e, principalmente, cercando e perturbando seus leitores diariamente, como os moleques “trepados” nos bondes. Associar as “Balas de Estalo” a vendedores ambulantes pode também ter sido uma idéia inicial do próprio Ferreira de Araújo. Não necessariamente a única, mas uma das que ele imaginou no momento da escolha do nome da série que corresponderia aos ideais de seu jornal como um todo. Os vendedores de balas eram figuras populares, podiam ser encontrados em qualquer lugar e, principalmente, ofereciam balas para todos os gostos. O freguês podia escolher tanto o vendedor de sua preferência – já que havia uma “nuvem” deles do lado de fora do bonde -, como também podiam escolher o sabor da bala que mais lhe agradasse. Além disso, a bala era barata e estava acessível a qualquer pessoa da cidade, de qualquer classe social, elas eram “para todos os gostos”.

Outro fator que marcou bastante os significados da série foi a relação que os textos publicados sob o título “Balas de Estalo” estabeleceram com a política e com o humor. Elementos unificadores da série, o humor e a política fizeram-se presentes na escolha de alguns pseudônimos, dos temas e, por que não, do próprio título da série. Prosseguindo neste raciocínio, nos deparamos mais uma vez com a idéia original de Ferreira de Araújo para “Balas de Estalo”. Seria o nome da série uma expressão para as “pérolas” produzidas pela política brasileira? Provavelmente sim. Embora não seja possível afirmar categoricamente, muitos indícios nos fazem acreditar que esta também seja uma explicação possível. No ano de 1864, por exemplo, foi publicado na *Semana Ilustrada* um artigo cujo título era “Para Balas de Estallo Parlamentares e Mundanos: a venda em casa do moleque da Semana Ilustrada”, e que também tratava de política – além dos temas mundanos -, tal como “Balas de Estalo” faria na década de 1880. O artigo era composto, entre outras coisas, por fatos “absurdos” e engraçados que haviam ocorrido nos palcos da política imperial:

“Um deputado estrangeiro – O nobre representante.../ Disse em face um deputado, forasteiro em outra terra/ Já serviu como soldado!/ Ou bem seja nacional/ Ou bem seja *oriental*. Responde o outro tranqüilo: - é falso! Sou nacional/ Quem

me quer contestar isso? Cingi banda além – é fato, mas não banda *oriental*, cingi banda de suíço”.

Ou ainda

“**A Bezerra** – Anda nos paços da câmara/ balindo que causa dó/ Uma bezerra assustada/ Com pêlo de merinó (sic)Fugiu do Curral de Pedras/ onde a pobre se criava/ e desde então, pobrezinha,/ chora o *Leite* que mamava./ Mamar quer ela; se quer!/ mas não acha o que, nem onde;/ Por isso também, coitada,/ em cada lugar se esconde”⁴⁵

O interessante neste artigo na *Semana Ilustrada* não está somente na semelhança do nome “Balas de Estalo”, mas também em seu conteúdo jocoso que procura resgatar certas “preciosidades” da vida cotidiana e, principalmente da atividade política. As “Balas” da *Gazeta* também comentavam as “pérolas” produzidas por deputados, vereadores, chefes de polícia e até mesmo pelo imperador.

O uso do humor como elemento unificador da série também é bastante significativo se pensarmos em como este gênero estava associado ao quadro da política imperial. Elias Thomé Saliba, em seu livro Raízes do Riso⁴⁶, analisa o desenvolvimento da cultura humorística no Brasil, rastreando desde os primeiros momentos do humor na imprensa. Ainda que seu estudo abarque principalmente o período da República e as primeiras décadas do século XX, há na obra comentários sobre o gênero humorístico e sua presença nos jornais cariocas nas últimas décadas do século XIX, que merecem ser aqui discutidas. Segundo o autor, nas últimas duas décadas do império, o “recurso cômico não era apenas pouco utilizado”, como também havia um “mal disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística, a não ser quando esta se mostrava suscetível de ser incluída ou classificada nos moldes estilísticos do romance, do drama ou da epopéia”⁴⁷. Saliba também afirma que o humor tolerado no século XIX era aquele que “provocava o bom riso”, que “não exprimia rancor”, que “não se dirigia contra “algo” ou “alguém”⁴⁸.

⁴⁵ Ambos os textos publicados no suplemento da *Semana Ilustrada*, n.160, 03/01/1864.

⁴⁶ Saliba, Elias Thomé. Raízes do Riso – A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁴⁷ Saliba, *op.cit.*, p43.

⁴⁸ Saliba, *op.cit.*, p44.

Considerando, contudo, a produção humorística sobre a política imperial, é possível notar a aceitação de um humor diverso do citado por Saliba. Havia na segunda metade do século XIX um tipo de humor que estava presente em séries tão duradouras como “Balas de Estalo”, que não seguia os padrões do romance, do drama ou da epopéia e que, muitas vezes se dirigia contra pessoas e instituições. A política como alvo do gênero humorístico já tinha uma tradição no Rio de Janeiro desde, pelo menos, a publicação de obras como as Memórias do Sobrinho do Meu Tio, de Joaquim Manuel de Macedo⁴⁹, escritas nos últimos meses de 1867, e que discutiam as artimanhas políticas, o desrespeito à Constituição do Império, a falácia dos partidos políticos que se revezavam no poder, entre outras questões. Apontada como o maior mal da cidade por Arthur Azevedo em sua peça *O Mandarim*, a política era uma fonte inesgotável para a produção humorística daquele final de século. E não havia como ser diferente. Para José Murilo de Carvalho⁵⁰,

O “caráter ambíguo das idéias e das instituições tornava-se mais evidente em época de crise. Nos momentos de normalidade predominava o pacto básico entre os reis e os barões, predominava a ficção do regime constitucional, da representação, dos partidos, do liberalismo, da civilização”. (...) A ambigüidade gerava assim também distorção de perspectivas na visão dos contemporâneos, para não falar dos analistas posteriores. Gerava um complexo jogo de realidade e ficção, a tal ponto que as duas se confundiam freqüentemente(...). Foi sem dúvida uma percepção intuitiva desta natureza do sistema que levou vários contemporâneos a salientar o aspecto teatral do jogo político imperial, o aspecto da representação, do fingimento, do fazer de conta.⁵¹

Uma vez que a política ganhava aspectos de teatro, de um jogo de representação e fingimento, o autor afirma que o melhor gênero desse teatro seria a comédia, pois esta “admitia o conflito”, mas permitia a reconciliação final, embora parcial, dos homens entre si e com as circunstâncias, como ocorreu com o baile da Ilha Fiscal que encerrou o período

⁴⁹ Macedo, Joaquim Manuela de. Memórias do Sobrinho do Meu Tio/ Flora Sussekind. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵⁰ Carvalho, José Murilo de. A construção da Ordem: a elite imperial; Teatro de Sombras: a política imperial, 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relumê-Dumará, 1996.

⁵¹ Carvalho, *op.cit.*, p384.

imperial⁵². Embora José Murilo de Carvalho esteja tratando de temas mais gerais do regime político do império, sua definição sobre a política como teatro de comédia se encaixa perfeitamente ao tipo de humor que “Balas de Estalo” estava produzindo entre os anos de 1883 e 1886. No momento em que a série é escrita, há uma crise muito clara das principais instituições do período e, por isso, esse caráter de teatralidade da política vem à tona nas discussões sobre o parlamentarismo, o poder pessoal e troca constante de gabinetes ministeriais. Os literatos estão atentos a esses jogos de representações e fingimentos que ocorrem nas regiões mais altas de poder, e a maneira que encontram para lidar com a questão é o humor, e também o teatro:

“Testemunha ocular e auricular envia-nos o seguinte trabalho, organizado sobre a grande comédia da semana – a queda do ministério e sua substituição⁵³. Trabalhada sobre fatos verdadeiros, esta comédia, além de ser fidedigna, é toda da atualidade. Transcrevemo-la tal qual no-la ofereceram: Quatro Dias de Apuro”⁵⁴

A crônica segue com falas de teatro, descrição de cenas e mudanças de quadro, tal como numa peça normal. Dom Pedro está ao telescópio, tentando “encontrar um modo de ver estrelas ao meio-dia”, quando recebe a visita de Lafayette Rodrigues, que vai ao paço anunciar sua demissão. No decorrer das cenas, o imperador recebe algumas das figuras mais importantes do partido liberal – tais como Sinimbú, Saraiva e Dantas – pedindo para que algum deles organize um novo ministério. O exemplo desta crônica é muito significativo, pois demonstra o quanto a política era vista como um teatro de comédia. O partido liberal não tinha mais como se sustentar frente à oposição dos conservadores e dissidentes da Câmara. Independente do presidente de Conselho escolhido pelo imperador, a Câmara iria continuar com a oposição. A Câmara queria a troca de partido para o novo gabinete ministerial. Dom Pedro e os políticos do Partido Liberal sabiam disso, mas insistiram na escolha de Dantas, que sobe ao poder e apresenta o projeto de lei sobre a

⁵² Carvalho, *op.cit.*, p389.

⁵³ Esta crônica trata da queda do ministério Lafayette e a subida de Rodolfo Dantas ao poder. A câmara dos deputados não mais oferecia seu apoio a Lafayette Rodrigues e o gabinete, ao perceber que não tinha mais apoio parlamentar, pede demissão. A escolha de outro presidente do Conselho de ministros foi um tanto confusa, pois políticos como Saraiva e Sinimbú recusaram o convite do imperador para a organização do novo ministério. Somente Dantas aceita e forma o gabinete 6 de junho de 1884.

⁵⁴ “Crônica da Semana”, *Gazeta de Notícias*, 08/06/1884.

libertação dos escravos sexagenários. A Câmara mais uma vez torna inviável qualquer ação do governo, vetando todas as discussões e não realizando as sessões por falta de número. Moreira de Barros, escravocrata paulista, pede demissão do cargo de presidente da Câmara, como uma espécie de retaliação ao projeto Dantas. Governar parecia inviável quando Dantas recorre ao poder Moderador e pede a dissolução da primeira Câmara de Deputados eleita pela nova lei eleitoral de 1881. Dom Pedro II aceita o pedido e está montada a “farsa parlamentar”. A Câmara eleita pela lei de 1881, tida como a “verdadeira representação nacional”, foi destituída de seu poder por um simples ato do imperador⁵⁵.

“Balas de Estalo” também produziu crônicas sobre a política imperial como um grande teatro⁵⁶ (e de comédia). A crônica de *Lulú Sênior* de 20 de junho de 1883 é exemplo deste modo de comentar a política nacional. A crônica é a descrição de uma cena – uma reunião do gabinete ministerial, na qual se discute o que foi feito por cada um dos ministros que estão às vésperas de perder suas pastas. O ministério estava com os dias contados, mas nenhum de seus integrantes estava muito convencido disso:

Cena XI: os mesmos menos Ávila⁵⁷

João Ferreira⁵⁸: Disse e repito, não quero saber mais desta futrica. Vou para a Bahia.

Pedro Leão⁵⁹: Você não é mais baiano que eu.

Carlos⁶⁰: Pelo que vejo, a solidariedade consistiria em deixar que me alijassem...

Lustosa⁶¹: Se é para o bem da nação... (...)

João Ferreira: Decididamente eu vou para a Bahia.

⁵⁵ Sobre este episódio, ver Mendonça, Joseli M. N. Entre a mão e os anéis : a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição. Campinas : Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

⁵⁶ Ver, por exemplo, a crônica de *Lulú Sênior* do dia 20/05/1883 sobre a crise do gabinete Paranaguá.

⁵⁷ Henrique D’Ávila foi ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Gabinete 3 de julho de 1882, chefiado pelo liberal João Lustosa da Cunha Paranaguá.

⁵⁸ João Ferreira de Moura foi ministro da Justiça pelo gabinete liberal de 03 de julho de 1882, chefiado por Paranaguá. Ficou conhecido pelas inúmeras nomeações de tenentes coronéis que fez para a Guarda Nacional.

⁵⁹ Pedro Leão Veloso foi ministro de império pelo também gabinete liberal 03 de julho de 1882.

⁶⁰ Carlos Afonso de Assis Figueiredo foi ministro da Guerra no ministério 03 de julho de 1882.

⁶¹ João Lustosa da Cunha Paranaguá, o visconde foi presidente do conselho de ministros do gabinete 03 de julho de 1882.

Carlos: Eu declaro mais que, se me alijarem e reorganizarem o ministério sem mim...

Lourenço⁶²: Mas venha cá, seu *Carlinhos*; você compreende que não é possível meter no novo programa, que se prorrogará todos os meses da licença do Sr. Conde D'Eu...

Carlos: Você é suspeito. Você sempre é homem que tem vontade de deixar de ser ministro, uma coisa que nunca se viu!

João Ferreira: E eu então? Eu também não quero deixar de ser ministro?

Carlos: Você já acabou de nomear tenentes coronéis; por mais que procure, não acha mais quem queira disso. (...)

Lustosa: Os contínuos estão à porta. Salvemos as aparências, pelo menos!

João Ferreira: Eu quero ir para a Bahia.

Lustosa: Vou pôr a votos. Primeiro dissolve-se a câmara? O que diz seu Pedro Leão?

Pedro Leão: Dissolve-se. (...)

Lustosa: Mas olha, nós dissolvemos a câmara...

Lourenço: e o ministério?

Pedro Leão: Reorganiza-se o ministério...⁶³

Lourenço: E contam comigo para isso?

Lustosa: Se quiser...

Lourenço: Pois você sabe que se eu não fosse ministro, há muito tempo estaria na oposição?

Lustosa: Mas por quê?

Lourenço: Porque não posso aturar este governo, que dá cabo das províncias....

O teatro político estava, então, montado, na visão do cronista. Amedrontados com o risco de perderem suas pastas, os ministros, na crônica, revêem seus erros, acusam-se uns aos outros e ameaçam entrar para a dissidência liberal caso não se vejam integrantes de um novo ministério. A farsa está montada. São do governo, mas podem ficar contra ele a qualquer momento. São liberais, mas a dissidência passa a ser uma opção caso sejam

⁶² Lourenço Cavalcanti de Albuquerque ocupou a pasta de Negócios Estrangeiros no gabinete liberal de 3 de julho de 1882.

⁶³ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 20/05/1883.

destituídos de seus cargos. Tudo era uma questão de poder. Mas era preciso falar baixo, para “manter as aparências”, como queria o Visconde de Paranaguá.

Assim era vista a política imperial pelos cronistas da série. Ao longo de seus três anos e meio de publicação, comentou sistematicamente o cotidiano da política imperial. Alegre, bem humorada e disposta a preencher os requisitos da *Gazeta de Notícias* em atingir popularidade e cativar o público leitor, esta série discutiu diariamente as principais tensões políticas e sociais pelas quais passava o Brasil naquele momento. Fosse como “doces guloseimas”, “estalinhos de criança” ou “balas de artilharia”, a série lia e interpretava o jornal para o leitor. As atividades das Câmaras, do Gabinete de Ministros, as ações do imperador nada escapava aos atentos e perspicazes narradores de “Balas de Estalo”. Através destes textos brincalhões, cada um dos narradores colaborava na construção de um projeto político bastante definido: a falência das principais instituições do país, tais como a monarquia, a igreja e a escravidão eram denunciadas como forma de proselitismo do novo projeto político, republicano e liberal. A modernidade era dissociada da monarquia católica e escravagista, a separação entre igreja e estado era pressuposto da então chamada modernidade. Os literatos se valiam então do velho “*ridendo castigat mores*” para propor as inovações. E foi este conjunto de críticas às instituições do período que a série cuidadosamente tratou de inserir nas páginas daquele que se tornou um dos maiores e mais populares jornais da corte, a *Gazeta de Notícias*. Contando com a assídua colaboração do dono deste jornal, a série tratou de muitos assuntos polêmicos e importantes para o período. Crítico ferrenho do poder da igreja naquela sociedade, Ferreira de Araújo definiu os parâmetros gerais da série a partir das críticas e discussões que já travara anos antes no jornal *O Mosquito*. A diferença era que em seu novo jornal ele decide fazer isso em grupo, e assim nasce “Balas de Estalo”.

Capítulo 1: Os narradores de “Balas de Estalo”

Pacientemente, mesmo resignadamente, temos visto desfilar na fileira dos artilheiros destas *Balas* nomes completamente desconhecidos, e não poucas vezes, propositalmente disfarçados. Aqui, o que escreve hoje, não sabe quem escreveu antes nem quem vai escrever depois. Em todo caso, cada um já sabe que tem a reear a concorrência, e contra ela se previne do melhor modo possível. Um dia é Lulú Sênior, outro dia é Lélío, outro Décio, outro Mercutio, outro José do Egito, outro Zig-Zag, enfim uma caterva de maldizentes em geral corretos e comedidos. João Tesourinha⁶⁴

Considerada pelo senso comum como gênero literário “menor”, a crônica parece ter sido, por muito tempo, negligenciada por críticos literários e outros estudiosos. Sua elaboração mais imediata, atendendo à publicação diária do jornal, parecia comprometer requintes formais atribuídos pelos críticos aos contos e romances. Seu tom leve, ágil e engraçado implicaria em descuidos formais e literários que a transformariam em gênero de somenos importância. Muitos autores, entretanto, dedicando-se ao estudo deste gênero que se tornou muito popular a partir da segunda metade do século XIX, reconheceram, entre outras coisas, a importância da crônica na experiência dos literatos e jornalistas que se envolveram com a produção destes textos e que fizeram deles uma espécie de “laboratório literário”⁶⁵. Originária do folhetim, a crônica transformou-se em um espaço de liberdade temática e formal, bem como em uma “oficina de trabalho” na constituição de uma “linguagem mais solta e mais próxima da oralidade”⁶⁶. Assuntos aparentemente banais do dia-a-dia da política, das festas populares, da higiene pública ou do movimento teatral ganhavam uma dimensão muitas vezes literária, tornando a crônica uma das principais vias

⁶⁴ João Tesourinha, “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 12/07/1883.

⁶⁵ Meyer, Marlyse. “Voláteis e Versáteis. De variedades e folhetins se fez a crônica” in *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Antonio Cândido [et. al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p117.

⁶⁶ Meyer, op.cit, pp 130-131.

de acesso do grande público ao universo da literatura. Ligada intrinsecamente ao cotidiano, a crônica utilizava o miúdo e mostrava nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade⁶⁷. Filha do jornal e da “era da máquina”, onde tudo acaba tão depressa, a crônica não foi criada nos mesmos moldes do livro, pois não era feita para durar e, por isso, sua perspectiva não era a dos que escreviam do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão”, transformando então a literatura em “algo íntimo com relação a vida de cada um”⁶⁸.

Vista por muitos críticos como um “misto híbrido de jornalismo e literatura”, sendo confiadas, por essa razão, a literatos de destaque em suas respectivas épocas, como José de Alencar, Olavo Bilac, Machado de Assis e Drummond⁶⁹, a crônica, na segunda metade do século XIX, foi se consagrando como uma grande divulgadora do “fazer literário”⁷⁰. Para John Gledson, por exemplo, estes textos “não menos literários”, mas “marginalmente respeitáveis”, permitiam aos escritores “experimentarem” técnicas narrativas “sem saber ao certo o que estavam fazendo”, aperfeiçoando assim técnicas usadas futuramente em romances e obras maiores⁷¹, não devendo ser esquecidos por isso da sua perspectiva literária. Para o autor, a “arte das transições” de Machado de Assis em romances como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, por exemplo, deve muito, tanto quanto a Sterne ou Stendhal, à sua habilidade de ligar e transitar entre assuntos aparentemente díspares, técnica tantas vezes utilizada e testada nas crônicas que escreveu⁷².

A idéia da crônica como laboratório literário foi ainda utilizada por outros autores, principalmente quando o escritor em questão era Machado de Assis. Lúcia Granja, por exemplo, também defende a importância da experiência de Machado com a produção de

⁶⁷Candido, Antonio. “A vida ao rés-do-chão” in *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Antonio Cândido [et. al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p13.

⁶⁸ Candido, op.cit., p14.

⁶⁹ Gledson, John. “Introdução” in Machado de Assis, *Bons Dias! Crônicas (1888-1889)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990, p12.

⁷⁰ A presença de importantes nomes do mundo das letras colaborou decisivamente para a popularização do trabalho literário no momento em que suas colunas diárias e seus pseudônimos transformavam-se em uma das principais atrações dos jornais. Ver Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. Campinas, SP: 2ª. ed. rev. - , Editora da Unicamp, 2004, p41.

⁷¹ Gledson na introdução da coleção de *Bons Dias!* fala da importância das crônicas de Machado de Assis na confecção de obras como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Gledson, op.cit., p12.

⁷² Gledson, op.cit, p12.

crônicas, pois para Granja foi com elas que o autor aperfeiçoou e desenvolveu alguns recursos e técnicas literárias, bem como explorou assuntos que estariam presentes em sua obra de ficção⁷³. Lúcia Granja afirma que nas crônicas de Machado a “citação dos textos literários, os recursos narrativos de que utilizava para recontar a semana e, dentro disso, os outros recursos que cabiam à construção de ironias, humor, ao enquadramento do tempo presente em uma comédia divertida cujo expectador era o leitor, guiado pelas mãos hábeis do narrador da crônica, tudo isso transportava para bem perto do leitor a experiência literária em versão íntima e cotidiana”.⁷⁴ Ao estudar a atividade de Machado de Assis como cronista na década de 1860, a autora analisa cuidadosamente como muito dos temas, das abordagens e das técnicas que Machado utilizou em textos futuros – romances e contos, por exemplo – já estava muitas vezes contidos em suas crônicas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, confirmando a importância deste gênero na experiência de Machado.

Sonia Brayner, ainda em estudo sobre o mesmo autor, também nos fala dessa experiência de Machado ao testar recursos de linguagem na confecção das crônicas, “aprendendo a difícil arte de controlar um leitor de atenção arisca, a organizar transição de assuntos díspares, a ser inteligente e sagaz sem aborrecer por impertinência”⁷⁵. Para a autora, Machado, em suas crônicas, tentou copiar do ofício de historiador os “procedimentos de controle do conteúdo da informação, embora trabalhasse em cima do próprio acontecimento, instalando em seus textos a fantasia da ficção”, provocando assim a ambigüidade própria da narrativa testemunhal, “cuja subjetividade acabava por dominar a instância da enunciação”.⁷⁶ Segundo Brayner, as crônicas de Machado faziam passar de forma sutil e imprevisível suas afirmações sobre os fatos, na forma fácil do diálogo com um leitor imaginário que se instalava dentro do texto, ou, até mesmo, teatralmente, na estrutura dialogal de sua organização.⁷⁷ Machado recolhia as notícias dispersas e dava-lhes um enquadramento de significação. “O narrador embuçado em um pseudônimo, espécie de jogo ficcional com o leitor, procurava sobrepor o enunciado literário ao dado empírico,

⁷³ Granja, Lúcia. Machado de Assis: escritor em formação (à roda dos jornais). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000, p18.

⁷⁴ Granja, op.cit., p22.

⁷⁵ Brayner, Sonia. “Machado de Assis: um cronista de quatro décadas” in A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Antonio Cândido [et. al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992, p410.

⁷⁶ Brayner, op.cit., p412.

⁷⁷ Brayner, op.cit., p412.

desqualificando a transparência da simples notícia”.⁷⁸ Para Brayner, a obra machadiana em muito se beneficiou da crônica, pois valeu-se dela como um “campo de provas para toda a espécie de experimentação dos limites de narrar”. “Dentro de um mosaico de historicidade, o leitor e o autor eram capazes de reescrever, graças aos ardis do texto e de seus novos ritmos, aquela oralidade aparentemente condenada às conversas de confeitaria, esquinas, saraus e teatros”.⁷⁹

No entanto, apesar da importância de se analisar a crônica como um espaço de liberdade temática e formal e, por isso, como uma espécie de local de “experimentação literária” para autores, devemos nos atentar para a compreensão desse gênero em si, e como, de fato, ele instaurou uma dimensão literária na sua elaboração. Certamente Machado de Assis utilizou técnicas e temas de suas crônicas em obras futuras, bem como usou sua experiência como cronista para desenvolver melhor a transição entre os assuntos surgidos em seus futuros romances. Entretanto, os estudos que chegam a essas conclusões pouco se atêm à confecção efetiva desse estatuto literário das crônicas e das séries que Machado de Assis escreveu. Questões sobre a construção de uma personagem narradora, suas características, sua interação com o contexto maior da série parecem ficar de fora destas análises.

Perguntas como a “qual a distância entre as idéias do autor e da personagem criada” ou “qual a importância do pseudônimo na constituição desse narrador ou como lidar com a elaboração prévia de uma personagem diante da indefinição dos acontecimentos diários” são imprescindíveis se queremos compreender como se dá, em parte, esse estatuto literário da crônica., não só como “laboratório” de linguagem, mas como um gênero literário em si, complexo, e que exige, em graus diferentes dos romances e contos, uma elaboração prévia. Certamente que nem todas as séries e cronistas lidam da mesma forma com essa questão. Provavelmente não encontraremos uma homogeneidade na construção de personagens narradores ou na constituição de uma unidade temática e formal nas mais variadas séries e colunas de crônicas que foram publicadas ao longo do século XIX. E isso mesmo para o caso de Machado de Assis. Entretanto, o importante é que se olhe para o gênero cronístico

⁷⁸ Brayner, op.cit., p413.

⁷⁹ Brayner, op.cit., p 414.

não como um meio para entender obras futuras, mas como o objeto em si, que requer uma compreensão específica do fazer literário.

A questão do uso de pseudônimos, por exemplo, é parte importante dessa investigação, pois é ele, e a constituição de uma personagem ou não, que nos indicam, de forma mais imediata, o interesse do autor em investir no estatuto literário da crônica. Sonia Brayner aponta algumas possibilidades de compreensão sobre a utilização de pseudônimos nas crônicas, principalmente nas de Machado de Assis, na medida em que entende o uso de uma assinatura diversa como um modo de instaurar um “jogo ficcional com o leitor”, sobrepondo o enunciado literário ao dado empírico, não deixando que a crônica parecesse uma simples transposição da notícia dada em outras partes do jornal. Muito provavelmente esta foi a intenção não só de Machado, como de muitos outros escritores que optaram por assinar com um pseudônimo. No entanto, como cada autor lidava com esse “jogo ficcional”? Até que ponto podemos considerar o uso de pseudônimos como um simples distanciamento entre autor e pseudônimo ou com a criação de uma personagem previamente elaborada, com certas características definidas, distanciando-se aí efetivamente do seu criador?

Por outro lado, o argumento de Sonia Brayner também pode ser apenas parte da explicação, na medida em que o pseudônimo também esteve ligado a outras questões como, por exemplo, à discussão sobre a liberdade de imprensa. Seu uso por literatos e jornalistas nem sempre foi uniforme, muito menos teve, em todos os momentos, características literárias. Ivana Stolze Lima, em seu trabalho Cores, Marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil⁸⁰, por exemplo, revela que o anonimato na imprensa sempre foi motivo de preocupações e turbulências. Ao estudar a maneira como alguns segmentos da população urbana do Rio de Janeiro procuraram participar ativamente da política no período regencial através da imprensa, a autora revela que, desde a Lei de Imprensa de 1830, o anonimato já se revelava uma fonte de problemas⁸¹. Já em 1830, o anonimato era permitido desde que fossem mencionados o lugar, a tipografia e a data da impressão do texto. Mas nem isso limitava o uso do anonimato como arma num “teatro” de

⁸⁰ Lima, Ivana Stolza. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

⁸¹ Lima, idem, p36.

polêmicas e acusações⁸². É justamente essa legislação sobre a imprensa que paulatinamente “forjou a noção de autor, imputando-lhe a responsabilidade pelos escritos”. Foi uma “apropriação penal dos discursos”, indicando um processo em que a afirmação da identidade do autor esteve ligada à censura e à proibição dos textos considerados perigosos. E esse fato, para Ivana Stolze Lima, não pode deixar de ser relacionado a uma das dimensões essenciais do anonimato, pelo menos ao que se refere àquele período. Para a autora, o “anonimato forjava brechas, ainda que arriscadas, nas tentativas de controle sobre a imprensa”⁸³. Inserido em uma imprensa onde as discussões de idéias se davam por acirradas polêmicas, o anonimato foi a recurso de que muitos escritores se valeram para “preservar” a sua liberdade de publicar e se defender de possíveis acusações penais.

Passados os anos da regência, e encontrando agora os anos de 1880, o anonimato e a liberdade de imprensa continuavam como um constante símbolo do debate de até onde a imprensa poderia ir com suas publicações ou não. Em outubro de 1883, por exemplo, é morto o redator do jornal *O Corsário*, Apulco de Castro, que havia naquele ano, através de seus escritos, atacado ferozmente alguns oficiais do 1º. Regimento da Cavalaria, acusando-os de serem um “repertório de escândalos”⁸⁴. O assunto gera polêmica e artigos inflamados pela grande imprensa, que responsabiliza o governo e até o imperador por não frear a publicação de insultos em jornais que chamam de “pornográficos”, bem como por não se comprometer com o bom funcionamento da Justiça e o cumprimento da lei que protegia os cidadãos de tais insultos⁸⁵. Ferreira de Araújo - e outros como Pedro de Barros⁸⁶ - desejava que a Lei de Imprensa fosse mais respeitada, fiscalizada, e que os culpados por artigos anônimos ou jornais com intuítos caluniosos fossem responsabilizados por seus atos perante a Justiça. Araújo defendia a liberdade de imprensa, mas achava que o governo não devia se ausentar de questões como as do caso do *Corsário*, que circulou por muito tempo publicando acusações e difamações de diversas pessoas da cidade sem que nada lhe acontecesse.

⁸² Lima, idem, p38.

⁸³ Ivana Stolze Lima, op.cit., p39.

⁸⁴ Sodré, op.cit, p266.

⁸⁵ Araújo, Ferreira de. “Cousas Políticas” in Gazeta de Notícias, 29/10/1883.

⁸⁶ Pedro de Barros publicou vários artigos na Gazeta de Notícias depois do assassinato de Apulco de Castro, intitulados “A propósito do fato do dia 25 de outubro”, durante todo o mês de novembro. Nele, Barros discutia como a Lei de Imprensa e a Justiça não inibiam a propagação de jornais como o *Corsário* e o que deveria ser feito para que estas regulamentações fossem respeitadas.

Assim sendo, devemos estar atentos para os variados sentidos que a utilização de pseudônimos adquiriu e as formas pelas quais, por exemplo, ele contribuiu para o estabelecimento da crônica como um gênero literário. Certamente ele foi usado com os mais variados propósitos: como uma brincadeira entre os autores; como forma de preservar a identidade de quem escreve e/ou ainda como a construção de uma personagem com características próprias, coerentes e previamente elaboradas. No entanto, um aspecto comum no uso dos pseudônimos é a indicação de um meio de desvendar as intenções e o investimento de um cronista ao inaugurar uma série de crônicas. O pseudônimo muitas vezes delimita as características de uma série inaugurada. É ele quem indica para o leitor até onde as idéias que estão contidas na crônica são do autor do texto ou de uma personagem, o que requer mais atenção e reflexão por parte de quem lê esses “inocentes” comentários dos acontecimentos cotidianos. E é por isso que devemos considerar o pseudônimo mais do que um simples “jogo ficcional”, interpretando-o como indicativo dos caminhos que serão trilhados em cada crônica e em cada série.

O caso de “Balas de Estalo”

Quando “Balas de Estalo” estreou na *Gazeta de Notícias*, este jornal vivia seu auge de popularidade e suas páginas contavam diariamente com a participação de importantes literatos da época. Nomes como o de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Raul Pompéia, José Carlos Rodrigues e Capistrano de Abreu⁸⁷ figuravam entre os seus principais colaboradores. A *Gazeta*, que a cada passo demonstrava seu interesse em se fazer um jornal mais dinâmico e mais abrangente para o público leitor, investia sistematicamente seus esforços em se estabelecer como um jornal “literário”⁸⁸, fazendo da participação destes grandes escritores um dos seus principais atrativos. E “Balas de Estalo” incorporava em grande parte esse “espírito” da *Gazeta*. Dinâmica, envolvida com os acontecimentos diários da cidade e intrinsecamente ligada ao gênero humorístico, a série também contava com a colaboração de alguns dos mais importantes nomes do mundo das letras. Machado de

⁸⁷ Machado de Assis, *Crônicas de Lélío*, organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p1.

⁸⁸ Marialva Barbosa em seu estudo sobre a imprensa carioca chama o jornal de Araújo de “a literária *Gazeta de Notícias*”. Ver Barbosa, Marialva. *Os donos do Rio: imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, p43.

Assis, Valentim Magalhães, Capistrano de Abreu e mesmo com a do dono da *Gazeta*, Ferreira de Araújo, jornalista respeitado e conhecido na época. Além disso, desde os primeiros momentos de sua publicação, “Balas” também evidenciava para o público o lugar de destaque que ocupava na *Gazeta*, contendo, por isso, muito das propostas gerais daquele jornal, tais como o compromisso de deixá-lo a par de tudo que acontecia na cidade, de “desopilar-lhe o baço” – nas palavras de Lulú Sênior – ao garantir-lhes boas risadas e de fazer um jornal cada vez mais popular e acessível a todos.

No entanto, além dessas qualidades enunciadas desde os primeiros momentos da série, um dos fatores que parece ter chamado bastante a atenção dos leitores, conquistando-lhes o interesse pela série por longos três anos de publicação diária, foi o grande número de narradores que “Balas” continha. E essa constituição de um grupo que discutia coletivamente os assuntos da cidade parece ter dado à série um lugar de destaque entre as outras colunas publicadas no período. Em abril de 1883, por exemplo, quando “Balas de Estalo” estreou na *Gazeta de Notícias*, ela contava apenas com a modesta participação de cinco narradores. Lulu Sênior, Zig-Zag, Mercutio, Décio e Publicola revezavam-se no ofício diário de comentar os principais acontecimentos da cidade. Meses depois, após confirmar seu sucesso junto ao público, “Balas” já aumentava seu número de colaboradores para dez. Entravam para a série José do Egito, Lélío, Blick, João Tesourinha e Confúcio. Em 1884 ingressavam ainda Ly e João Bigode, em 1885, Anastácio e, por fim, em 1886, Carolus, João Minhoca e Farina. Neste último ano, “Balas” totalizava o número significativo de 16 pseudônimos, fazendo desta uma questão importante para a sua compreensão como um todo.

A constituição de “Balas de Estalo” como um grupo de narradores que discutiam coletivamente os assuntos da cidade sempre fez dela algo particular. Séries publicadas no mesmo período eram escritas, de uma maneira geral, por um único cronista. “Notas à Margem” (1883-1885) de Valentim Magalhães, “Macaquinhos no Sótão” (1886) de Ferreira de Araújo, “Bilhetes Postais” (1893-1894) de Coelho Neto, “Bons Dias!” (1888), “A+B” (1886) e “Gazeta de Holanda” (1887-1888) de Machado de Assis são alguns exemplos disso. Contudo, “Balas” e seus muitos integrantes parecem ter chamado a atenção do leitor e garantido o sucesso da série. Em animadas competições e polêmicas, os narradores da série iam, ao poucos, se desenhando para o leitor, evidenciando

características e opiniões que os individualizam e ao mesmo tempo colaboravam para a construção de um grupo bastante heterogêneo e dinâmico. Nas falas de cada um dos integrantes podemos identificar essas diferenças, bem como podemos observar o compromisso que todos eles mantêm com uma unidade da série, reconhecendo-se, o tempo todo, como integrantes de uma coletividade. Em janeiro de 1884, Décio, pseudônimo de Demerval da Fonseca, ao comentar a atividade da série ao longo do ano de 1883, fala um pouco da constituição desse grupo e delimita para o leitor algumas das características de cada um dos participantes da série:

“Zig-Zag queixava-se ontem amargamente dos seus colegas, por terem-no deixado com o encargo das *balas* de fim de ano. Também, jamais eu vi um homem tão cheio de queixas – e de mazelas! E além de tudo é mentiroso. Em primeiro lugar, cá em casa não se deixa tal trabalho a este ou àquele; fazem-se *balas* por escala ou por obrigação, que Zig-Zag; hoje é meu; amanhã será de Lulú Sênior; depois será o de Publicola ou de Confúcio, conforme a cousa sair pouco aceitável; ou, modéstia a parte, será outra vez de Décio, se a cousa for de trás, virá ainda o João Tesourinha, se Zig-Zag fizer cousa sem pés nem cabeça; ou talvez Blick se apresentará, se lhe restituírem uma e outra – a cabeça e os pés.

Ora, isto posto – eu não sou de caixas encouradas (sic) –, já se vê que Zig-Zag foi por *prosa* que veio dar a entender que nós o tínhamos elegido para o cargo de baleiro do último dia do ano. Se nós o tivéssemos de eleger para alguma cousa seria a para o último dos baleiros. Em segundo lugar (o primeiro lugar está dois parágrafos acima), Zig-Zag não tinha motivos para queixas, por ter de fechar o ano das *balas*; se lhe houvesse ocorrido a idéia com o tempo, ele poderia ter feito ontem o índice de todas as balas do ano, e teria conseguido um efeito magnífico. Seria preciso apenas referir-se às *balas* de Lulú Sênior, que, sobre ter muito espírito, é um excelente patrão; e referir-se às minhas, - às de seu criado, que, além de não ser patrão, tem muito espírito; para fazer lograr os aplausos do público. Entretanto, não se lembrou de tal alvitre. É que não se pode dizer daquele cérebro o que do seu disse um pouco tarde André Chénier: - *que il y avait quelque chose là*.

Pois vou mostrar-lhe como se faz.

Antes de tudo, agradecemos ao público leitor amante da fina literatura humorística o grande apreço que tem dado a estas balas. Durante este ano findo sustentamos esta sessão com os seguintes colaboradores: Lulú Sênior, Zig-Zag, Mercutio, Blick, Confúcio, Publicola, Lélío, José do Egito e este seu criado Décio. Tratamos de vários assuntos, cada qual mais importante, cada qual mais digno da leitura e da apreciação do público.

Mercutio abriu caminho. Trouxe um artigo contra a prática do Centro Positivista e as religiões *mambembes* e *jucas rosas*, concluindo com a frase do José do Egito: Ah que não sei de hoje como o *Comte*... Mais tarde, intrigado por não ter assunto nem disposição para o gênero, entrou a assinar Blick e a escrever cartas ao Sr. Moura e ao Sr. Dantas, a propósito de vários assuntos políticos. Bem, este Mercutio e este Blick eram aquele mesmo professor de história, míope de profissão, inimigo dos *favos* por índole, e doudo por Spencer como ninguém...

Depois veio Zig-Zag; a princípio discutia as longas sessões da câmara, e fez uma chibante bala sobre um discurso do Sr. Ferreira Vianna, que os liberais e os conservadores aplaudiram com o riso, e que era assim como um ferro em brasa aplicado a todos eles. Entretanto, como lhe desse a falta de assunto para escrever cartas a S. M. o imperador sobre várias questões de atualidade – as cartas a que S. Majestade jamais dignou-se a responder – adotou Zig-Zag o nome de João Tesourinha – só para disfarçar. Foi com este nome que ele falou no Sr. deputado pelo 3º. distrito das Rosas de Malherbe, e que obteve um certo sucesso...no Engenho Novo. Pois bem; Zig-Zag e João Tesourinha eram aquele conhecido rapaz corpulento, de boa cara, a arrancar constantemente e vertiginosamente os fios do bigode, que taquígrafa na câmara dos deputados, instituiu o *Dizia-se Ontem* e traduz dramas para o teatro.

Seguiu-se Lulú Sênior, que jamais tomou assinatura diversa. Médico retirado, patrão capaz de todos os sacrifícios – até de elevar-nos os ordenados de 500% ou dar-nos de festas 6 meses de ordenados -, discutidor da questão do gás, das Cousas Políticas e dos relativos à junta da higiene – destas últimas quanto não tem assunto -; Lulú Sênior foi quem mostrou à câmara dos deputados que Sganarello era uma bela criação de Molière, e não do tipo que a mesma câmara imaginara; foi ele quem disse ser a *Folha Nova* o melhor jornal do Rio de Janeiro, na opinião do Sr. Sousa Carvalho, porque dava anos; foi quem historiou o Sr. Afonsinho julgado pelo Sr. Inácio Martins; é quem descompõe os colegas e

companheiros quando não tem assunto; e é quem simula o maior horror às sogras, porque só por escrito tem a coragem desta opinião. Já é conhecido até na Ilha dos Ratos: pela tosse *sui generis* e pelo abdômen que cresce desmesuradamente.

Lélio é aquele literato chefe, poeta, dramaturgo e romancista, que depôs um dia a sua coroa de burocracia da agricultura e a sua filosofia *brás cúbica* para fazer em balas de estalo uma boa reclame (sic) à Camisaria Especial. Quando cabe-me o dia em sábado, ele faz por mim as balas; por isso não posso dizer que foi ele quem inventou a frase – *não é impossível* – nem contar quantos anos tem ele.

José do Egito faz hoje as suas notas à margem. Escreveu balas sobre interpelações, sobre touradas, e, de uma feita, despediu-se do regimento dos confeitores, assinando por nós todos... sem para isso ter procuração, como devia ter pedido antecipadamente, desde que é advogado. Confúcio respondeu ao poeta Rozendo republicano o triolet do Raimundo. – Larga essa lira cachetiça (sic); descobriu a minha secretaria do império do Brasil. Publicola pôs em pratos limpos os preços dos barões, a saber o da terra 750\$ e do estrangeiro 2:000\$; ambos são um e o mesmo indivíduo. Depende da ocasião.

Ora, a vista desta declaração – indicado ano findo, já os nossos apreciadores sabem a quem mandar as festas hoje, pelo muito que fizemos durante o ano passado. Um bom peru, uma coroa de louros, ou uma valente sova de pau, já sabem as vítimas e fregueses das balas a quem remeter o presente, com indicação certa. Eu declaro desde já: opto pelo peru. A Lula Sênior que é uma glória nacional – e patrão – caberá a coroa de louros. Zig-Zag, se quiser, pode ficar com o resto”. Décio⁸⁹.

Comecemos pelo funcionamento da série. Na crônica de 31/01/1883, Zig-Zag reclamava de ter que escrever a crônica de fim de ano. Dizia que “seus amigos velhacos atiraram-lhe para o último dia do ano”, dando a entender que queriam encerrar o ano de “Balas de Estalo” com “chave de ouro”. Injuriado, diz que aceitou o “encargo”, mas que em seguida percebeu que seus companheiros haviam “abusado de sua boa fé”, colocando-o na dura situação de fazer as despedidas do ano. Restava a ele, agora, “desembaraçar-se desta tarefa” tratando de assunto diverso do fim do ano, considerado por ele a “coisa mais vulgar deste mundo”⁹⁰, pois sempre se repetia. Zig-Zag segue a crônica tratando então da famosa

⁸⁹ “Balas de Estalo”, 01/01/1884. Décio (Demerval da Fonseca).

⁹⁰ “Balas de Estalo”, 31/12/1883. Zig-Zag (Henrique Chaves).

relação de hostilidades entre Lulú Sênior e as sogras, assunto que marcou o primeiro ano da série e que ajudou a caracterizar a participação do pseudônimo de Ferreira de Araújo em “Balas”. Inaugurando o ano, em crônica de 01/01/1884, Décio responde às acusações de Zig-Zag, dizendo que, além de mal humorado, seu companheiro de artilharia era um “mentiroso”, uma vez que ele sabia serem as “balas de estalo” feitas por escala. E Zig-Zag sabia de fato, pois em crônica de 24/07/1883 ele mesmo havia assim explicado para o leitor que “isto de balas de estalo era feito por escala” e que um artilheiro só podia se ausentar de sua obrigação mediante “atestado de médico” ou “certidão de óbito”. Que “um bom artilheiro”, “um artilheiro que quer deixar um nome honroso na história dos tiroteios diários”⁹¹ não deveria faltar a tal compromisso, nem mesmo por falta de assunto⁹².

Décio estava certo, não havia o que reclamar. As balas eram feitas por escala e era preciso sempre lembrar ao leitor como um grupo tão grande trabalhava na confecção das crônicas. E isso foi feito muitas vezes ao longo da publicação da série. Os narradores, através das falsas polêmicas e brincadeiras esforçavam-se por deixar o leitor consciente do funcionamento, bem como do formato coletivo da série, delimitando as obrigações e as participações de cada um no todo. Não só esclareciam sobre a distribuição dos dias de publicação, como ressaltavam a todo o momento – principalmente Zig-Zag, sempre a resmungar – o pagamento de dez mil réis por crônica publicada⁹³.

Décio, então, na crônica de 01/01/1884, vai, aos poucos, definindo o que havia sido a nova série da *Gazeta de Notícias* em 1883. Já eram nove meses de publicação, pequenas caracterizações já haviam sido feitas para o leitor, mas agora, inaugurando um novo momento da série, era preciso delimitar ainda mais o formato da série. Décio, além de referir-se à escala de narradores, ainda lembra o típico mau humor e rabugice de Zig-Zag, a

⁹¹ “Balas de Estalo”, 24/07/1883. Zig-Zag (Henrique Chaves).

⁹² Esta crônica de 24/07/1883 deu início a uma polêmica extensa entre Zig-Zag e Lulú Sênior, pois o primeiro acusava o “patrão” de passar a obrigação das balas para outros quando não tinha assunto. As crônicas dos dias 25/07/1883, 26/07/1883 são referentes a essa briga entre os dois narradores e ao final Zig-Zag ameaça sair da série. Mas logo volta atrás.

⁹³ Em crônica de 23/07/1884, por exemplo, Zig-Zag afirmava: “Como não sou de arcas encouradas, nem tenho papas na língua, e muito menos na pena ou no tinteiro, vou declarando já ao leitor, que, se não quiser ser roubado, não leia estas balas, e fuja delas como os escravocratas fogem do projeto Dantas. Pela minha parte estou disposto a roubar o patrão, contento-me com isso, não quero roubar o leitor. Porque confesso que, se não fosse a obrigação em que me acho, de ganhar magros e chinfrins dez mil réis, com que a sovinice tradicional desta empresa opulenta resolveu pagar a minha prosa nesta seção, eu hoje não escreveria uma linha para ser dada à luz da publicidade”.

posição de destaque de Lulú Sênior na série, não só como o patrão – pois era Ferreira de Araújo um dos donos da *Gazeta* -, mas como um aglutinador do grupo de “Balas de Estalo”. Sendo o cronista mais assíduo da série, Lulu Sênior também era sempre uma espécie de referência para o grupo, o mais citado nas crônicas dos outros participantes, o que participou de mais polêmicas e brincadeiras no grupo.

“Balas” tornava-se, então, mais familiar ao leitor. Sabia-se como ela funcionava, quanto se ganhava por crônica, que tinha um “patrão”, que estava comprometida com a “fina literatura humorística” e que tinha alcançado a importante “apreciação do público”. Restava apenas conhecer um pouco mais de cada um dos seus integrantes. E disso Décio também havia se encarregado, apontando alguns caminhos para a compreensão das “funções” assumidas pelos narradores dentro da série. *Zig-Zag*, por exemplo, que durante todo o ano de 1883 deu grande ênfase à política, principalmente ao que se referia às sessões da Câmara, produziu várias crônicas descrevendo diálogos entre ministros e deputados, como se estes tivessem sido taquigrafados durante a sessão. Henrique Chaves transportava para seu narrador suas experiências na Câmara de Deputados – pois havia sido taquígrafo ao chegar na Corte -, fazendo das crônicas “taquigrafadas” uma característica de sua personagem. *Zig-Zag*, assumindo seu ofício, havia descrito uma sessão que definia seu papel na série. Era a sessão em que o político Ferreira Vianna⁹⁴ – conhecido pelos inflamados discursos contra o poder moderador usado por Dom Pedro – recebia o novo gabinete ministerial, convocado no dia 24/05/1883 e discursava mais uma vez sobre os abusos cometidos pelo monarca nas suas escolhas políticas. Conservador convicto, Ferreira Vianna teria recebido o apoio de ambos os partidos, ressaltando ainda mais a pilhéria da situação⁹⁵. Décio, ao citar essa crônica sobre Ferreira Viana, destacava para o leitor não só a brincadeira sobre os partidos políticos, o poder moderador e as funções do monarca, mas também um assunto que marcou a presença de *Zig-Zag* na série. Ao longo de toda a

⁹⁴ Ferreira Viana publicou um panfleto intitulado *A conferência dos Divinos*, em que Pedro II, por ele já antes chamado de César caricato, aparecia ao lado de Nero e outro tirano, contando-lhes, em tom paternal, como conseguira governar sem uso da violência, apenas com a arma da corrupção. Acusava-se o rei de manipular os partidos, de arbitrariamente chamá-los ao poder e dele apeá-los de desrespeitar seus programas políticos, atribuindo, por exemplo, aos conservadores a tarefa de votar reformar liberais, de aproximá-los e separá-los para confundí-los, de jogar as lideranças umas contra as outras. A própria idéia de conciliação foi atribuída ao imperador, que deste modo buscava desmoralizar os partidos e enfraquecê-los. *Op.cit*, p. 378.

⁹⁵ Ver crônica de 25/05/1883. *Zig-Zag* (Henrique Chaves).

publicação de “Balas”, este pseudônimo se encarregou de discutir sistematicamente as instituições e as práticas políticas de ministros e, principalmente, as do imperador. A “dança constitucional”, como ele se referia ao poder moderador, era um de seus assuntos preferidos nas “Balas de Estalo”.

Lélio, por sua vez, foi lembrado na crônica de Décio como o narrador que fazia reclames – de graça – à Camisaria Especial, pois no dia 15/07/1883 havia escrito uma crônica sobre aquela loja a partir de um anúncio que havia lido nos “A Pedido”. Sob a inspiração e influência dos textos de Homero, Lélio em sua crônica narra a história de um freguês que, pagando menos por uma mercadoria, voltou à Camisaria para devolver a diferença. Chamando o ocorrido de “epopéia burguesa”, Lélio comentava e satirizava a importância dada pelo dono da loja ao fato, além de anunciar o local exato daquele comércio. Dias depois, o Sr. Striber, dono da loja, volta aos jornais reclamando que o acontecimento descrito no “poema” de Lélio não correspondia à verdade e que aquilo o ofendia. Apesar da polêmica, o narrador criado por Machado de Assis ficou conhecido, a partir desta crônica, por fazer reclames à Camisaria Especial e a outros comércios e produtos.

Também Lulú Sênior surge a partir de assuntos que marcaram sua contribuição para a série, caracterizando-se como aquele que “mostrou à Câmara dos Deputados que *Sganarello* era uma bela criação de Molière e não o tipo tolo que a mesma câmara imaginara”. Este assunto havia surgido na crônica de 22/06/1883, quando o Lulú Sênior satirizou uma citação de Molière feita pelo chefe do gabinete de ministros, Lafayette Rodrigues Pereira. A citação de Molière, ao longo de 1883, tornou-se uma das “marcas registradas” deste narrador, sua referência obrigatória nas muitas crônicas publicadas sobre política. Ou seja, Décio não trata apenas das funções assumidas pelos narradores que compõem a série, mas também os identifica pelos assuntos que mais marcaram suas produções no decorrer do ano de 1883, algo importante para que as caracterizações das personagens fossem percebidas pelo leitor que acompanhava a série.

Por outro lado, ao “desvelar” os literatos responsáveis pelos narradores da série, Décio também apontava para as possíveis motivações destes cronistas ao assumir pseudônimos. Identificando os autores que se escondiam por trás dos narradores, como faz com Machado de Assis e Lélio, por exemplo, Décio revelava que a adoção do pseudônimo

não tinha nenhuma relação com a simples tentativa de “ocultamento” da autoria. Não era preciso esconder quem escrevia as crônicas de Zig-Zag ou Blick, mas era preciso caracterizar cada uma destas personagens assumidas pelos literatos integrantes da série: quem são, sobre o que escrevem e como interagiam com o grupo de “Balas de Estalo”. E, por isso, ele não tinha problemas em identificar Blick e Mercutio como o conhecido professor de história Capistrano de Abreu, o funcionário do Ministério da Agricultura Machado de Assis, o jornalista Henrique Chaves pelos seus famosos bigodes, Valentim Magalhães e as suas “Notas à Margem” e Ferreira de Araújo pelo grande abdômen. Marcas registradas de cada um desses cronistas, pelo menos nos meios intelectuais da época e do círculo de amizades dos colaboradores da *Gazeta de Notícias*.

No entanto, o argumento que Décio utiliza para falar do uso de mais de um pseudônimo por cronista oferece ainda outras informações sobre este complexo jogo de caracterização da série que ele embute em sua crônica inaugural do ano de 1884. O cronista alega que a falta de assunto era o que motivava um cronista a mudar de assinatura. No entanto, o mesmo pseudônimo - “sem assunto” - continuava a escrever para a série, muitas vezes sobre os mesmos temas. Zig-Zag não sai da série com a entrada de João Tesourinha, persistindo muitas vezes em assuntos já tratados anteriormente, como é o caso das críticas ao imperador e seu poder. Mercutio não sai com a chegada de Blick. Todas estas personagens permanecem em “Balas”, tratando, muitas vezes, de assuntos diferentes e, principalmente, escrevendo de formas distintas. Mercutio e Blick são um bom exemplo disso: embora escritos pelo mesmo autor – Capistrano de Abreu – seus textos revelam estilos autônomos. Mercutio é um pouco mais brincalhão, seu texto é mais leve e acessível. Blick já é mais sisudo, persistindo sempre nos mesmos assuntos – política nacional, sua história e evolução. Tinham estilos diversos e o uso de mais de um pseudônimo não era para disfarçar “falta de assunto”, mas para criar narradores que falassem de formas diversas. A criação de vários “personagens – narradores” alimentava, então, o debate interno da série e não servia meramente como alternância entre assuntos, mas instaurava, sobretudo, a polêmica, o duelo, as brigas e reconciliações tão frequentes em “Balas de Estalo”.

É certo que alguns cronistas claramente estavam tentando se adaptar ao modelo de “Balas de Estalo”, como é o caso de Capistrano de Abreu, que colaborou apenas com 11

crônicas ao todo. Capistrano começou como Mercutio – personagem de Shakespeare na peça “Romeu e Julieta” -, buscando um narrador alegre, descontraído e brincalhão, mas que não deixasse de aconselhar seu primo Romeu (ou no caso, o leitor), sempre envolto em confusões e conflitos. Foram cinco crônicas sob este pseudônimo, mas Capistrano parecia não se adaptar. Com afirmou Décio, parecia “não ter assunto, nem disposição para o gênero”. Tentou Blick, narrador mais contido, mais irônico e menos brincalhão, o que resultou em sete crônicas para “Balas de Estalo”. Mas a colaboração se encerraria por aí. Inaugurando “Balas de Estalo” com uma crônica que englobava todos os significados gerais da série⁹⁶, Capistrano de Abreu parecia não se adaptar ao grupo.

Os reais motivos de sua saída da série talvez nunca sejam conhecidos. Entretanto, o esforço de adaptação do tom usado nas crônicas trocando de pseudônimo é evidente⁹⁷. Mercutio parecia não servir, era galhofeiro demais. Blick sinalizava novas possibilidades narrativas, mas também parecia não servir.

O exemplo de Capistrano de Abreu nos ajuda a entender os possíveis significados que o uso de pseudônimos tinha para “Balas de Estalo”, como também corrobora a idéia de

⁹⁶ Ver “Balas de Estalo”, 03/04/1883. Mercutio (Capistrano de Abreu).

⁹⁷ Capistrano de Abreu, historiador cearense, ficou conhecido por ser o primeiro estudioso a dar importância a elementos populares ou menos elitistas, escrevendo uma história sócio-econômica do Brasil. Em 1875, ao chegar ao Rio de Janeiro, carregava em sua bagagem a escola positivista e o plano de escrever uma História que mostrasse as influências permanentes da natureza sobre a civilização, tudo fundamentado sobre as leituras de Taine, Buckle e Agassiz. Sua formação teórica tomou corpo a partir de 1881 através da amizade com Teixeira Mendes e Miguel Lemos, os pais do positivismo no Brasil e da Igreja Positivista. Porém as mudanças em seu discurso historiográfico já são perceptíveis a partir de 1882 – se é que podemos estabelecer uma data com tanta precisão. Desde 1879 Capistrano de Abreu já fazia parte da Biblioteca Nacional onde vinha tendo contato com documentação inédita e com obras de novos historiadores, não ligados às teorias de Comte, como Niebuhr, Ranke e Humboldt, filhos do realismo histórico alemão. Foi professor de Corografia e História do Brasil do Colégio Pedro II, nomeado por concurso em que apresentou tese sobre O Descobrimento do Brasil e o seu Desenvolvimento no século XVI (1883). Uma de suas obras mais famosas sai em 1907, após sete anos de preparo, uma edição comentada de “História Geral do Brasil” de Varnhagen, na qual realizou anotações, esclarecimentos e críticas. Os pontos e questões que considerou merecedores de maiores estudos Capistrano reservou lugar em seu “Capítulos de História Colonial”, onde tratou de assuntos tais como o indígena, os franceses e ingleses no Brasil, a guerra flamenga, a expansão para o sertão e a formação dos limites territoriais, entre outros. Porém, sua produção intelectual não se limita a isso, produziu incansavelmente de 1878 a 1927, tendo editado “Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil” no ano de 1899 e realizado inúmeras traduções, inclusive de livros de direito e medicina, durante sua vida (Ver Capistrano de Abreu. In Grande Enciclopédia Larousse Cultural. São Paulo: Nova Cultural, 1998, V. 1, A – ALT, p23 e RODRIGUES, José Honório. Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica. Vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.)

que havia mais intenções que o simples ocultamento de identidade na utilização dessas assinaturas. Resta-nos, entretanto, saber as diferentes maneiras como cada cronista lidou com esses pseudônimos, se criaram personagens e se levaram um projeto ficcional durante toda a série.

A crônica de Décio ainda nos sinaliza outras informações sobre esta questão. Apesar de desvelar as identidades de muitos de seus companheiros de “Balas de Estalo”, Demerval da Fonseca não revela, nem justifica, o uso de seus próprios pseudônimos. Sobre Décio, Publicola e Confúcio⁹⁸ o autor explicava ao leitor os motivos pelos quais esses narradores acrescentavam novas assinaturas - falta de assunto, construção de novas personagens, por exemplo – e nem entra em detalhes sobre a colaboração destes pseudônimos na série, tal como faz para Zig-Zag e Mercurio. Por que a brincadeira se estende apenas aos outros integrantes da série? Por que ele se preserva do jogo de revelar e esconder identidades? Talvez porque para Décio esse acréscimo de narradores não significasse algo estrutural para “Balas”, ou algo que interferisse em seus outros pseudônimos, mas simplesmente uma brincadeira, uma “mania”, como afirmava Ly em crônica de 07/08/1884:

Cada qual tem sua mania neste mundo, mais ou menos inofensiva, consoante às suas naturezas. (...) Ao Lulú Sênior deu-lhe na cachola ser engraçado; o Décio limita-se a seguir uma vocação toda sua: continua a mudar de nomes; Lélío resolveu transportar para o século XIX a linguagem dos quinhentistas, e eu, modestamente, limito-me a ter um sagrado horror aos anúncios de namoro. (...).
Ly⁹⁹

Assim como para Lulú Sênior era preciso ser engraçado – embora seus colegas de série vivessem acusando-o de “falta de graça” – e para Lélío fundamental o uso de uma linguagem mais “sofisticada”, Décio tinha como “mania” a troca de nomes. Não por falta de assunto, ou construção de personagem, mas por simples brincadeira com o leitor. Trocar de assinatura parecia ser como uma piada, tal com as de Lulú Sênior. Pelo menos era o que afirmava Ly. Entretanto, essa ainda não parece uma resposta satisfatória. Certamente que

⁹⁸ Ainda não há identificação para o pseudônimo Confúcio, mas, ao longo da pesquisa, encontrei indícios de que Décio poderia também assinar este nome na série. Essa questão será abordada ainda neste capítulo.

⁹⁹ “Balas de Estalo”, 07 de agosto de 1884, Ly (Sem identificação).

“brincar” com a múltipla assinatura fazia parte do jogo dos narradores de “Balas”, dava vida e empolgava o debate. Mas ao ler a série durante os três primeiros anos de publicação, percebemos algumas diferenças entre esses narradores, ainda mais quando eles permanecem ao longo de toda a publicação, como é o caso de Décio e Publicola, Zig-Zag e João Tesourinha. Diferenças que nem sempre caracterizam a construção de uma personagem uniforme e coesa do princípio ao fim, mas que delimitam as diferentes presenças na série. Analisemos, então, a forma como alguns desses cronistas construíram seus narradores em “Balas de Estalo”.

Henrique Chaves: Zig-Zag, João Tesourinha e João Bigode

Henrique Samuel de Nogueira Rodrigues Chaves veio para o Brasil em 1868 e consagrou-se como um dos mais importantes jornalistas da imprensa brasileira em finais do século XIX. Conhecido pelos famosos bigodes negros e luzidios - nos quais dava pequenas “mordidelas” enquanto falava¹⁰⁰ -, este jornalista e taquígrafo foi um dos importantes colaboradores de “Balas de Estalo”. Escritor de teatro já aos 18 anos, colaborador do *Jornal do Comércio*, revisor e taquígrafo dos debates da Câmara dos Deputados, Henrique Chaves, entretanto, se tornou conhecido por participar da fundação de jornais como *O Mosquito* e a *Gazeta de Notícias*, em 1875¹⁰¹. Redator desta folha durante muitos anos, teve sua produção marcada por colunas humorísticas como a “Dizia-se ontem” - na qual comentava, com muita pilhéria, os principais “boatos” políticos do momento – e por “Balas de Estalo”, série de grande sucesso no jornal.

¹⁰⁰ Henrique Chaves ficou famoso por arrancar os bigodes e muitas das referências feitas a ele na imprensa continham sempre um rápido comentário sobre esta sua “mania”. Na revista *Kosmos* de junho de 1905, por exemplo, temos a seguinte declaração na nota dada sobre o jubileu de Henrique Chaves: “A festa do jubileu foi admirável. (...) Henrique Chaves ficou comovido, arrancou de uma só vez trezentos fios de bigode, fez dois discursos, - e a festa acabou numa verdadeira apoteose do talento, do trabalho, do caráter e da bondade. E aqui damos o retrato do manifestado, para que se veja que, apesar dos seus cinquenta e quatro anos de idade e dos seus trinta e cinco anos de imprensa, - ele ainda tem muita força, muita energia e muito bigode... para resistir a outros tantos anos de vida a outros tantos anos de trabalho”. (*Kosmos*, Rio de Janeiro, jun. /1905).

¹⁰¹ Henrique Chaves fundou, juntamente com Bordalo Pinheiro, o jornal caricato-humorístico *O Mosquito* e, em 1875, acompanhado de Elísio Mendes, Manoel Carneiro e Ferreira de Araújo, também participou da fundação de da *Gazeta de Notícias*, jornal em que veio a ser diretor em 1900. Ver Meneses, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*; prefácio de Antonio Cândido de Mello e Souza; 2ª. ed. rev. aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

No ano de 1883, Henrique Chaves ingressa em “Balas de Estalo” e nela permanece até o final, só perdendo para Ferreira de Araújo (Lulú Sênior) em número de crônicas. Somente entre os anos de 1883 e 1884 foram 110 crônicas ao todo, sendo 89 destas assinadas por Zig-Zag, pseudônimo que, por muito tempo, deu o tom de sua participação nesta série. João Tesourinha, outro narrador das crônicas de Chaves, só entraria em julho de 1883, com uma participação bem mais modesta, 10 crônicas em 1883 e 21 em 1884. João Bigode, pseudônimo provável de Henrique Chaves, só se junta ao grupo de “Balas” em 1885, quando Zig-Zag já estava definitivamente ausente da série. Sua colaboração é de 34 crônicas anuais, perdendo agora para João Tesourinha, que produzia em média 55 crônicas ao ano. Se Zig-Zag começa a série como pseudônimo central, aos poucos ele vai cedendo espaço para João Tesourinha que, já no final de 1884, tornava-se a assinatura principal de Chaves. Mas por que isso ocorre? Por que é João Tesourinha que prevalece? Isso alterava a participação de Henrique Chaves na série? Aparentemente não, pelo menos não no que se refere ao conteúdo e a forma das crônicas.

Embora com nomes diferentes, os três pseudônimos participavam da série de uma forma muito parecida, temas em comum e, principalmente, estrutura de texto muito semelhante. É certo que entre eles havia a identificação de autonomia de cada uma das assinaturas, mas isso não excluía uma unidade entre eles. Zig-Zag falava, por vezes, de João Tesourinha como se ele fosse outra pessoa, e vice-versa. Ambos se reconheciam como integrantes diferentes da série, embora Henrique Chaves não se preocupasse em diferenciá-los no conteúdo das crônicas. Ao compararmos os textos, instantaneamente reconhecemos uma espécie de “estilo” de Chaves, que sempre prestigiava a ironia e a retórica “exagerada” em seus textos, parodiando, de certa maneira, os discursos dos deputados que tanto presenciou em sua experiência como taquígrafo e revisor dos debates da Câmara¹⁰².

Também nos temas João Tesourinha e Zig-Zag confirmavam a proximidade entre os narradores criados por Henrique Chaves. Não havia uma separação muito significativa nos temas em geral, tais como política, crítica teatral e imprensa, conforme podemos observar nas tabelas abaixo, lembrando sempre que o número de crônicas escritas por Zig-Zag

¹⁰² Ly, em crônica de 07/08/1884 comenta esse estilo de Zig-Zag de escrever suas crônicas: o Dr. Zig-Zug, se pilha meio de jeito algum infeliz, prega-lhe logo com - a pedra vem rolando da montanha, a hidra; - a idéia vencedora: a riqueza pública comprometida, a caudal das opiniões sensatas; e outras quejandas (sic) chapas ditas muito convencionalmente numa torrente de palavras entremeadas de mordidelas ao bigode negro e luzidio”.

sempre foi maior. Na primeira, temos o número de vezes em que cada tema – monarquia, eleições, etc – apareceu nas crônicas de Zig-Zag e, na segunda, nas de João Tesourinha:

Zig-Zag

	1883	1884
Monarquia	8	4
Ministérios	5	9
Crítica teatral	5	4
Balas de Estalo	4	11
Eleições	0	0
Câmara Municipal	4	2
Câmara dos Deputados	6	1
Medicina	1	0
Religião	1	4
Políticos	4	0
Senado	1	0
Polêmicas	4	5
Imigração	1	0
Imprensa	2	7
Higiene Pública	0	1
Guarda Nacional	0	2
Escravidão	0	4
Política	10	11
Carnaval	0	1

João Tesourinha

	1883	1884
Monarquia	2	1
Ministérios	3	5
Crítica teatral	1	3
Balas de Estalo	1	2

Eleições	0	4
Câmara Municipal	0	1
Câmara dos Deputados	0	1
Medicina	0	0
Religião	0	2
Políticos	2	4
Senado	1	1
Polêmicas	0	0
Imigração	0	0
Imprensa	1	2
Higiene Pública	0	0
Guarda Nacional	1	0
Escravidão	1	0
Política	7	12
Carnaval	0	1

Como podemos observar, Zig-Zag realmente encabeçava os pseudônimos criados por Henrique Chaves. Apesar de terem assuntos em comum, como política, teatro e imprensa, Zig-Zag contava sempre um número mais significativo de crônicas com os temas que marcaram a produção de Chaves na série. Em política, por exemplo, é Zig-Zag quem comenta as questões relativas à monarquia e ao poder moderador, à religião do império, ao funcionamento do Parlamento brasileiro, temas tão importantes para entender a produção deste cronista em “Balas de estalo”. João tesourinha praticamente não comenta as atividades da Câmara dos Deputados, pois ele não é o “taquígrafo” das sessões, mas sim Zig-Zag. João Tesourinha, por sua vez, especializa-se em discutir eleições, políticos e comentários mais gerais sobre o dia-a-dia da política imperial. Crises ministeriais, brigas entre partidos, substituição de senadores são alguns de seus temas. Zig-Zag discute temas maiores, o parlamentarismo brasileiro, o poder moderador, a relação entre ministros, Câmara dos Deputados e o imperador. Em comum, eles mantêm as crônicas sobre os gabinetes ministeriais, sobre o funcionamento, a liberdade e o papel da imprensa no país e, principalmente, sobre crítica teatral. Certamente que, em todos esses temas, Zig-Zag tem

uma participação quase três vezes maior que João Tesourinha. Mas, se olharmos proporcionalmente o número total de crônicas, veremos que ambos os narradores têm realmente temas em comum. Ao olharmos a tabela apresentada, confirmaremos a predominância de Zig-Zag na série, mas veremos também que, muitas vezes, Henrique Chaves queria que os dois narradores discutissem as mesmas coisas, marcando tênues diferenças nas crônicas.

As crônicas sobre teatro representam um bom exemplo de como esses narradores estavam muito unidos em alguns temas. Tanto Zig-Zag quanto João Tesourinha eram os narradores responsáveis por comentar a vida teatral da corte, o que certamente fazia referência à experiência de Henrique Chaves como escritor e crítico de peças de teatro. Já nas suas primeiras crônicas, tanto Zig-Zag quanto João Tesourinha delimitavam para o leitor o compromisso com este tema:

Às mesmas horas, exatamente às mesmas em que sou forçado a fazer estalar estas balas com os brios rombos de uma pena refratária e rebelde à crônica alegre dos acontecimentos diários, encaminha-se para o Teatro Polytheama a torrente caudalosa dos amadores da boa música, atraídos pelo nome de Maria de Rohan afixado nas colunas dos anúncios de todos os jornais e das portas das confeitarias mais ou menos líricas. (...) O público gosta da companhia Ferri, a crítica também gosta, e , como gostos não se discutem, nada há que dizer a tal respeito. Simplesmente arriscaremos uma tímida interrogação. Se a companhia Ferri agrada e se é barata, por que razão não se faz uma grande assinatura para o Polytheama, e não se telegrafa ao Sr. Ferrari dispensando-o do incomodo de nos visitar este ano? É uma idéia que oferecemos grátis (...) Aproveitem-na, antes que o Ferri venha fazer um *fiasco* com uma *troupe* inferior a preços menos modestos¹⁰³.

Ou seja, já na sua primeira crônica em “Balas” Zig-Zag evidencia que, apesar de ser “forçado” a estalar balas sobre os acontecimentos diários e fazer crônicas engraçadas sobre estes, ele também falaria de teatro, das companhias que visitavam o Rio de Janeiro, do público, do Teatro de Novidades, do teatro lírico, tal como já fazia em colunas só de crítica

¹⁰³ “Balas de Estalo”, 07/04/1883, Zig-Zag (Henrique Chaves).

teatral publicadas na *Gazeta de Notícias*¹⁰⁴. Além do teatro, surgiam ainda nesta crônica inaugural comentários sobre a câmara de vereadores do Rio de Janeiro, chamada de “estábulo” por Zig-Zag, e sobre o incêndio no prédio da Maçonaria, causado, segundo o narrador, pelo *Apóstolo*, uma vez que “ódio velho não cansa”¹⁰⁵. Pequenas notas, bem humoradas, que davam ao leitor a idéia do que seria a participação de Zig-Zag na série. Apesar de não apresentar nenhum “programa”, este pseudônimo já indicava algumas de suas características, tais como o típico mau-humor, a reclamação sobre o dever de fazer “balas”, o ataque às instituições como a Câmara de Vereadores e a Igreja, bem como o compromisso de acompanhar o movimento teatral na cidade. Nenhum outro cronista falou tanto deste assunto quanto Henrique Chaves, fazendo deste um tema que o identificava rapidamente na série. Entre os baleiros, ele era o crítico de teatro. E talvez esse tenha sido o motivo que o fez inaugurar seu novo pseudônimo, João Tesourinha, falando de teatro, como se isso fosse uma espécie de “dica” para o leitor sobre a identidade do novo integrante. No dia 05/07/1883, João Tesourinha, que entra para a série sem muita cerimônia e também sem apresentar programa, comentava:

A andar por esta maneira, as empresas teatrais dentro em pouco apresentar-se-ão ao público em *menores* ou pouco menos. O *reclame* tem suas exigências, que aumentam na produção da concorrência. (...) Ainda não há muito pouco tempo as empresas dos teatros faziam os seus anúncios com uma certa modéstia, insinuando apenas, muito disfarçadamente, que tudo quanto apresentavam – tanto as formas das atrizes como os narizes dos atores - era pelo menos de primeira qualidade. (...) Vieram as companhias estrangeiras, com *puffs* à americana, com *reclames* à francesa, a anunciarem as suas funções em amplas colunas de um preço superior. Começou a luta do espaço dos anúncios, por parte das empresas indígenas. (...) Que uma empresa tenha artistas medíocres e que outra possua atores de mérito, isso

¹⁰⁴ Crônicas sobre crítica teatral foram publicadas, por exemplo, nos dias 07/04/1883, 19/04/1883, 20/08/1883, 13/09/1883, 26/09/1883, 02/10/1883, 09/10/1883, 21/01/1884, 16/02/1884, 17/02/1884 e 07/03/1884.

¹⁰⁵ A expressão “ódio velho não cansa” provavelmente foi uma brincadeira de Zig-Zag com o jornal católico *O Apóstolo* sobre a Questão Religiosa, ocorrida em 1872, envolvendo bispos do Pará e integrantes da Maçonaria.

pouco vale; o anúncio é tudo, no anúncio é que está a única, a verdadeira crítica do espetáculo¹⁰⁶

Tal como Zig-Zag, João Tesourinha não só comentava a atividade teatral da cidade, como se mostrava um tanto “crítico” em relação à popularização do teatro que, segundo ele, transformava-se, cada vez mais, em uma empresa lucrativa, como visto no exemplo da Companhia Teatral do Sr. Ferrari, citado por Zig-Zag na crônica de 07/04/1883. O exemplo da crítica teatral é também um bom exemplo da união desses narradores quando comparamos crônicas que discutem uma mesma questão, publicadas em dias muito próximos, e que mantêm uma unidade muito significativa, como é o caso das “balas” publicadas nos dias 17/02/1884 e 22/02/1884 por Zig-Zag e João Tesourinha respectivamente:

Fui ver o novo ato do *Mandarin*¹⁰⁷ e fiquei *desapontado*. Haviam-me dito que a minha humilde personalidade figurava naquele quadro de celebridades e o meu orgulho não me permitiu ausentar-me, para fingir indiferença. Fui lá e não me vi. Guardei para mim a decepção e vinguei-me unicamente vendo no palco a reprodução de vários colegas. Vi, por exemplo, a *Musa do Povo*¹⁰⁸, de roupas talares e de chapéu de feltro, dedilhando nas cordas de tripa uma Lyra de contra-regra. (...) Vi ainda um policial, na platéia, levar uma cabeçada fingida e apitar depois que o agressor se tinha posto a panos, no meio do maior ruído da multidão que aplaudia. Vi, finalmente, tanta coisa boa e de fazer rir, que cheguei a esquecer-me da minha falta em cena. O pior é que não posso tornar a ver o ato tão completo, como da primeira vez. A polícia interveio e, quando a polícia intervém, o melhor que cada um tem a fazer é ir passear para bem longe dela. É o caso que apareceu em cena a figura de um jornalista, que é ao mesmo tempo representante da nação. O

¹⁰⁶ “Balas de Estalo”, 05/07/1883, João Tesourinha (Henrique Chaves).

¹⁰⁷ Azevedo, Arthur II (Rio de Janeiro). Teatro de Arthur Azevedo – Clássicos do Teatro Brasileiro. Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1885.

¹⁰⁸ Coluna de Otaviano Hudson publicada no Jornal do Comércio em 1883 e muito satirizada por todos os cronistas de “Balas de Estalo”. Sempre exaltando a monarquia e escrevendo versos para Dom Pedro II, a coluna era publicada na parte dos A Pedido do Jornal.

Mandarin, já tinha um *Fagundes*, o novo ato deu-lhe mais um e a polícia tirou-lhe¹⁰⁹.

Ora, é exatamente esse escrúpulo da polícia que me dá o que pensar. Se o que ela tinha em vista era fazer com que no palco do Príncipe Imperial não aparecessem *fagundes*, de há muito que deveria ter intervindo, proibindo a reprodução do autêntico, do único fagundes que deu o nome e até a nomeada aos seus companheiros da representação nacional. No gênero fagundes tão fagundes é um como é o outro. Se é por ser representante da nação que a polícia proíbe a reprodução de um certo tipo, a polícia não é lógica em consentir que no *Mandarin* continue a figurar o Barão de Caiapó que, não há muito tempo, representou o país nas largas ruas de Londres. E, depois, o personagem que apareceu em cena não representava a nação, representava simplesmente um jornal tão bom, ou tão mau como todos os outros desta corte.

Se a polícia acha que a reprodução desse tipo é um desacato que merece a sua reprovação, como consente que se reproduza a *Musa do Povo*, a cantarolar umas modinhas e a dançar um bolero? Há desacato para o redator de uma folha e não há para a *Musa*? Por que? Para o espectador ambos valem a mesma coisa e a mesma coisa deviam valer para a polícia, se a polícia fosse o que devia ser. Agora, se me reproduzirem a mim, alguma vez, o que eu peço à polícia é que me faça o obséquio de não se preocupar com a minha humilde pessoa. Da polícia não quero nem o seu escrúpulo. Zig-Zag¹¹⁰.

O Mandarin, teatro de revista escrito por Arthur Azevedo, foi apresentado em janeiro de 1884 no Teatro Imperial, e seu texto trazia uma novidade que foi o principal fator do seu sucesso: a caricatura pessoal. Além das alusões aos fatos políticos e sociais do ano anterior, tratados de forma satírica, os autores incluíram a caricatura explícita de personalidades públicas como uma forma de rir e comentar episódios amplamente conhecidos pela população da cidade. O ator Xisto Bahia foi o intérprete que consagrou a personagem Barão de Caiapó, identificado por todos como sendo João José Fagundes de Rezende e Silva, um “conhecido barão do café”, que ao se ver retratado no palco, registrou

¹⁰⁹ Provavelmente o novo fagundes que Zig-Zag afirma ter entrado no *Mandarin* seria a caricatura do político Antonio Alves de Souza Carvalho, deputado e advogado na capital do império. Era também redator do jornal do partido liberal *Diário do Brasil*.

¹¹⁰ “Balas de Estalo”, 17/02/1884, Zig-Zag (Henrique Chaves).

queixa na polícia, promovendo uma grande polêmica e o sucesso da revista¹¹¹. Além do Barão, como sugere a crônica, foram inseridas referências ao deputado Souza Carvalho, redator do jornal *Diário do Brasil*, aumentando ainda mais a confusão.

Zig-Zag, com a desculpa de querer se ver no palco, assiste ao *Mandarim* e aproveita a oportunidade para lançar críticas à polícia e a tradicional censura às peças de teatro, assunto que retomaria em 16/12/1884, mas agora com a assinatura de João Tesourinha. Henrique Chaves, através de seus pseudônimos, critica duramente uma atuação da polícia que não parecia coerente nas restrições que fazia à peça. Por que proibir a caricatura Souza Carvalho e não a do Barão de Caiapó nos palcos? A censura em si parecia não agradar ao cronista que, através de João Tesourinha, afirmava: “Desde que dona censura existe, ela deve ter o perfeito e completo direito de *censura*, como entender, alterando ou suprimindo das peças o que julga pôr em risco a moralidade de nossas famílias e os bons costumes do nosso povo; porquanto, desde que um povo é suficientemente asno para delegar, por intermédio do Estado, em quatro ou cinco cavalheiros, a tarefa de não o deixar corromper no teatro, esse povo igualmente delega nesses cavalheiros a missão de pensar e escolher por ele o que é e o que não é conveniente para sua moralidade”¹¹².

A censura era, então, um dos pontos da crônica de Zig-Zag. Entretanto, é a atuação da polícia que marca a discussão feita pelo narrador e que retorna às “balas” quatro dias depois desta primeira crônica sobre o *Mandarim*. Mas agora quem assina é João Tesourinha:

Cada vez me sinto mais entusiasmado pelo *Jornal do Comércio*. Na sua impecabilidade de folha severa, ninguém lhas faz, que não lhas pague. É de reserva, o mestre. Sabe guardar-se para as ocasiões, o grande órgão. Como o leão, enquanto a formiga não lhe penetra no nariz, não mexe a pata. Apenas, porém, o inseto se lhe alojou na impecável narina, ai dele, que o leão acordou e mexeu-se. Foi o que aconteceu agora. O *Jornal*, como é sabido, deu o cavaco com o *Mandarim*. Pode ser que tivesse razão e pode igualmente ser que não a tivesse. O fato, porém, é que deu o cavaco. Ao passo que o *Jornal* encavacava, a polícia aplaudia às mãos ambas as

¹¹¹ Mencarelli, Fernando Antonio. *Cena Aberta: a absolvição de um bilontra e o teatro de revista de Arthur Azevedo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999, p58.

¹¹² “Balas de Estalo”, 16/12/1884, João Tesourinha (Henrique Chaves).

exibições do *Mandarim*. Veio o quadro novo. Coube então à polícia a vez de dar o cavaco e de fazer suprimir uns tipos que lá apareciam. Este caso não passou nem poderia passar despercebido. Por que suprimir do *Mandarim* o *Diário do Brasil* e permitir a reprodução do *Jornal*? Discutir a questão era fazer novo chamariz à peça. Na primeira todos caem, na segunda só quem é tolo; e o *Jornal* não o é.

Ainda desta vez se provou a superioridade do silêncio sobre a palavra. O *Jornal*, que tão bem sabe calar e falar a propósito, calou-se e fez-se oportunista. Chegou-lhe agora a vez de falar. Quem o provocou foi uma circular do Sr. chefe de polícia a respeito do carnaval: “Entrudo Policial – Dir-se-ia que não há princípios para a nossa polícia; mostra-se severa ou tolerante, cumpre ou deixa de cumprir o seu dever, segundo o quadrante sopra o vento. *As exhibições são permitidas ou reprimidas, não pela natureza delas, mas consoante os interesses*”.

Não pode, entretanto, o grande órgão disfarçar inteiramente o despeito que lhe causou a contradição da polícia acerca do *Mandarim*. *As exhibições são permitidas ou reprimidas...* é uma frase que põe inteiramente à mostra a calva do colega, e que bem mostra que ele pôs a mira no entrudo; mas atirou ao caso teatral. É um sistema conhecido; mas que não deixa de ser apreciável. O que há, porém, mais para notar-se, são os comentários feitos, à pobre circular. Sabemos, diz o *Jornal*, que não é para qualquer chefe de polícia acabar com o entrudo; já ouviu um que teve pulso para isso, mas depois dele não veio outro.

O S. Tito Augusto deve mandar imediatamente a sua preta dos pastéis ao *Jornal*. Veja S Ex. em que veio a dar a sua condescendência para com os tipos do palco do Príncipe Imperial. Ela foi de tal ordem, que o *Jornal*, que prima pela cortesia para todos que representam uma parcela de autoridade, deitou as mangueiras de fora para lhe apontar o caminho da exoneração a bem do serviço público. E o caso não é para menos. (...) João Tesourinha¹¹³.

Apesar desta crônica render bons comentários sobre o que o narrador pensava da atuação do *Jornal do Comércio* no quadro jornalístico do período, esta é certamente uma “bala” que dá seqüência à questões levantadas por Zig-Zag dias antes na *Gazeta de Notícias*. O mote da crônica é sim a reação do *Jornal* frente às atitudes da polícia referentes à peça de Azevedo, mas é também de Henrique Chaves dar destaque e visibilidade ao tema

¹¹³ “Balas de Estalo”, 22/02/1884, João Tesourinha (Henrique Chaves).

da censura e da ação imprópria da polícia da corte, que claramente parecia atender a interesses específicos. Através da nota publicada no *Jornal*, o narrador traz à tona – nas páginas de um grande jornal – o absurdo ocorrido no teatro Príncipe Imperial. A crônica de 22/02/1884 era realmente a continuação do assunto iniciado por Zig-Zag, unindo os textos de uma forma que a troca de pseudônimos significasse apenas uma espécie de revezamento entre os narradores e não uma mudança de postura e de opiniões. Eles eram praticamente um só, Henrique Chaves, alternando assinaturas.

Mas as semelhanças entre esses narradores não acabavam na questão dos temas. Outro aspecto muito importante para perceber as sutilezas que uniam ou separavam Zig-Zag e João Tesourinha está contido na estrutura e no estilo dos textos produzidos por esses pseudônimos em “Balas de Estalo”. Na maioria das crônicas de Henrique Chaves está presente a ironia exacerbada que passa pelo elogio da questão, em seguida há uma espécie de ridicularização do tema e por fim a proposta de soluções irreverentes e absurdas. Muitas das crônicas deste narrador podem ser reconhecidas por essa tessitura dos textos. Um exemplo clássico disso foi publicado em 05/11/1884 e assinado por João Tesourinha:

Aumenta e cresce a olhos vistos a minha falta de entusiasmo pelo ministério Dantas. Cego e surdo, desprezando todas as reclamações e dando com a ponta do pé em todas as queixas dos advogados da soberania, o governo prossegue no caminho das tropelias eleitorais, auxiliando os candidatos que lhe prometem o seu apoio. As últimas notícias são verdadeiramente aterradoras, segundo os dois órgãos políticos dessa corte. O promotor da comarca de Piancó foi demitido. Vejam isto! Atendam para este atentado, e depois digam-me se é ou não bem verdade que os povos têm os governos que merecem. O governo podia muito bem apadrinhar os candidatos seus amigos, podia mesmo recomenda-los com as precisas reservas e cautelas, aos seus delegados. Todos os governos fazem isto, e o ministério Dantas não pode deixar de ser como todos os governos.

Demitir, porém, o promotor público de Piancó é levar muito longe o espírito de partido, é rebaixar muito o Poder Público, é manifestar uma intolerância intolerável e um pavoroso receio de derrota eleitoral. Que mal faria ao Sr. Sodré¹¹⁴ da Justiça o promotor público de Piancó? Eis a encarnação de uma idéia esse homem, bem o sabemos. Mas não seria mais nobre o governo bater-se com uma

¹¹⁴ Francisco Maria Sodré Pereira, deputado, ministro da Justiça no gabinete liberal de 6 de junho de 1884, chefiado por Manuel Pinto de Sousa Dantas.

idéia, do que demitir um promotor? Que juízo quer o governo que dele façam os povos de Piancó? Por ventura até agora não tinha o governo conhecimento deste adversário terrível, que foi esconder a sua força e o seu prestígio naquela comarca humilde e modesta, mas orgulhosa de seus direitos e cheia de zelos pela sua soberania?

O promotor de Piancó, que o governo acaba de demitir, tinha o mérito de ir contra o governo, e não o ocultava. Estava no seu direito. Se o governo ou alguém pensa que os promotores foram criados para representar a justiça pública, o governo ou quem assim pensar está profundamente enganado. O primeiro dever de um promotor de promover oposição ao governo, principalmente quando ainda não tem o tempo da lei para ser juiz de direito.

Acresce que, pela natureza de suas funções de promotores, são os delegados do governo que estão em melhores circunstâncias para o guerrear num pleito eleitoral. Eles têm nas mãos os segredos das comarcas; os criminosos estão em seu poder, assim como os ofendidos. Dos autos que lhes foram confiados, está pendente o corte de muitos eleitores, e assim como a sociedade os colocou aquele ponto para defesa dos seus interesses, eles procedem muito corretamente conspirando contra um governo que julgam adverso ao bem estar dessa sociedade.

Ora, demitir o promotor público de Piancó não é derrubar uma dificuldade nem vencer um obstáculo, é acirrar a hidra da reação de Piancó que, estou certo, se levantará como um só homem, para protestar por meio de papelinhos introduzidos numas caixas de pau, chamadas urnas, contra este ato de intolerância, e direi mesmo - imponderável. João Tesourinha¹¹⁵

Os cronistas de “Balas de Estalo”, ao longo de todo o ano de 1884, polemizaram e ridicularizaram as idéias publicadas nos dois jornais políticos – *Diário do Brasil* (liberal) e *O Brasil* (conservador) -, tais como os ataques ao movimento abolicionista, à libertação da escravidão na província do Ceará em 1884, às chapas retóricas sobre a “hidra” que ameaçava a lavoura e o desenvolvimento do país. Já em crônica de 04/04/1884, meses antes da bala de João Tesourinha transcrita aqui, Zig-Zag definia para o leitor a sua visão sobre estes jornais e brincava:

¹¹⁵ “Balas de Estalo”, 05/11/1884, João Tesourinha (Henrique Chaves).

Quel honneur! Quel Honneur! O artigo de fundo do *Diário do Brasil* de hontem ocupa-se exclusivamente com as últimas balas de Publicola, a que chama muito espirituosamente – *Os estalos da Gazeta*. O artigo vem disfarçado com um parêntesis entre o qual se vê modestamente alojada a palavra *colaboração*. Nem por isso deixa de ser de fundo, pois que uma colaboração de primeira coluna é, incontestavelmente, uma colaboração de primeira ordem. O *Diário do Brasil* deu desse modo para as *Balas* humildes e inofensivas desta pobre *Gazeta* um motivo de justo orgulho. (...) Nós que estamos habituados a ver tratar naquelas colunas os *graves problemas que agitam o país*. Um dia é a questão financeira, que se reduz entre nós a saber se é o governo quem deve ao Banco do Brasil ou se é o Banco do Brasil quem deve ao governo. Noutro dia, são conselhos à lavoura – braços e capitais a longo prazo de juros. (...) Como variante lá vem uma vez ou outra uma chapazinha (sic) defendendo a escravidão como a única protetora dos interesses agrícolas. Ora, arvorar as pobres *Balas* em assunto digno de tão conspícuo lugar e de tão ilustre companhia, é o caso para a gente chorar de contentamento e exclamar com a voz dos momentos de maior enternecimento: Quel honneur, quel honneur, Mr. Le redacteur! Zig-Zag¹¹⁶.

A crônica de Zig-Zag, depois de agradecer a “honra” de estar no artigo de fundo do *Diário de Brasil*, passa a ridicularizar a crítica teatral do *Brasil*, acirrando e fomentando ainda mais a polêmica e a rivalidade entre esses jornais e os baleiros da *Gazeta*. E os ataques não vinham somente de Zig-Zag e João Tesourinha, partiam também com frequência de Lulú Sênior, Décio e Publicola, que satirizavam desde as idéias políticas até as colunas de “coluna social”, que descreviam bailes no palácio imperial, festas de carnaval etc. Assim sendo, ao ler a crônica de João Tesourinha do dia 05/011/1884, sobre a demissão do promotor público de Piancó, o leitor, que acompanhava a série durante todo o ano, já sabia das diferenças entre os cronistas da série e estes dois “órgãos políticos”. E isso evidenciava ainda mais o toque de ironia exagerada da crônica sobre o promotor, além, é claro, da obviedade do caso. E não somente isso. Para o leitor assíduo, essa era uma estrutura de texto muito familiar quando se tratava de Henrique Chaves e seus pseudônimos. Primeiro a descrição do fato, solidarizando-se com o “absurdo”, depois uma explicação que, embora invertida no sentido, fazia-se muito evidente para qualquer leitor e, finalmente, uma conclusão recheada de humor e cinismo. Dias antes de publicar a crônica

¹¹⁶ “Balas de Estalo”, 04/04/1884, Zig-zag (Henrique Chaves).

de Piancó, João Tesourinha já tinha feito algo bem parecido, confirmando, então, que esse estilo funcionava com o público de “Balas”. No dia 30/10/1884:

Estou aqui, estou a passar com armas e bagagens para a oposição. Sinto-me profundamente desgostoso com a política adotada pelo gabinete Dantas, e ou S. Ex. muda de rumo, ou terá o dissabor de me ver alistar nas fileiras dos assinantes do *Brasil*, do qual já sou um constante leitor. Feita esta declaração, o Sr. presidente do conselho fica sabendo que não poderá contar com meu apoio á sua idéia mãe, se não encarrear os negócios eleitorais por uma vereda mais acessível à soberania nacional. Todos os dias o *Brasil* e o *Diário do Brasil* aparecem repletos de queixas e reclamações contra as manobras eleitorais dos delegados do Sr. Dantas. (...) Com uma dedicação enternecedora, as duas folhas políticas desta cidade tomam a peito a sorte dos infelizes sobre que recai a intolerância governamental. (...) Mas tenha o governo inteira razão ou apenas parte dela, o que não se justifica é a maneira desdenhosa porque ele não atende às reclamações do *Brasil* e do *Diário*. Em país algum regido pelo mesmo sistema que faz a nossa felicidade, um governo assim procedesse não seria tolerado no poder pelo espaço de vinte e quatro horas. Em toda a parte do mundo em que a soberania nacional é chamada a fabricar esta cousa vulgarmente conhecida pelo nome de eleições, a primeira qualidade, e que deseja ser respeitado pelos seus governos, é não contrariar os menores desejos da oposição. (..) Agora, o sr. Dantas medite e decida; Ou apoiar os candidatos da oposição conservadora, ou perder o apoio franco e leal do João Tesourinha¹¹⁷.

João Tesourinha declara-se, então, “leal” partidário do governo Dantas, e conseqüentemente das idéias que ele propôs na Câmara, tal como o projeto pela libertação dos escravos sexagenários, motivo de maior agitação na oposição conservadora e na dissidência liberal, representadas no *Brasil* e no *Diário do Brasil* respectivamente. Mas o narrador ameaça trocar de lado, mudar-se para a oposição, caso o governo não atenda ao “mais que justos” pedidos de seus adversários políticos. Mais uma vez conseguimos observar nesta crônica o típico estilo de Henrique Chaves na série. É certo que os outros cronistas também usam da ironia em seus textos. Entretanto, Chaves tem toda uma seqüência na exposição de suas idéias e brincadeiras que acabam delimitando muito claramente o seu estilo, e não somente o de Zig-Zag e de João Tesourinha isoladamente.

¹¹⁷ “Balas de Estalo”, 30/10/1884.

Eles são iguais nisso, eles são mais o cronista que os assina e não os personagens configurados para a série. E esse é um grande ponto de união entre esses narradores, se não talvez o principal. O estilo proposto por Chaves é seguido por todas as suas assinaturas em “Balas”, até mesmo por João Bigode em 1885, pseudônimo que repete os temas, as abordagens e a mesma estrutura da escrita. Um último exemplo dessa união de estilos entre os pseudônimos de Henrique Chaves pode ser encontrado na crônica de 11/01/1884, assinada agora por Zig-Zag:

Vi, ontem, numa publicação da *Folha Nova*, que o Sr. chefe de polícia, num ímpeto de nobre e altiva independência, declarou, não sei a quem, que não se importava com a imprensa, porque para fazer calar tinha o dinheiro da *secreta*. Esta declaração do honrado conselheiro e desembargador enche-me as medidas por várias razões. Em primeiro lugar porque S. Ex. tem a respeito da imprensa a mesma opinião que eu. Também não me importo com ela e demais não sou nem conselheiro, nem desembargador, nem Tito, nem Augusto. Não sou nada disto; mas tenho pela imprensa o mais soberano desprezo. A minha indiferença por essa cousa que chamam *santa instituição, paladio (sic) das liberdades públicas e arca não sei de que*, é tal, que de há muito a teria devorado se fosse possível come-la. É por ter esta opinião, que dei um pulo de contentamento ao ver o escrito que tinha a meu lado uma tão grande autoridade. Mas, o meu desprezo pela imprensa é instintivo, ao passo que o do Sr. Tito, segundo diz a publicação, tem causas muito diversas. S. Ex. despreza a imprensa porque *a faz calar com o dinheiro da secreta*. É por esta última parte que sinto esfriar um pouco o meu contentamento. Compreendo e respeito as intenções do Sr. chefe. O dinheiro da *secreta* não podia ter melhor aplicação. Creio, mesmo, que essa verba foi inventada para alimentar o fogo sagrado do silêncio do jornalismo. Não tenho, pois, a esse respeito, reparo algum a fazer ao destino que aos cobres da secreta dá o Sr. chefe de polícia. Vejo, entretanto, nesse ato benemérito, um profundo motivo de desgosto. Afianço e juro – se tato preciso for – que até ao presente não recebi um vintém destinado a fazer calar a minha débil e não autorizada voz. (*não apoiados*). De duas uma: ou S. Ex. não me considera da imprensa; e, nesse caso, além de me deslocar, ofende-me, ou S.Ex. me considera tal, e nesse caso prejudica-me, não me enviando a parte que me

toca da milhança (sic) da secreta. Eu peço a S.Ex. que reflita nesta injustiça de que está sendo vítima o seu admirador e correligionário Zig-Zag¹¹⁸.

Na crônica sobre a censura à peça *O Mandarin*, Zig-Zag dizia não querer da polícia “nem o seu escrúpulo”. Em crônicas publicadas anteriormente por Henrique Chaves em que o cronista criticava, por exemplo, a nomeação de Tito Augusto Mattos para o cargo de chefe de polícia do Rio de Janeiro. Depois da morte do jornalista Apulco de Castro a poucos metros da delegacia de polícia em 25 de outubro de 1883, Tito Mattos foi acusado por quase todos os cronistas de “balas” de incompetência na ocupação de tal cargo. O caso teve grande repercussão na imprensa e chefe de polícia passou a ser constantemente alvo de críticas por parte da imprensa e daí talvez o motivo de sua irritação e a afirmação de que fazia a imprensa se calar oferecendo verba da polícia secreta. Zig-Zag, com seu sarcasmo habitual, reclama por não ter recebido o tal dinheiro que o faria se calar e se diz “injustiçado” pelo chefe de polícia, assinando como “admirador” e “correligionário” de Tito Matos. A ironia, mais uma vez, é o que estrutura o argumento do narrador. Zig-Zag não gosta e nem acredita na polícia, como havia dito na crônica de 17/02/1884, na qual afirma não querer “nem os escrúpulos” desta instituição. Mas a crítica não podia ser feita diretamente. Era preciso confirmar o estilo de seus narradores. Sempre concordando com o seu interlocutor, no caso o chefe de polícia, Zig-Zag confirma o motivo pelo qual carrega esse nome. Ziguezagueando nas suas opiniões, bordejando entre os partidos políticos, ameaçando deixar de ser monarquista, o narrador só confirmava para o seu público o seu estilo de narrativa, a sua atitude nas crônicas de “Balas de Estalo” e, principalmente, a escolha do pseudônimo “zig-zag”. E como era este narrador que dava o tom da participação das outras assinaturas de Henrique Chaves – João Tesourinha e João Bigode -, essa ficou sendo uma marca da presença deste cronista na série.

Além disso, outra brincadeira feita por Zig-Zag é a afirmação do “desprezo” que ele sentia pela imprensa e pelo seu papel de “paládio da liberdade”. Brincadeiras como essa foram feitas durante toda a série. Ambos os narradores “satirizavam” o papel dos jornalistas e da imprensa no desenvolvimento da sociedade, dizendo que estão nesta profissão “por acaso”. Claramente eles acreditavam nessa “missão” do jornalismo, mas a fala tinha sempre

¹¹⁸ “Balas de Estalo”, 11/01/1884, Zig-Zag (Henrique Chaves).

que ser invertida a fim de alcançar os objetivos humorísticos¹¹⁹. Zig-Zag e João Tesourinha acreditavam sim nesse papel do jornal e muitas vezes discutiram o funcionamento e a liberdade da imprensa, seus limites e sua participação nos principais problemas do país naquele momento. E isso se confirma, principalmente, pela forma como eles discutiram sistematicamente em “Balas de Estalo” problemas sobre política, monarquia, finanças, etc.

Resta-nos, agora, entender as diferenças que separam esses dois pseudônimos, uma vez que já foram explicitadas algumas das semelhanças que confirmam o pouco investimento de Henrique Chaves em torná-los personagens autônomos e distintos. Zig-Zag é, sem dúvida, a assinatura de Chaves que mais se constitui como uma personagem. Além de bordejar em suas opiniões, Zig-Zag era mau humorado e dizia-se forçado a fazer “balas de estalo”, tal como vimos em sua primeira crônica de 07/04/1883. Reclamava também da ordem de publicação dos baleiros, como indica a crônica de 31/12/1883 e, em julho de 1884 explica sua longa ausência da série pela falta de remuneração dos cronistas, afirmando ao leitor:

Eu devia começar estas balas por explicar com todas as minúcias a minha longa ausência desta seção desopilante do fígado dos nossos milhares de leitores. Não o faço, entretanto, e não faço por uma simples razão de modéstia, que me leva a não tratar da minha humilde pessoa. Devo, todavia, declarar com a maior franqueza, que a minha ausência era motivada por uma questão de dinheiro. Não sei por que o patrão havia entendido que esta seção devia ser feita gratuitamente, e que como pagamento dos *traits d'esprit* dos respectivos colaboradores bastava o juízo que deles fazia o múltiplo comendador Malvino Reis. Por um sentimento de generosidade deixei-me por muito tempo embalar com as cantigas do patrão. Um dia, porém, entendi que devia pôr cobro a uma exploração tão condenável, e declarei que não escreveria se indenização. A minha declaração provocou uma crise. O patrão sucumbiu e não me respondeu por muito tempo, até que ultimamente baixou um aviso, declarando que cada *Bala* seria paga pela quantia de dez mil réis. Confesso que achei a quantia insignificante e reles. A minha pena honrada e altiva nunca se prestou a servir ninguém por preço tão ao alcance de todos. Mas como os dez mil réis representam mais a vitória de um princípio do que

¹¹⁹ Ver, por exemplo, a crônica de 19/07/1883. João Tesourinha (Henrique Chaves).

o pagamento de uns escritos, eu submeto-me, e é essa razão do meu reaparecimento. Zig-Zag¹²⁰.

A *Gazeta de Notícias* era considerada o jornal que melhor pagava seus jornalistas e colaboradores nos últimos anos do século XIX¹²¹, mas isso parecia importar pouco para Zig-Zag. Durante os anos de 1883 e 1884 ele reclamou diversas vezes sobre sua remuneração para escrever as *balas* e exigindo do patrão um aumento. A crônica acima também confirma com seus textos na maioria das vezes eram escritos de forma invertida, fazendo com que o leitor tivesse sempre que ler atento a estes detalhes. O exemplo disso é sua afirmação de que foi só a partir de sua declaração de descontentamento que o patrão resolveu pagar os dez mil réis por crônica. Ele sabe que isso não é verdade, pois ele mesmo, em outras crônicas, já havia falado nesse pagamento recebido por crônica. Assim sendo, a brincadeira parece ter mais o propósito de desenhar um “cronista resmungão”, do que qualquer outra coisa. Fazia parte do jogo de Zig-Zag fustigar seu patrão, que muitas vezes era associado a Lulú Sênior. E mesmo isso não fazia sem um propósito exato, uma vez que essa também foi uma de suas marcas registradas na série: a constante polêmica com o pseudônimo de Ferreira de Araújo.

Muito do destaque que Zig-Zag alcanço em “Balas de estalo” veio das inúmeras polêmicas que ele e Lulú Sênior mantiveram na série. Eles eram como sutis “adversários” e se enfrentavam de tempos em tempos. A primeira polêmica ocorreu ainda no início da série, quando supostamente Lulú Sênior deixou um bilhete na mesa de Zig-Zag pedindo que este o substituísse no fazer das balas de estalo de 24/07/1883. Assim como na crônica sobre a remuneração de “Balas”, nesta Zig-Zag também diz que não deveria “trazer certos fatos ao conhecimento do público” mas mesmo assim ele o faz e conclui que Lulú Sênior, faltando à chamada, agravou a pena de deserção, com a manifesta intenção de *entalar*, à última hora e de surpresa, um companheiro humilde, consideravelmente mais pequeno do que ele, e que, não podendo desferrar-se, como convinha, pela força, vingar-se em não achar graça nos seus escritos, e, o que é mais, em declará-lo alto e em bom som”. Lulú Sênior responde aos ataques de Zig-Zag na crônica de 25/07/1883 e alega que por “mais de

¹²⁰ “Balas de Estalo”, 17/07/1884. Zig-Zag (Henrique Chaves). Chaves estava doente durante o mês de junho e julho e foi por esse motivo que se ausentou da série. Ver “Balas de Estalo” de junho de 1884.

¹²¹ Ver Marialva Barbosa, op.cit., p 44.

uma vez escreveu as *balas* que Zig-Zag assina” e “se o público não tem dado por isso”, é porque, justamente para o “engazopar”, “faz as crônicas nesses dias muito mais tolas que de costume”¹²². Zig-Zag, então, como resposta, pede que Lulú Sênior retire-se da série depois de tantas ofensas¹²³. A próxima notícia que o leitor tem sobre a polêmica vem através de Lélío, pseudônimo de Machado de Assis, que narra como se deu o duelo entre os dois adversários:

À última hora sou obrigado a dar uma notícia. Depois do remoque final de Lulú Sênior, em seu artigo de ontem, o nosso amigo Zig-Zag justamente ofendido, entendeu de sua honra desafiar o adversário a um duelo. Lulú Sênior não recusou o cartel, e incumbiu a Publicola e Décio de se entenderem comigo e Blick para estabelecermos as condições do combate. Os quatro reunimo-nos imediatamente, e assentamos que o duelo seria a pistola, a dez passos de distância, sendo ambas as armas carregadas e disparadas ao mesmo tempo. Verificou-se o duelo no fim da linha de Copacabana. Eis a ata do acontecimento: “Hoje, 31 de julho de 1883, às 4 horas da tarde, houve um duelo entre os srs. Zig-Zag e Lulú Sênior, no fim da linha de Copacabana. Reunidos os adversários e os abaixo assinados, padrinhos de ambos, foram carregadas as armas, e marcadas as distâncias. Ao sinal convencionado, dispararam ambos, mas, tomados de um nobre sentimento de generosidade, não empregaram as balas nas panças inimigas, limitando-se a disparar as pistolas para o ar. As testemunhas, comovidas, não puderam conter as lágrimas diante de um ato bonito. Os dois inimigos abraçaram-se delirantes, e assentaram de confirmar a reconciliação, no dia 2 de agosto, em certo lugar, et coetera e tal pontinhos”. Rio de Janeiro, 31 de julho de 1883. Publicola, Blick, Décio, Lélío¹²⁴.

Reproduzindo as polêmicas e debates entre literatos e jornalistas que tanto faziam sucesso nos jornais em finais do século XIX¹²⁵, Zig-Zag e Lulú se enfrentam em oito crônicas publicadas entre os meses de julho e agosto de 1883 e dando sequência à brincadeira envolvem todo o grupo, que testemunha o suposto “duelo” entre eles, dando

¹²² “Balas de Estalo”, 25/07/1883, Lulú Sênior (Ferreira de Araújo).

¹²³ Foram no total oito crônicas de polêmica, em que os dois adversários iam num crescente de humor e trocas de brincadeiras. Ver crônicas de 24/07/1883, 26/07

¹²⁴ “Balas de Estalo”, 01/08/1883, Lélío (Machado de Assis).

¹²⁵ Leonardo Pereira, *Carnaval das Letras*, op.cit, p41.

seqüência a uma sátira a essas famosas polêmicas. Esta também não só é uma situação que ressalta uma das principais características de Zig-Zag na série, bem como é a confirmação para o público da existência de uma coletividade em “Balas”. Quase todo o grupo está presente na situação, com exceção de Mercutio – que havia saído -, de João tesourinha e de José do Egito, pseudônimo de Valentim Magalhães. Além disso, a brincadeira ainda revela a visão de Zig-Zag em relação ao patrão Lulú Sênior, que teria abusado do fato de Zig-Zag ser “mais pequeno”, forçando-o a escrever balas em dias que não fossem de sua responsabilidade, bem como abre a possibilidade dos narradores revezarem-se nas assinaturas sem avisar ao leitor. Mas esta parece ter sido apenas mais uma das brincadeiras de Lulú Sênior para “diminuir” a qualidade dos textos de Zig-Zag. Os narradores da série freqüentemente competiam entre si para saber quem era o mais engraçado, quem comentava os melhores assuntos.

Outra polêmica que Zig-Zag travou com Lulú Sênior ocorreu em fevereiro de 1884 e reproduzia o debate acirrado e até violento que estava ocorrendo entre Valentim Magalhães e Silvio Romero na coluna “Notas à Margem” sobre crítica literária e na qual os polemistas começaram a proferir insultos pessoais um ao outro. Zig-Zag e Lulú Sênior que já haviam satirizado as famosas brigas pelos jornais em 1883, não podiam deixar passar essa nova oportunidade. Sem fazer referências ao debate de Romero e Magalhães, eles iniciam a discussão porque Zig-Zag critica o livro “Irradiações”, supostamente escrito por Lulú Sênior¹²⁶, que dias antes tinha comentado a polêmica entre os literatos:

Estou aqui a ter medo de escrever, e vejo que é muito mais cômodo ser sócio efetivo do Clube Literário Lulú Sênior ou do retiro Cosmopolita e Arqueológico Lélío, do que fazer crítica na imprensa a sério ou em estilo de quem entenda que este mundo deve ser levado a rir. Numa sociedade literária a gente discute se Calabar foi traidor à pátria, se Napoleão foi mais que César, e se a condenação de Tiradentes foi uma destas poucas vergonhas de se lhe tirar o chapéu. Ora, por mais que a gente se exalte, não é de crer que chegue as do cabo por amor de qualquer dessas teses, tão indecentes como soporíferas. Na imprensa a cousa está se tornando um pouco mais áspera. Fulano diz que Sicrano escreveu um verso que tinha um pé de menos, e outro que tinha quatro pés de mais. Sicrano vem no dia seguinte e responde que Fulano pe uma besta (sic). Sancho diz que o livro de

¹²⁶ Ver crônica de 03/02/1883.

Martinho não lhe agradou. Martinho responde que Sancho é um camelo (ainda sic). Se Pedro afirma que Paulo errou, Paulo responde que Pedro é estúpido, idiota, cavalgada, azemola (cada vez mais sic). Eu vejo isso e fico assim com cara de quem não ouviu missa, principalmente por lembrar-me de um fato recente que se deu comigo. Lulú Sênior¹²⁷.

Dois dias depois desta crônica, Zig-Zag, vendo Lulú Sênior “indignado” com o nível em que as polêmicas estavam chegando na imprensa, lança uma crítica ao “patrão”, dizendo que as suas *Irradiações* não tem nenhuma qualidade que se faça considerar uma obra de arte e que há de tudo naquelas *Irradiações*, desde a “banalidade da idéia” até a “trivialidade da rima”. Ao final de oito crônicas, Zig-Zag e Lulú Sênior já estavam trocando ofensas pessoais, tal como estavam fazendo Valentim Magalhães e Silvio Romero. Como da vez anterior, o grupo se manifesta sobre a polêmica, tecendo comentários sobre o absurdo da situação. A bala mais interessante neste caso vem de João Tesourinha e foi publicada no dia 10/02/1884:

Venho um pouco tarde para intervir na polêmica havida entre Lulú Sênior e Zig-Zag. Como amigo (...) e solidário com os disparates desta seção, só me resta dar público testemunho do desgosto e do pesar que me causaram os excessos da linguagem da parte dos dois contendores. Acho que estas rugas tão frequentes entre pessoas que tem a pretensão de exercer o *augusto sacerdócio*, só podem contribuir para que cada vez mais a opinião pública se vá convencendo de que a verdadeira *imprensa* é como dizia o outro, cada um em sua casa com sua mulher e seus filhos. Que o redator de um jornal descomponha o redator de outro, compreende-se, mesmo porque é para isso que os jornais são feitos; mas que os próprios redatores de uma folha, que quer pesar de séria, entretenham o público que os lê com diatribes intoleráveis na própria câmara municipal (...) João Tesourinha¹²⁸.

João Tesourinha e Zig-Zag nesta crônica são personagens distintos e fazem parte da coletividade de “Balas de Estalo”. A ironia que tanto usam em outras crônicas é aqui levada ao limite, pois João Tesourinha recrimina uma discussão que, em certo sentido, é

¹²⁷ “Balas de Estalo”, 01/02/1884. Lulú Sênior (Ferreira de Araújo).

¹²⁸ “Balas de Estalo”, 10/02/1883, João Tesourinha (Henrique Chaves).

responsável. Ele condena as atitudes de Zig-Zag e Lulú Sênior, diz que a polêmica banaliza o “sagrado sacerdócio da imprensa” e que os jornais são feitos meramente para isso. Aqui, embora haja a ruptura explícita entre os narradores, há também uma sutil dica de que eles são a mesma pessoa, uma espécie de alerta ao leitor, no momento em que João Tesourinha refere-se a Lulú Sênior – pseudônimo que repetia várias vezes a frase sobre “cada um em sua casa com sua mulher e seus filhos” – como sendo “o outro”, com uma certa dose de “ressentimento”. Mais uma vez, o movimento de Henrique Chaves vai no sentido de separar os narradores, mas ao mesmo tempo manter explícita a brincadeira de um mesmo autor com duas assinaturas. Certamente Henrique Chaves não queria que houvesse uma separação exagerada entre seus dois pseudônimos, era preciso sempre manter um vínculo perceptível ao leitor. João Tesourinha em raros momentos fala da série, da coletividade, poucas vezes brinca com a questão dos pseudônimos. Além do pequeno número de crônicas que produz até finais de 1884, ele também revela, a todo o momento, o pouco esforço de Henrique Chaves em caracteriza-lo como uma personagem coesa e distinta de Zig-Zag. Algumas vezes, como na crônica de 18/08/1883 é confundido com Zig-Zag por Lulú Sênior. No dia 17/08/1883, por exemplo, João Tesourinha escreve uma crônica sobre a visita de um príncipe alemão à cidade do Rio de Janeiro:

Eu sinto em mim, imperiosa e impertinente, como uma enxaqueca, a necessidade de falar do príncipe, já que o príncipe não me vem falar. Não quero todavia ir de encontro à etiqueta, escrevendo a uma pessoa com quem ainda não me dou, e que merece muito mais consideração do que *Lulu Sênior*, que está aprendendo alemão, para eu me descompor sem eu o entender. João Tesourinha¹²⁹.

No dia seguinte, 18/08/1883, quem escreve as “balas” é Lulu Sênior, que decide também falar do príncipe, reclamando que já saiu várias vezes do Rio de Janeiro e que voltou várias vezes, sem nunca ter sido recebido com honras e condecorações como o príncipe germânico. Além da reclamação, aproveita para responder à crônica de João Tesourinha:

¹²⁹ Balas de Estalo, Gazeta de Notícias, 17/08/1883.

Não pode ser e desde já protesto; e previno o Sr. Lafayette¹³⁰ que faço por aí um chinfrim de pôr tudo raso, se dentro em quinze dias não me derem qualquer coisa da Rosa ou de Cristo, e o Sr. Sabóia¹³¹ para andar comigo por toda a parte. (...) Zig-Zag (grifo meu) diz que eu aprendo alemão para o descompor, sem que ele me entenda; quando eu andar quinze dias com o Sr. Sabóia, e aprender a falar com ele, então é que nem Zig-Zag nem ninguém mete mais o dente no que eu disser. Lulu Sênior.¹³²

A grande “pista” que esta passagem nos dá está no fato de Lulu Sênior se referir a algo que João Tesourinha escreveu no dia anterior – que Lulu Sênior estava aprendendo alemão só para descompô-lo sem que ele entendesse – como sendo uma crônica de Zig-Zag. Lulú Sênior chama João Tesourinha de Zig-Zag e o inverso nunca aconteceu, comprovando, de certa forma, a centralidade de Zig-Zag na participação de Henrique Chaves, uma vez que era este o pseudônimo imediatamente identificado com o cronista. Outro indício desta centralidade são as inúmeras vezes em que os outros narradores da série enumeram integrantes do grupo citando apenas Zig-Zag. No entanto, quem sai da série em setembro de 1884 é Zig-Zag, dando o lugar de destaque para João Tesourinha, que continua a carregar as mesmas características iniciais do pseudônimo, seguindo, muitas vezes, o “modelo” de Zig-Zag. O porquê disso ocorre ainda é um problema para ser resolvido. Não há indícios do motivo da saída de Zig-Zag, nem mesmo uma crônica de despedida. Simplesmente Henrique Chaves opta por João Tesourinha¹³³ que, de uma forma geral, dá sequência ao que vinha sendo feito nos anos de 1883 e 1884¹³⁴.

Ainda um último ponto na diferenciação entre esses pseudônimos está na formas das crônicas políticas de Zig-Zag e João Tesourinha. A participação de Zig-Zag em “Balas

¹³⁰ Lafayette Rodrigues é o chefe do gabinete liberal que subiu ao poder em 24 de maio de 1883.

¹³¹ Sabóia era o diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, bastante satirizado pelos cronistas por cometer muitos erros de português.

¹³² “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 18/08/1883.

¹³³ Um possível motivo da saída pode estar na mudança de assinatura de Zig-Zag em abril de 1884. Na crônica de 05/04/1884, Zig-Zag anuncia sua nova assinatura – Zig-Zug -, por ter encontrado na lista do Jockey Club um cavalo de corrida com o mesmo nome que o seu. Não querendo ser “confundido”, ele muda de assinatura. Isso pode ter descaracterizado um pouco a personagem inicial criada por Henrique Chaves.

¹³⁴ Em 1885, João Tesourinha continua a discutir temas muito recorrentes na produção de Henrique Chaves em “Balas de Estalo”, assumindo também os temas que apareciam mais sob a assinatura de Zig-Zag, tais como imprensa, Câmara dos Deputados, monarquia, Fala do Trono, etc.

de Estalo” se caracteriza por alguns temas principais. Em maio de 1883, por exemplo, suas crônicas comentaram sistematicamente a atuação de Dom Pedro II na política nacional, totalizando 5 crônicas que discutiam a Fala do Trono pronunciada pelo monarca no dia 3 de maio¹³⁵ e a crise ministerial que ameaçava o gabinete liberal chefiado pelo Visconde de Paranaguá. Essas crônicas iniciais de Zig-Zag davam a exata idéia de como o narrador se colocaria sobre estes temas, ressaltando sua ironia sobre as formas como Dom Pedro II resolvia as crises ministeriais¹³⁶, as incoerências políticas de conservadores e liberais, o funcionamento da Câmara de Deputados e da política nacional em geral. Tal com se estivesse taquigrafando as sessões ministeriais, ele descrevia a maneira pela qual os ministros elaboravam a fala do trono, reconstruindo na crônica a cena de uma reunião do gabinete, na qual um dos ministros afirmava: “O Zé pagante pensa que é o imperador quem deita discurso, mas como os colegas sabem, sua majestade não faz mais que ser aquilo que nós lhe impingimos”¹³⁷. Não era Zig-Zag quem falava, era o taquígrafo da sessão. Ele apenas “reproduzia” a cena.

Muitas foram as crônicas em que Zig-Zag utilizou este recurso. No dia 25/05/1883, por exemplo, ele escreve uma crônica que reproduz uma sessão na Câmara dos Deputados¹³⁸. A “bala”, publicada no dia 25 de maio, vinha com a ressalva de que havia sido extraída do Diário Oficial do dia 27 de maio de 1883. Ao leitor atento, a brincadeira ficava explícita. Zig-Zag colocava na boca de Ferreira Vianna, político conservador, os comentários que imaginava possíveis para a subida do gabinete Lafayette, de 24 de maio. Segundo o narrador, Ferreira Vianna, dirigindo-se ao presidente da Câmara, dizia sentir sobre si a “dolorosa impressão” que aquele “aviltamento das instituições”, aqueles “ataques permanentes” ao “pacto fundamental”, “tão violentamente desacatado por Aquele que a nação havia colocado ao seu lado” haviam causado. Mas quem sentia a “dolorosa impressão”, além de Ferreira Vianna, político que muitas vezes criticou a interferência de Dom Pedro II no revezamento dos partidos no poder? Certamente Zig-Zag, que em muitas crônicas teceu críticas e ironias sobre o poder “irresponsável” do imperador. Ferreira Vianna era somente o interlocutor.

¹³⁵ Ver crônicas de 01/05/1883, 04/05/1883, 09/05/1883, 17/05/1883 e 25/05/1883.

¹³⁶ Ver crônica de 17/05/1883, na qual Zig-Zag descreve a cena de Paranaguá chegando no palácio imperial, durante um baile, e falando com o imperador sobre a queda de seu gabinete.

¹³⁷ “Balas de Estalo”, 01/05/1883, Zig-Zag (Henrique Chaves).

¹³⁸ Ver, por exemplo, crônicas de 29/04/1883, 01/05/1883, 25/05/1883 e 07/06/1884.

Estruturar a crônica dessa forma tornou-se uma das características desse pseudônimo. Em junho de 1884, com a subida do gabinete chefiado por Manuel Pinto de Souza Dantas, Zig-Zag escreve uma nova “bala” (publicada em 05/06/1884), que afirmava ter retirando do *Diário Oficial* de 07/06/1884. Nesta crônica, o narrador descreve a apresentação do novo gabinete Dantas (de 6 de junho) à Câmara de Deputados e na qual Dantas afirma não ter que apresentar programa, uma vez que ninguém acreditava mais naquilo. E tal como havia feito em 1883, é Ferreira Vianna quem dá o parecer final sobre a nomeação do novo gabinete:

(Entra no salão o Sr. Presidente do conselho, seguido do resto do ministério).

O Sr. Maciel – Peço a palavra¹³⁹.

O Sr. presidente – Tem a palavra o Sr. Maciel.

O Sr. Maciel – (*sinais de atenção*). Sr. presidente, V.EX. e a câmara devem estar lembrados do que ocorreu nesta casa no dia 3 do corrente¹⁴⁰. Em consequência da votação que aqui teve lugar, o ministério entendeu que não podia continuar à frente dos negócios públicos. Na noite desse dia, o Sr. ex-presidente do conselho foi ao Paço depor as nossas pastas...

O S. Prisco Paraíso¹⁴¹ - As nossas queridas pastas...

O Sr. Maciel – e depois de ouvir S. M. o imperador, mandou chamar o Sr. Conselheiro Saraiva. Daí em diante a outro, que não eu, cabe contar o que se passou. (*muito bem! muito bem!*)

O Sr. presidente do Conselho – (*silêncio profundo*) O Sr. presidente, no dia 4 do corrente, pelas duas horas da tarde, recebi ordem de Sua Majestade, para comparecer ao Paço, às 5 horas da tarde. Mandeí chamar o *coupé* dos momentos solenes e deitei-me para São Cristóvão, ao trote de duas bestas gordas. (...) Lá fui a hora designada, e então Sua Majestade convidou-me para organizar o ministério. Agora permita a câmara que eu diga alguma cousa do pessoal. Senhores, sou um homem muito conhecido no meu partido. (*apoiados*) As minhas idéias são tão conhecidas como eu. (*Apoiados*).

¹³⁹ Francisco Antunes Maciel, deputado pelo Rio Grande do Sul, ministro do império no gabinete liberal chefiado por Lafayette Rodrigues Pereira.

¹⁴⁰ Câmara de Deputados votou no dia 03 de junho de 1883 uma moção de desconfiança ao gabinete de Lafayette Rodrigues Pereira.

¹⁴¹ Francisco Prisco Paraíso, deputado pelo Rio Grande do Sul, ministro da Justiça do gabinete chefiado por Lafayette Rodrigues.

O Sr. Rui Barbosa – Todo o país faz justiça à você, V. Ex.

O Sr. Ildefonso – É um liberal muito distinto.

O Sr. presidente – Atenção!

O Sr. presidente do Conselho – Não pelos méritos, que não possuo (*não apoiados*), mas pela benevolência dos meus correligionários, acho-me, mercê de Deus, numa posição na qual não é lícito ter mais ambições. O poder em todos os tempos, e hoje mais do que nunca, não é o Capitólio; mas a Rocha Tarpéa (sic) (*Muito bem*). Não foi a ambição que me trouxe a este lugar; mas o estrito cumprimento de prestar ao meu partido, à Bahia e à minha Pátria, os pequenos serviços, que lhes pode prestar um liberal sincero! (*Muito bem*)

Não creio que a Câmara e o país ainda acreditem em programas. Por isso, não faço o programa do novo governo. Só o que digo é que os fatos hão de provar que o desejo que temos de acertar, e quanto nos interessa o bem do país. (...) Nada mais tenho a acrescentar, senão que faremos uma administração honesta e justa. (*Muito bem! Muito bem!*)

O Sr. presidente – Tem a palavra o Sr. Ferreira Vianna.

O Sr. Ferreira Vianna – (*silêncio profundo*) – O Sr. presidente, mais uma vez me cabe a honra de ser distinguido com a confiança de meus amigos, para fazer honras da casa ao nobre presidente do Conselho. Aceitei essa honra com sacrifício! Senhores, eu já não estou para estas cousas, e confesso a V. Ex que, por maior variedade de caras que apareçam naquelas cadeiras, o meu espírito não sofre amais leve impressão. A *Marmota*, da situação liberal, pode fazer todas as mutações, que a mim não me distrai, nem me diverte. E sabe V. EX. por que este meu embotamento? Porque atrás da *Marmota*, eu vejo o seu empresário fazendo, à sua vontade, entrar e retirar títeres de que se compõe a sua companhia. (*Apoiados*) (...) Para nós, é indiferente que naquela cadeira esteja o representante da Bahia, ou continuasse o representante de Minas¹⁴²! O que quer dizer a mudança da matéria, se o espírito continua o mesmo? (*apoiados*) Porventura, terá o poderoso presidente do conselho força para se opor às exigências insólitas do seu Criador? É preciso que não nos iludam, senhores; o que faz esta hecatombe de ministros que desaparecem sucessivamente no vértice do abismo, mais conhecido por vala comum, não é esta ou aquela questão, são todas as questões, (...), é finalmente essa absorção de todas as faculdades, com que um outro Poder mais ousado tem procurado e continua a

¹⁴² Lafayette Rodrigues Pereira era de Minas Gerais.

procurar robustecer-se. (*Apoiado, muito bem*) (...) Senhores, o que têm feito todos os ministérios que por aqui têm passado, senão salvar o país? (*hilaridade*)(...). Sessão de 9 de junho – Está conforme. Dr. Zig-Zug¹⁴³.

Essa era, então, umas das típicas crônicas de Zig-Zag sobre os ministérios, sobre Dom Pedro II e o poder moderador¹⁴⁴. As sessões da Câmara, entretanto, não eram seu único alvo. Todos os anos em que esteve em “Balas de Estalo” – tanto como Zig-Zag ou como João Tesourinha - ele comentou sistematicamente a Fala do Trono, proferida pelo imperador no início das atividades legislativas. E tal como fazia com o seu “está conforme”, ou “foi retirado do *Diário Oficial*”, Zig-Zag, dias antes da abertura do Parlamento, afirmava ter conseguido uma “cópia” da Fala e que, por isso, publicava-a para o leitor”. O que era dito e comentado na crônica não eram, então, palavras de Zig-Zag, mas “cópia” e “transcrição” da “realidade”.

No caso de João Tesourinha, o esquema de Henrique Chaves era um tanto diferente. Este pseudônimo não “transcrevia” sessões ou falas, ele mandava cartas e ficou conhecido na série por isso. Décio, na crônica inaugural de 01/01/1884, sinaliza para o leitor essa característica de João Tesourinha, embora o confunda com Zig-Zag dizendo que foi este que mandou cartas que “Sua Majestade jamais se dignou a responder”, que muitas vezes escreveu cartas ao imperador, a ministros, ao príncipe germânico. O próprio João Tesourinha afirmou em crônica de 17/08/1883:

Tenho abusado muito nestas colunas do gênero epistolar. É, pois, simplesmente por uma fantasia da forma que combato valentemente nesta ocasião, em que me acho revestido da elevada missão do augusto sacerdócio da imprensa, os ímpetos que em mim sinto de deitar algumas regras ao ilustre príncipe germânico que acaba de honrar as nossas plagas. Receio que este gênero de cartas esteja um pouco avariado pelo uso que dele tenho feito, e demais, não se me afigura extremamente correto dirigir-me a um cavalheiro com quem ainda não travei nem as simples relações de conhecimento. Mas, dado o caso – como agora - de um príncipe que chega e de um jornalista que está, o que deve fazer o jornalista? João Tesourinha¹⁴⁵

¹⁴³ “Balas de Estalo”, 05/06/1884. Dr. Zig-Zug (Henrique Chaves).

¹⁴⁴ Ver, por exemplo, crônicas de 01/05/1883, 04/05/1883, 09/05/1883, 17/05/1883 e 25/05/1883.

¹⁴⁵ “Balas de Estalo”, 17/08/1883, João Tesourinha (Henrique Chaves).

Mais uma vez os pseudônimos de Henrique Chaves realizando este movimento de dizer não poder fazer algo e fazer mesmo assim. Ele está abusando do gênero epistolar, pela etiqueta não pode dirigir-se por carta a alguém que ainda não foi apresentado, mas ele o faz e escreve a missiva. Era preciso “dar o recado” ao príncipe visitante. O importante, entretanto, é ressaltar que o próprio pseudônimo reconhece a recorrência das cartas em suas balas, enfatizando ainda mais para o leitor essa sua característica, principalmente quando o assunto era política. Embora diga que já estava abusando do gênero, em 1884 João Tesourinha ainda escrevia suas cartas aos governantes, como podemos observar na crônica de 18/03/1884:

Exm. Sr. conselheiro Rodrigues Júnior. Não fora V. Ex. um homem público, e eu ver-me-ia assaz embaraçado para me dirigir a sua estimável e cearense pessoa. Indubitavelmente só essa qualidade me dá o direito de endereçar uma carta a um cavalheiro com quem apenas mal tenho as relações de amizade que do ordinário ligam dois desconhecidos. O fato de haver V. Ex. ocupado ultimamente uma posição elevada, da qual se apeou sem mais ter-te nem guar-te (sic), é que neste momento impulsiona a minha pena, mais banhada de curiosidade do que de tinta violeta. Não compreende, Ex. senhor, o silêncio que se tem procurado fazer em volta da sua queda. Por mais macia que ela fosse, por menos doloroso que fosse o choque recebido pelos ministeriais Castelões, é o caso digno de estranheza que nem um *ui* chegasse aos ouvidos desta população sempre pronta a receber com caridade o gemido das vítimas. Por que caiu V. Ex. ? A esta interrogação, que poderia qualificar de indiscreta, V.Ex. responderia muito facilmente: não tenho que lhe dar satisfações.

É uma resposta justa e talvez, sob o ponto de vista pessoal, mas incompleta, atentas às exigências da soberania nacional. Porque é necessário que o Sr. conselheiro fique sabendo, que eu quando falo, e, muito mais, quando escrevo, é sempre em nome da citada soberania. É um fraco como outro qualquer. Mas que quer o Sr. conselheiro? Estas duas palavras – soberania nacional – atraíram-me desde a primeira vez que as ouvi, e impressionaram de tal modo e de tal modo subjugaram o meu espírito, que hoje, quando escrevo, ou falo, é sempre em nome delas. Verdade seja que nunca consegui atingir o seu valor exato e positivo; mas como não sou o único com quem se dá a anomalia de empregar frases cuja

significação se ignora, resigno-me, citando o anexim – mal de muitos, consolo é. Esta digressão filosófica ia desviando-me do meu assunto principal. (...)

Por que motivo saiu V.Ex. Ainda V. Ex. poderia responder, por meu intermédio, à Soberania Nacional, - que saiu porque havia entrado. A resposta seria lógica, seria convincente; mas não traria luz alguma sobre o fato político. Não ignora o Sr. conselheiro que toda a gente pode entrar e sair de sua casa, sem dizer água aos vizinhos. Não há, porém, a mesma liberdade, quando se trata de entrar ou sair de um ministério. Acresce, que para V. Ex. há circunstâncias excepcionais, que o obrigam a falar, porque enfim, não é airoso para um estadista, que acerca dos seus atos se espalhem boatos mal intencionados. Diz-se muita coisa, Sr. conselheiro, nos escritos dos jornais, nas portas das confeitarias, e até nos gabinetes dos seus Exms. colegas. Diz-se, por exemplo, o que eu vou referir, eu que não tenho papas na língua, muito menos na pena. Diz-se que na véspera do dia fatal em que V. Ex. largou a pasta, o Sr. presidente do conselho lhe dirigiu uma carta, que parece escrita por um personagem do autor predileto do S. Ex. V. Ex. leu a carta e guardou-^a No dia seguinte, antes do despacho, V. Ex. apresentou-a a Alguém, que, depois de a ler, disse: - Já sei, já sei. Entenda-se com o presidente do conselho, que eu não quero assistir à lavagem de roupa suja do ministério. Só depois desse conselho prudente e sábio é que V. Ex., ao dizer dos noveleiros, não se chegando a entender com o Sr. presidente do conselho, voltou para casas sem o símbolo do poder, isto é, sem as duas praças e os dois cavalos atrás do coupé.

Ora, isto não é verdade; mas, quer seja, quer não, V. Ex. deve vir pôr toda essa história em pratos limpos, porque, enfim, para mistério já basta que se ignore por que V. Ex. subiu. Ignorar-se igualmente por que V. Ex. desceu, é o que se poderia chamar de cúmulo da ignorância. Esperando que estas linhas produzam em V. Ex. o efeito de um saca-rolhas, tenho a honra de continuar a assinar-me – De V. Ex., etc., etc., João Tesourinha.¹⁴⁶

Antonio Joaquim Rodrigues Júnior foi ministro da guerra pelo gabinete 24 de maio de 1883, chefiado por Lafayette Rodrigues Pereira. Em março de 1884, com as comemorações da libertação da escravidão da província do Ceará, Rodrigues Jr. Começou a criticar a fraqueza do presidente do conselho em conter tais festejos que, segundo ele,

¹⁴⁶ “Balas de Estalo”, 18/03/1884. João Tesourinha (Henrique Chaves).

faziam propaganda da abolição e podiam prejudicar os trabalhos na lavoura e, conseqüentemente, atrapalhar o “desenvolvimento” do país. Diante destas incompatibilidades, Lafayette Rodrigues escreve uma carta para o ministro da guerra demitindo-o do cargo alegando incompetência de Rodrigues Jr. para o cargo. A carta lida na Câmara dos Deputados causa grande frisson na imprensa, como também nos meios políticos, sendo considerada um dos motivos da queda do ministério¹⁴⁷. João Tesourinha, na sua “missão” de “representante da soberania nacional”, escreve ao ministro e deseja saber os reais motivos de sua saída do ministério.

Diferentemente de Zig-Zag, que provavelmente teria escrito uma crônica na qual descreveria a sessão em que Lafayette lê a carta, João Tesourinha opta, mais uma vez, pela carta. Henrique Chaves não comentou mais esse assunto em março de 1884, a não ser nesta carta de João Tesourinha, o que parece significar que a situação exigia do cronista uma postura mais de cobrança de satisfações do que “relato” do acontecido. O importante é notar que Chaves escolhe João Tesourinha para esse papel, tal como havia feito em crônica de 09/08/1883, quando este pseudônimo pede explicações ao monarca sobre sua relação de poder com o Senado. Cabe a esse narrador desempenhar a função de “porta-voz” das dúvidas da “soberania nacional” e não ao “taquígrafo”, revelando que os papéis dos narradores se dividiam nessa questão. Zig-Zag relatava a “verdade” verdade sobre a política, descrevendo o “quadro” das ações dos governantes do país. João Tesourinha, por outro lado, emite sua opinião, cobra atitudes e explicações, ou mesmo dá sugestões aos governantes.

Certamente que esta não pode ser uma divisão categórica e limitada dos papéis que estes narradores exerceram na série. Afinal de contas, muito do que afirma João Tesourinha, como o compromisso do jornalista com a chamada “soberania nacional” e o “sacerdócio da imprensa”, também está presente na fala de Zig-Zag. A divisão feita pelo cronista entre os seus pseudônimos representa muito mais as escolhas de Henrique Chaves no que se refere ao formato da crônica, do que investimento em uma personagem. João Tesourinha ou Zig-Zag estão muito mais ligados à forma dos textos, e não necessariamente ao conteúdo e as idéias expostas nas crônicas. A mediação entre cronista e narrador parece, então, menor. O investimento literário existe nas “balas” destes pseudônimos, mas ele se

¹⁴⁷ Ver crônicas de 05/03/1884, 10/03/1884 e 17/05/1883.

concentra muito mais no uso de ironias, na criação de situações vividas pelo grupo de “Balas de estalo”, duelo, brigas, polêmicas, bem como na forma narrativa – carta, cena de teatro, sessões taquigrafas – e no estilo textual que Henrique Chaves persegue durante toda a publicação da série. Assim sendo, há diferentes tipos de investimento literário no gênero cronístico e “Balas”, com sua coletividade, nos proporciona esse olhar mais multifacetado para esta questão. Vejamos agora o caso de um outro cronista da série com parâmetros diferentes na delimitação de seu pseudônimo.

Lélio, o “estouvado”: o pseudônimo de Machado de Assis

Diferente de Henrique Chaves, Machado de Assis assinou com um único pseudônimo em “Balas de Estalo”. Lélio entra para a série em 2 de julho de 1883, exatamente dez dias depois de uma crônica publicada por *Lulú Sênior* sobre um discurso de Lafayette Rodrigues na Câmara dos Deputados, em que o presidente do conselho de ministros citara *O Tartufo*, de Molière. Machado ingressa na série sob o pseudônimo Lélio *dos Anzóis Carapuça*¹⁴⁸ e cria sua personagem ainda sob os efeitos desta citação de Lafayette no parlamento. A referência literária, tomada do acontecimento político, dava a tônica das “Balas” da *Gazeta*, e o cronista, que ingressava em uma série com discussões que giravam em torno da vida política, das ações das Assembléias, das trocas de ministros e da forma como Dom Pedro II conduzia as relações do executivo com o Parlamento e a própria ação governamental naqueles anos finais do império, parecia querer se adaptar a esta temática. Para uma série com tais características, a escolha de uma personagem de Molière – autor tão presente nas discussões parlamentares naquele momento – talvez tenha parecido bastante coerente para Machado de Assis que, ao longo da série, esforçou-se por criar um pseudônimo previamente elaborado para o estilo e a temática de “Balas de Estalo” e, por isso, talvez, a escolha de Machado tenha sido por Lélio.

Entretanto, além do discurso de Lafayette e do esforço do cronista de se adaptar a uma nova série, começada meses antes de sua entrada, há que se levar em conta também a

¹⁴⁸ Lélio declara seu sobrenome na crônica de 17 de janeiro de 1885, na qual a personagem escreve seu testamento. Segundo Daniela Mantarro, este sobrenome cômico e popular já havia sido usado em 1862 pelo pseudônimo “Dr. Semana” na *Semana Ilustrada*, coincidentemente outra personagem de uma série coletiva de crônicas. Ver Mantarro, *op.cit.*, p10.

recorrência de Molière na obra cronística de Machado de Assis. Lúcia Granja¹⁴⁹, ao estudar as crônicas deste autor publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*, na década de 1860, menciona a forma como Molière teria auxiliado Machado de Assis em muitas de suas ironias em relação aos políticos. Defendendo a idéia de que crônica é uma espécie de “jornalismo híbrido, onde ficção e história disputam o mesmo espaço textual”, a autora observa a frequência com que foram usados personagens de teatro nestes pequenos textos de jornal. Segundo Lúcia Granja:

A presença das personagens de teatro – notadamente as comédias –, servindo de exemplo para as atitudes deslocadas das personagens da vida pública brasileira, ilustra a própria estrutura do texto que as reutiliza em um registro satírico. O narrador espreguiça silencioso a semana, colecionando, através de sua observação, as atitudes exageradas (deslocadas) dos homens que representam a vida pública. Em seu escrito semanal, une a sua posição de espreguiça quieta ao tom de conversação que estabelece com o leitor, de modo que a conversa de ambos passa a reconstruir a cena dos fatos que se desenrolaram nos recentes dias passados. A crônica passa a ser, então, um texto em que se desenvolve um teatro imaginário. Ela une as imagens reconstruídas pelas palavras do narrador aos seus comentários (ao pé do ouvido) do leitor; esses, em sua natureza última, acabam por dramatizar (ao reconstruir pela conversação) os acontecimentos trazidos à cena pública, por meio das atitudes de seus personagens inadequados, e por isso ridículos, opinião compartilhada pela maioria¹⁵⁰.

Com estas informações, visualizamos a plausibilidade do recurso utilizado pelo autor ao buscar uma personagem do autor teatral francês para “Balas”. Quem primeiro identificou Lélío como uma possível referência ao personagem de Molière foi o crítico literário Magalhães Jr. Para o autor, “sob o disfarce do pseudônimo, recolhido nas comédias de Molière, - Lélío que é filho de Pandolfe e namorado de Célia em *L' Etourdi*, - versou temas da atualidade política e social, assuntos graves e assuntos frívolos, em tom sempre facetado e vivaz”¹⁵¹. É preciso lembrar, entretanto, que na opinião de outros estudiosos, como

¹⁴⁹ Granja, *op.cit.*

¹⁵⁰ Granja, Lúcia. *op.cit.*, p79.

¹⁵¹ Ver Assis, Joaquim M. Machado de. Crônicas de Lélío. R. Magalhães Jr. (org). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1958, p4.

Daniela Mantarro Callipo, a referência a esta personagem pode não ser tão evidente. Para a autora, é preciso considerar a existência de uma personagem da “comédia d’ell’arte”, cujo nome também era Lélío. Presente no teatro italiano escrito entre os séculos XVI e XVII, o aventureiro romanesco surgiu em 1620 em *Lelio bandito* de Andreini. Na França, Lélío foi ainda personagem de duas peças de Marivaux: *La surprise de l’amour*, de 1722 e *Lê Prince travesti*, de 1724. Para a autora, portanto, seria “arriscado afirmar que Machado de Assis se inspirou somente em *L’Etourdi*, de Molière, embora conhecesse todas as suas peças, uma vez que o pseudônimo poderia ter sido escolhido por remeter-se à figuras tradicionalmente conhecidas pelas trapalhadas e pelo coração generoso (...)”¹⁵².

Entretanto, sem abandonar essas outras possíveis referências apontadas por Callipo – alusões que certamente podem ter influenciado Machado na escolha de uma personagem com *Lélío*, a escolha de Machado pela obra *O Estouvado*, de Molière, no contexto do discurso do ministro Lafayette e na preocupação da série com a vida política do período, parece uma referência mais evidente naquele momento. Lélío, de *O Estouvado*, teria ajudado a construir uma personagem com características bem definidas, com preocupações com o estilo leve e engraçado que se configurou na série e, principalmente, com um reconhecimento mais facilitado para o público leitor, que acompanhava as ironias diárias sobre o discurso “ilustrado” do ministro na Câmara de Deputados.

Lélío¹⁵³, o estouvado, é apaixonado pela bela escrava Célia, mas tem seus planos de casamento ameaçados por seu rival Leandro. Diante desta ameaça, Lélío pede ao seu valete Mascarilho que o ajude na conquista de sua amada. No entanto, estouvado, impulsivo e, principalmente, atrapalhado, ele estraga todos os dez planos preparados por seu criado. Ao longo da peça, ele se mostra irrefletido e bastante confuso sobre as estratégias que deveria recorrer para conquistar Célia. Suas características mais marcantes são, de fato, a impulsividade, a perplexidade, usadas como recursos humorísticos pelas situações que provoca seu modo desordenado de agir. *Lélío*, pseudônimo de Machado de Assis, não está

¹⁵² Callipo, Daniela Mantarro. As Recriações de Lélío: a presença francesa nas crônicas machadianas. *Gazeta de Notícias* – “Balas de estalo”, julho de 1883 a março de 1886. São Paulo, SP, 1998, 255p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras Modernas – Área de Língua e Literatura Francesas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

¹⁵³ Em 1660, Lélío reaparecerá em *Sganarello*, também como apaixonado por Célia, mas agora está prestes a se casar quando é confundido com um amante da esposa de Sganarello, o que promove novas confusões na vida da personagem.

tão longe destas características. Sem se apresentar ao público, ele inaugura sua participação em “Balas de Estalo” com uma crônica sobre uma nova ciência médica – a dosimetria¹⁵⁴ -, sobre a qual mostra-se um pouco “confuso”¹⁵⁵. *Lélio* compara a medicina e a ciência à religião, pois era preciso “crer” para escolher entre as diversas propostas médicas, por vezes contraditórias, existentes naquele momento.

Ao falar da dosimetria, nova tendência na época, o narrador se mostra perplexo diante de tantas alternativas de cura. Depois da abertura de uma enfermaria “dosimétrica” na Sociedade Portuguesa de Beneficência, *Lélio* escreve uma crônica sugerindo que as enfermarias não deveriam ser apenas abertas, mas explicadas. O narrador, então, explana sobre o que é a dosimetria e afirma que, se ela é tão eficaz, deve ser aplicada a todos os doentes. *Lélio* satiriza a possibilidade de o doente medicar-se mal, pressuposto da dosimetria segundo ele. Ele reconhece, mesmo com ironia, o direito do paciente de escolher entre alopatia e homeopatia, porque esses são “dois sistemas”, “duas escolas”. A personagem retrata todo o ambiente de incertezas e descrenças na ciência médica do período. E é devido a essas incertezas que o narrador propõe: “crê ou morre”. A medicina, suas descobertas científicas e suas teorias de cura são como um “grito muçulmano”, ou seja, são um ato de fé. *Lélio* descreve essa ciência que está “tateando” respostas para as doenças existentes, mostrando como estão confusos os médicos, e como este estado de coisas causa ceticismo nas pessoas ou, no mínimo, a perplexidade.

Assim, apesar de não fazer apresentações formais em sua primeira crônica, propondo, por exemplo, um “programa” para sua participação em “Balas”, *Lélio* já parece nos indicar algumas características desta nova personagem surgida, tais como os sentimentos de perplexidade e confusão – ou dificuldade de compreensão dos fatos – sentimentos estes surgidos em muitas das crônicas escritas por ele para essa série. E esses são sentimentos e atitudes que vão aproximar o pseudônimo criado por Machado de Assis de uma das personagens de Molière. Outros são os exemplos possíveis para esta

¹⁵⁴ A “dosimetria” de Borggraeve, sistema terapêutico lançado no século 19 e baseado na administração de medicamentos sob a forma de grânulos que continham os princípios ativos das substâncias medicinais, dados a tomar em intervalos certos, teve seus adeptos no Brasil. Ver SANTOS FILHO, Licurgo. História da Medicina no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947, p240.

¹⁵⁵ A análise desta crônica será feita mais detalhadamente no capítulo sobre “Balas de Estalo” e a medicina.

comparação, como por exemplo, o da crônica de 12/09/1883, na qual Lélío discute qual seria a melhor forma de governo para um país. Vejamos a crônica:

“Anteontem, no senado, trocaram-se algumas palavras, incidentemente, sobre qual das formas de governo é mais barata ou mais cara, se a monarquia, se a república. Um assunto destes exige o voto de todos os cidadãos. Considero-me obrigado a vir dizer perante o meu país e o meu século que a mais barata de todas as formas de governo seria a que Proudhon preconizava, a saber, a anarquia. Pode-se gastar mais ou menos com o galo ou o peru que está no quintal, não se gasta nada com o cisne, que se não se possui. A anarquia não custaria dinheiro, não teria ministros, nem câmaras, nem funcionários públicos, nem soldados; não teria mesmo tabeliães; exatamente como no Paraíso, antes e logo depois do pecado. Sendo, porém, difícil ou impossível a decretação de um tal governo, não há remédio senão escolher entre os outros. Qual deles? A autocracia, a democracia, a democracia ou a teocracia? Vou dar uma solução. Os governos são como as rosas: brotam do pé. Os jardineiros podem crer que eles é que fazem brotar as rosas, mas a realidade é que elas desabotoam de dentro do arbusto, por uma série de causas de leis anteriores aos jardineiros e aos regadores. Portanto, e visto que não podemos fazer governos como Mlle. Natté faz rosas, aproveito a circunstância auspiciosa de não ser presidente do conselho para citar dois versos de Molière, que me parecem dar uma solução verdadeira do caso, e é cá do povo miúdo: *Lê véritable Amphytrion, C’est l’Amphytrion ou l’on dîne*”¹⁵⁶

Nesta crônica podemos verificar alguns elementos que identificam as formas como Machado de Assis está usando Molière para caracterizar sua personagem. Lélío está, mais uma vez, confuso sobre as diversas formas de governo possíveis para um país e realiza na crônica um exercício para descobrir qual destas formas seria mais barata. Motivado por uma discussão no senado, o narrador concluiu que a anarquia seria o governo mais conveniente, pois não implicaria em gastos com ministros, funcionários ou soldados. Ao perceber que esta seria uma solução “absurda” e que ninguém ousaria estabelecer tal forma de governo, Lélío, percebendo que não conseguiria solucionar a questão, conclui que os governos são como rosas e independem de nossas vontades ou escolhas e que o melhor é

¹⁵⁶ “Balas de Estalo”, 12/09/1883, Lélío (Machado de Assis).

sempre estar ao lado de quem “oferece o jantar” ou, de quem está com o poder. Machado de Assis certamente não está confuso no que se refere aos modelos de governo mais convenientes ao Brasil, mas cria em Lélío um questionamento que, levado ao leitor, parece fazê-lo refletir sobre a pequena participação do povo nas decisões políticas que o cercam. Através de uma ironia e de uma personagem cômica e até certo ponto “atrapalhada”, Machado revela uma crítica à forma como se dava o poder político em seu tempo: manda e escolhe quem está ao lado do poder.

Citar Molière também não parecia algo tão fortuito naquele momento. Lafayette ainda era chefe do gabinete de ministros e sua citação ainda estava viva na memória daquela cidade. A peça *L'Amphytrion* (1667) parece ter sido escolhida mais uma vez com o propósito de reforçar características de Lélío. Segundo Daniela M. Callipo. *Amphytrion* é o marido de Alcmène, jovem escolhida por Júpiter para ser mãe do seu filho. A fim de consumir sua determinação, Júpiter deve, porém, enganá-la: adquire a forma de *Amphytrion* enquanto este luta na guerra e seduz a fiel esposa do ausente. Ao retornar, *Amphytrion* encontra em sua casa um homem que lhe rouba a mulher, os empregados, a propriedade, os bens e até mesmo a aparência física, ou seja, sua identidade. Diante desta situação trágica, ele não mede esforços para se fazer reconhecer. O valete de *Amphytrion* é Sosie e é sua a fala citada por Lélío. Sosie vê-se envolvido em grande confusão: ele acaba por servir a dois senhores, ao mesmo tempo, pois o valete de Júpiter se apropria de sua imagem. A diferença entre Sosie e *Amphytrion* é que este se adapta mais facilmente à situação. Sosie reconhece não ser livre para decidir seu destino e, portanto, pouco lhe importa quem manda nele; sua identidade só será mantida enquanto puder garantir sua subsistência. Desse modo, aceita o senhor que oferecer mais vantagens¹⁵⁷.

A fala de Sosie ajuda a definir uma das características de Lélío, que diz claramente estar do lado de quem lhe serve o jantar. Essa atitude ainda aparece em outras crônicas de do narrador de Machado, tais como a publicada em 4 de agosto de 1883, na qual a personagem cogita se candidatar a deputado e precisa escolher pelo partido Conservador ou Liberal, concluindo, então, que era o nome que dividia. Para elucidar a história, Lélío se lembra de uma anedota de 1840, na qual um sujeito ia a todos os casamentos sem ser

¹⁵⁷ Callipo, Daniela Mantarro. *o.cit.* p28.

convidado e, ao ser pressionado para dizer se era parente da noiva ou do noivo, respondia: “sou do lado da porta”. Porque, nessa altura, “já levava o jantar no bucho”¹⁵⁸.

Outra crônica bastante significativa nessa estratégia de Machado de Assis, que cria uma personagem “atrapalhada” e “confusa” diante dos acontecimentos com o intuito de criar um questionamento dos fatos para o leitor, surge no dia 23 de agosto de 1884. A crônica discute um tema bastante presente na imprensa em 1884: a produção de vinhos falsificados e a necessidade da proibição de tal prática. A imprensa carioca e muitos integrantes da *Gazeta de Notícias* defendiam o fim dessa prática e cobravam do governo uma atitude em relação ao assunto¹⁵⁹. E Lélío se posiciona sobre esta questão:

“Anda pelos jornais, e já subiu às mãos do Sr. Ministro dos negócios estrangeiros, uma representação do Clube ou Centro de Molhadistas contra os falsificadores de vinhos. (...) Segundo a representação, os progressos da química permitem obter as composições mais ilusórias, com dano da saúde pública. Ou eu me engano, ou isto quer dizer que se trata de impedir a divulgação de certa ordem de produtos, a pretexto de que eles fazem mal a gente. Não digo que façam bem; mas não vamos cair de um excesso em outro. (...) Se a luta pela vida é uma lei verdadeira e só um louco poderá negá-lo, como há de lutar um molhadista em terra de molhadistas? Sim, se este nosso Rio de Janeiro tivesse apenas uns vinte molhadistas, é claro que venderiam os mais puros vinhos do mundo – e por bom preço, - o que faria enriquecer depressa, pois não havendo mais baratos, iriam todos compra-los a eles mesmos. Eles, porém, são numerosos (...) e têm grandes encargos sobre si; (...) e tudo isso lutando, não contra cem, mas contra milhares de rivais. Pergunto: o que é que lhes fica a um canto da gaveta? Não iremos ao ponto de exigir que eles abram um armazém só para o fim de perder. O mais que poderíamos querer é que não o abrissem; mas uma vez aberto, entram na pura fisiologia universal. (...) depois, façamos um pouco de filosofia Pangloss, penetremos nas

¹⁵⁸ Ver também Daniela Mantarro Callipo, *op.cit*, p29.

¹⁵⁹ A questão dos vinhos artificiais é discutida, por exemplo, em artigos intitulados “Saúde Pública”, nos quais se questionam se não são preços elevados do vinho original, assim como os altos impostos que possibilitam a falsificação da bebida, tida como nociva à saúde pelas comissões de higiene pública. “Nesta cidade, nas intituladas fábricas de vinagre, fabrica-se uma droga que é vendida como vinho, e o que é mais, vendidas pelos retalhistas a preço pelo qual se poderia obter vinho de qualidade inferior, mas feito de uva, se não fossem tão elevados os direitos de entrada. (*Gazeta de Notícias*, 14/02/1884). Ver também “Notas à Margem”, *Gazeta de Notícias*, 21/05/1884.

intenções da Providência. Se com drogas químicas se pode chegar a uma aparência de vinho, não parece que este resultado é legítimo, lógico e natural? Acaso a natureza é uma escolha de crimes? E dado mesmo um tal vinho seja danoso à saúde pública, não pode acontecer que seja útil à virtude pública, levando os homens a abster-se? (...) Não entrará isso nos cálculos do céu?”¹⁶⁰

Lélio, então, acredita que uma vez que existem tantos fabricantes de vinho e a concorrência é muito acirrada, segue-se o princípio da luta pela vida e, por isso, parece justificável que se produza vinhos falsificados, mais baratos e sem os encargos comuns aos originais. Mais uma vez Machado certamente está fazendo uma crítica ao governo e aos próprios fabricantes que permitiram – ou se omitiram – a respeito do aumento considerável no número de falsificações e que agora vinham reclamar os seus direitos de produtores, condenando o vinho artificial. Certamente Machado concordava com o fato de que o vinho artificial fosse nocivo à saúde e que era preciso controlar a sua fabricação. Mas aqui, mais uma vez através de uma explicação “absurda” e “atrapalhada” de Lélio – “Se com drogas químicas se pode chegar a uma aparência de vinho, não parece que este resultado é legítimo, lógico e natural? Acaso a natureza é uma escolha de crimes?” – Machado vai criticar a convivência das autoridades que permitiram o aumento vertiginoso dos falsificadores e que agora vinham – através das comissões vacínico sanitárias – querer resolver o problema com decretos e repressões contra as fábricas dos vinhos artificiais.

É certo que, ao longo da leitura de “Balas de Estalo”, este pareceu um recurso muito usado por Machado de Assis. Muitas são as crônicas em que seu narrador é colocado de forma perplexa diante dos acontecimentos, tentando explicá-los de formas muito inusitadas, com o fim claro de colocar uma ironia sobre o assunto para o leitor, até que este percebesse o absurdo e “participasse” da discussão. Lélio se aproxima da personagem de Molière em *O Estouvado* porque esta também sente grandes dificuldades em entender os artifícios que Mascarilho cria para a conquista de Célia e, por isso, ao tentar achar outras soluções, só cria mais problemas para seu valete.

No entanto, não são somente as semelhanças entre as características psicológicas de Lélio, o estouvado, e o pseudônimo de Machado que me fazem acreditar na referência que

¹⁶⁰ “Balas de Estalo”, 23/08/1884, Lélio (Machado de Assis).

este autor está fazendo a Molière ao entrar para “Balas de Estalo”. Como já foi apontado neste texto, Machado de Assis utilizava-se de Molière desde as crônicas da década de 1860 para fazer críticas aos políticos. Lúcia Granja já nos mostrou que através de personagens de teatro Machado satirizava em suas crônicas as “atitudes exageradas (deslocadas) dos homens que representam a vida pública”. A retórica parlamentar, por exemplo, foi tema bastante recorrente na obra cronística de Machado, tema que também surgiu nas páginas de “Balas de Estalo”. Para Lúcia Granja, já naquela época (1860), a retórica vazia dos políticos começava a incomodar Machado de Assis, conforme nos mostram as crônicas publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*. Um exemplo disto é a crônica de Machado de Assis publicada em 12 de junho de 1864, que satirizava o Barão de São Lourenço por seu discurso na Câmara. Este político teria dito que, ao final de sua fala, “as musas teriam ficado assanhadas” e que possuía estro, mas que lhe faltava o talento da rima. Machado, a partir desta declaração, escreve uma crônica comparando o barão a uma personagem de Molière, o Sr. Jourdain, conhecida por sua falsa ilustração e pelo desejo de se parecer com a fidalguia. O mesmo Sr. Jourdain que, anos depois, *Lulú Sênior* irá comparar Lafayette Rodrigues. Para Lúcia Granja,

“A identificação entre as duas personagens é feita de maneira direta na crônica. Tanto Sr. Jourdain, que não conhecia a diferença entre prosa e verso buscava expressar-se por uma terceira forma, o senador brasileiro tornava-se ridículo ao tentar gracejar em relação às suas habilidades literárias, dizendo que ele tinha inspiração para escrever, mas não talento para a rima. (...) Esse mecanismo poderia estar fundado no pacto com o leitor, que poderia reconhecer a referência da crônica, a comédia de Molière, e rir, assim, da atitude imprudente do Senador, que, como Sr. Jourdain, expunha-se ao ridículo público, no caso do político brasileiro”¹⁶¹

Assim sendo, o uso de Molière na crítica à retórica vazia dos políticos não teria sido criada em “Balas de Estalo”, mas prática comum na obra cronística de Machado. No caso de Lafayette Rodrigues Pereira essa crítica se dá de diversas formas: primeiro, criando uma personagem para a série que carregasse em sua essência uma referência a Molière, indicando que a crítica e a sátira política seriam os grandes eixos de Machado em “Balas”.

¹⁶¹ Lúcia Granja, *op.cit.*, p83.

Em segundo lugar, a existência de crônicas que comentam diretamente o discurso de Lafayette e, por outro lado, comentam o vazio da retórica parlamentar de forma geral. Começemos por uma das primeiras crônicas escritas por Machado para “Balas”:

“Há manuais e florilégio de oratória sagrada e profana; mas ainda ninguém se lembrou de compor um livrinho modesto, em que entrem, não largos pedaços ou discursos inteiros, mas pequenas expressões, locuções pitorescas, frases enérgicas e originais para o uso de oradores. É o que vou fazer. Começo por extrair do discurso do SR. F. de Oliveira, proferido ultimamente na câmara dos deputados, algumas daquelas frases que, por sua novidade e energia, nos parecem dignas de ser coligidas e aconselhadas aos doutos. (...) A oratória, como todas as coisas, exige seguramente disposição natural, mas também estudo. Por outro lado, a memória não é tão viva (salvo casos excepcionais) que possa trazer consigo todos os exemplos. Vá, pois, um pequeno extrato. (...) Sigo, porém, os exemplos na ordem em que o discurso do distinto deputado o manifestou. Eis aqui alguns: “Entro tímido e vacilante”.

“... apalavra que arrebatá, a palavra que convence, a palavra que ilumina...”

“O país está cansado de mistificações”. (...)

“... inimigo acérrimo...”

“... mistificar o país...”

“... esbanjamento dos dinheiros públicos ...”

“... superar as imensas dificuldades econômicas...”

“... o imortal Molière...”

“... os ditames da razão...”

Já não tenho o mesmo aplauso para a expressão *espancar os déficits*, que parece excessiva, demasiado enérgica. Os *deficits* não se espancam; sendo eles verdadeiros nada, ausências, etc., mais depressa se gastará o pau do que lhes farão doer as costas, que eles não têm. *Déficit* não tem lombo; é justamente a falta de lombo que constitui *déficit*. Entretanto, se aplicarmos o mesmo verbo aos saldos, veremos como sai uma frase lindíssima e verdadeira. Espancar os saldos; isto é, dar-lhes com tal gana que os desgraçados, apelando para Deus, que é grande, e para o mato, que é maior, untam sebo às canelas e desaparecem”. Lélío¹⁶².

¹⁶² “Balas de Estalo”, 10/07/1883, Lélío (Machado de Assis).

Lélio nesta crônica retrata a retórica parlamentar tão esvaziada de significados que chega a propor a elaboração de um pequeno livro de frases que “auxiliariam” os deputados nos seus momentos de grandiloquência na Câmara. Afinal de contas, não seria possível lembrar-se de tudo de cabeça e a oratória exigia estudo. Baseado no discurso do SR.F. de Oliveira, o narrador satiriza a retórica parlamentar de forma bastante categórica. As frases que diz pretender recolher em seu livro são verdadeiros clichês – tais como “superar as imensas dificuldades econômicas” – usados por todos os políticos e em todos os momentos indistintamente. Ainda nesta crônica, Lélio também faz referência à Molière e, conseqüentemente, relembra aos leitores as ironias feitas ao ministro Lafayette evidenciando o desconforto que essa citação na Câmara causou inclusive em Machado de Assis, além de nos mostrar como a “piada” sobre o chefe dos ministros ainda estava na pauta do dia.

Ainda em outro momento Lélio vai se lembrar de Lafayette Rodrigues e sua citação de Molière:

“Já tínhamos Lafaiete, ministro de Estado e presidente do conselho, citando Molière na câmara. Não é tudo. Para cita-lo bastam florilégios e o incomensurável Larousse, mas o nosso ex-ministro leva o desprazer ao ponto de ler e reler. Felizmente a indignação parlamentar e pública lavou a câmara e o país de tão grave mancha, e podemos esperar com tranquilidade o juízo da história. Agora temos Taunay em vésperas de eleição, cuidando das músicas do padre João Maurício¹⁶³, e citando (custa-me dizê-lo), citando Haydn e Mozart. Não ignoro que tudo isto de Taunay e Lafayette, afinal de contas, são francesias de nomes e cabeças. Ouviram dizer que em França alguns deputados lêem os clássicos, e imaginaram transportar o uso para aqui. Não advertiam que nem todas as coisas de um país podem aclimatar-se em outro. Não concluamos da pomada Lubin para o *Misanthropo*. São coisas diferentes. (...) O caso de Taunay é mais grave. Lafayette conspurcou, é verdade, a tribuna parlamentar com um pobre diabo que, posto viva há dois séculos na memória dos homens, era um saltimbanco ou pouco mais. Taunay levanta os braços no céu, consternado, porque as obras musicais do padre José Maurício

¹⁶³ Padre José Maurício Nunes Garcia foi mestre de música e organista da Capela Real; suas composições tinham influências de Haydn e Mozart, e ele é hoje considerado como a maior figura musical brasileira do período colonial.

andam truncadas, perdidas ou quase perdidas. A melhor explicação que se pode dar de um tal destempero, é que o estado mental de Taunay não é bom; mas, se não é assim, não sei como qualifique esta preocupação do meu amigo. (...) Já tinhas a enxaqueca literária e as belas páginas de *Inocência*, e como se isso não bastasse, pões cá para fora a tua sabença musical. Taunay, Taunay, amigo Taunay, deixa as coisas de arte onde elas estão, achadas ou perdidas; muda de fraseologia, atira-te aos *cachorros, paulas, leões*, todo esse vocabulário, que só aparentemente dá ares de aldeia, mas encerra grandes e profundas idéias. Já estudaste o coronel? Estuda o coronel, Taunay. (...) Sim, Taunay, fica prático e local. Nada de responsórios, nem romances e estás no trinque, voltas eleito e podes então, à vontade, dançar cinco ou seis polcas por mês. Também é música, e não é de padre” Lélío.

Nesta crônica Lélío deixa bastante clara sua opinião sobre o famigerado discurso de Lafayette na câmara: que era um discurso oriundo de uma ilustração superficial, tal como a de Sr. Jourdain, pois poderia ser encontrada na Larousse, assim como enxergava a postura do então ex-ministro como uma espécie de “mácula”, uma vez que a indignação parlamentar e pública havia lavado a câmara e o país de “tão grave mancha” – certamente se referindo ao fim do gabinete chefiado por Lafayette. Citar Molière na câmara parecia uma espécie de “blasfêmia” ou mesmo desperdício intelectual na opinião do narrador, opinião muito próxima daquela emitida por Lulu Sênior em sua crônica de 22/06/1883.

Lélío também vai se queixar do uso de citações “lustradas” por Taunay, candidato ao cargo de deputado nas eleições de 1885. O narrador diz ser “francesias” da parte destes políticos e critica a mania dos brasileiros de tudo querer imitar aos franceses e avisa: “nem todas as coisas de um país podem aclimatar-se em outro”, avisando Taunay que, no Brasil, intelectualidade não ganhava eleição. Para Lélío, a preocupação literária e artística parece destoar do ambiente político dominado pelo poder local, pelo favor e pelas eleições fraudulentas. Era preciso ler “o coronel” e entender como funcionavam as redes de poder local e isso sim levaria Taunay ao parlamento. Além disso, Lélío aconselha a esquecer as citações do padre José Maurício e que, depois de eleito, se preocupasse com a polca, que segundo ele também “é música e não é de padre”, uma forma de dizer que a música do padre talvez fosse refinada demais para quem ingressava na câmara de deputados.

Nas crônicas citadas aqui fica claro que Lélío, assim como os outros cronistas da série, estava incomodado com a citação literária em meio aos políticos do parlamento. Machado entra em “Balas de Estalo” claramente com o intuito de interagir com o resto do grupo e com os temas escolhidos pelos outros cronistas como definidores de um caráter geral da série. Ele quer completar o grupo e cria uma personagem que correspondesse à lógica temática que vinha se construindo na série ao longo dos três primeiros meses de publicação. Machado ingressa justamente em um momento de grande agitação política, momento no qual o ministério de Lafayette estava tentando se firmar e se justificar com poder, apesar dos freqüentes ataques dos conservadores e dos liberais dissidentes na câmara. Lélío é criado em meio a essas agitações políticas, em meio à discursos inflamados no parlamento contra o novo gabinete e contra a permanência dos liberais no poder. Molière, velho parceiro de Machado nas crônicas, ajuda o cronista a definir melhor as características dessa nova personagem, além de ser, possivelmente, referência clara e direta para os leitores aos acontecimentos mais recentes da política nacional. A citação literária surge não só como “força argumentativa e de representação” como afirma Lúcia Granja¹⁶⁴, nem mesmo somente como “recriação”¹⁶⁵ crítica, como afirma Daniela Mantarro Callipo, na obra de Machado de Assis. No caso de Lélío, ela surge também com definição de um personagem-narrador, que caracteriza não só a participação de Machado na série, como nos ajuda a montar o “mosaico” de significados criados por “Balas de Estalo”. É a citação, neste caso, que parece remeter o leitor ao programa temático que será perseguido pelo narrador criado por Machado, é ela quem parece indicar ao leitor que a vida política, suas contradições e suas “incompreensões” serão alguns dos assuntos perseguidos por Lélío.

Há, então, maneiras diferentes de se usar o pseudônimo, e os cronistas que participam das “Balas de Estalo” da *Gazeta de Notícias* provam isso. O pseudônimo Lulú

¹⁶⁴ Para Lúcia Granja, “Machado incorpora a tradição literária à sua crônica, de forma que essa lhe sirva de modelo retórico. Nesse sentido, seu texto ganha força argumentativa e de representação, pois está abertamente amparado pelos grandes textos literários e filosóficos com os quais a crônica jornalística dialoga” A autora ainda argumenta que o texto machadiano utilizará a paródia literária na constituição da sátira. . Ver Lúcia Granja, *op.cit.*, p76.

¹⁶⁵ Para Daniela Callipo, “Machado de Assis possuía uma visão bastante crítica da França e de seus escritores e, soube, como poucos, colocá-los à mercê de seu discurso. Recriando as citações, dispondo-as conforme sua vontade, apropriou-se delas, ilustrando a história de seu país por meio de textos estrangeiros e propondo uma literatura nacional que aceitasse o elemento externo de maneira consciente, estabelecendo com ele trocas e empréstimos, deturpando-o numerosas vezes, com a intenção clara de aproveitar somente o que lhe interessava”. Ver Callipo, *op.cit.*, p244.

Sênior¹⁶⁶, por exemplo, não foi criado para esta série. Ferreira de Araújo já o utilizava no jornal *O Mosquito* e todos sabiam que aquela assinatura era de Araújo, que não fazia questão em manter sua identidade escondida. Era uma espécie de relação entre cronista e pseudônimo semelhante ao que se dava com João Paulo Barreto, o João do Rio. Lulú Sênior tinha suas características, seus temas mais frequentes – tais como religião, medicina e política –, suas brincadeiras específicas (como a implicância com as “sogras”). Mas Lulú Sênior era, na maior parte do tempo, apenas Ferreira de Araújo.

Já Henrique Chaves estabelecia uma relação um pouco diferente com seus pseudônimos, que não se diferenciavam em temáticas, em opiniões, mas que também não revelavam um grande esforço de Chaves em diferencia-los como personagens autônomas. Há, entretanto, um cuidado maior do cronista em fazer de Zig-Zag seu narrador central em “Balas de Estalo”. É ele quem delimita os temas, quem explicita para o leitor as principais características de Chaves na série. Também é Zig-Zag quem colabora com o maior número de crônicas e quem mantém um diálogo mais constante com o restante do grupo de “Balas”. A relação, então, que Henrique Chaves estabelece com seus narradores é muito mais pautada pela necessidade de dar volume ao grupo, aumentando o número de debatedores, e, principalmente, utilizando os pseudônimos para definir o formato de cada crônica, que podiam vir “taquigrafadas” ou em forma de cartas, alterando, assim, a postura do narrador.

Demerval da Fonseca, outro cronista da série, também utiliza seus pseudônimos de uma forma especial. Depois de Ferreira de Araújo e Henrique Chaves, ele é o maior colaborador das “Balas de Estalo”, assinando com os pseudônimos Décio, Publicola e, provavelmente, Confúcio. Décio é o pseudônimo principal, tal como Zig-Zag. Embora em número de crônicas ele e Publicola se equiparem – em média 28 crônicas anuais –, Décio é que dá o tom da participação de Demerval da Fonseca. Décio, na série, é médico, tal como o cronista que o criou, faz crônicas que compara a política com a medicina¹⁶⁷, especializa-se em temas sobre higiene pública, faculdade de medicina e mesmo religião. Décio fala como doutor e, em crônica de 18/10/1884, assina: “Dr. Décio, Não Marques de Carvalho”. Publicola, a outra assinatura de Demerval da Fonseca, tem outros assuntos que marcam sua

¹⁶⁶ Este pseudônimo será cuidadosamente analisado no capítulo sobre a coluna “Cousas Políticas” de Ferreira de Araújo.

¹⁶⁷ Ver crônicas de 01/06/, 12/06/1883 e 19/06/1883.

produção em “Balas”. “Amigo do povo”, e “fiscal”¹⁶⁸ em essência, – encarregava-se de acompanhar de perto as atividades da Câmara de Vereadores, o uso do dinheiro público e as obras feitas na cidade. Diferentemente de Zig-Zag, que comentava a política maior, o poder moderador, a formação de ministérios, os partidos políticos, Publicola era o pseudônimo encarregado da política pequena, diária, que vinha em formato de despachos ministeriais publicados nas folhas diárias. Esse era o perfil deste narrador na série.

Em comum os narradores criados por Demerval da Fonseca tinham o comentário insistente e quase diário sobre a imprensa, o que estava sendo publicado, os artigos de outros jornais, os “a pedido”, os erros jornalísticos. Demerval, responsável pela coluna “Crônica da Semana”, na qual repassava os principais acontecimentos de cada semana, provavelmente estava sempre lendo muitos jornais, verificando tudo o que estava sendo publicado a fim de fazer sua coluna de domingo. E isso certamente se refletia em seus pseudônimos. Certamente Publicola e Décio tinham vários temas em comum e pontos de vista parecidos, como os narradores de Henrique Chaves mas, diferente deste cronista, Demerval da Fonseca tinha uma preocupação mais constante em dividir seus pseudônimos a partir de “funções” assumidas na série: um era o “fiscal” da política cotidiana e o outro era o “médico”, muito mais atento à assuntos relativos à saúde pública, ciência, medicina e religião, sem que ambos deixassem de discutir temas relativos à política imperial, a monarquia e as instituições existentes no período.

Por fim, temos o uso que Machado de Assis faz de seu pseudônimo, que parece muito mais definido como uma personagem que os outros integrantes da série. Machado, a partir das propostas gerais da série, cria Lélío, inspirando-se em obras de Molière e do teatro cômico, fazendo que este narrador incorporasse um número definido de características que se mantiveram constantes ao longo da série e que reafirmavam o tempo todo o compromisso que este pseudônimo tinha com o tom maior de “Balas de Estalo” e com o contexto político da série. Machado de Assis manteve uma única assinatura, não se revelou em momento algum, criando assim uma imagem constante para Lélío. Através dessa personagem, estabeleceu uma relação com o leitor de perplexidade, de reflexão sobre

¹⁶⁸ *Publicola*, pseudônimo usado por Demerval da Fonseca, significa “amigo do povo” e também pode fazer referência a um sistema criado em finais do século para evitar a fraude na arrecadação de rendas da Companhia de Bondes do Rio de Janeiro. Ver *Gazeta de Notícias*, 12/04/1883 e ver também Machado, José Pedro. Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Confluência.

os temas que discutiu. O jeito “atrapalhado” e “confuso” de Lélío foram as maneiras que o cronista parece ter encontrado para determinar essa relação.

Capítulo II – “Cousas Políticas” e as “Balas de Estalo”

A fonte viva da política de um povo é a sua imprensa. É ela que agremia as opiniões em partidos, que disciplina estes para o governo; é que fortalece ou enfraquece os governos para sustentá-los ou derrubá-los em nome do país. Pois bem, a capital do império, o grande laboratório da opinião nacional, não tem uma imprensa política. A imprensa em massa se declara neutra. (...) Significa isto a abstenção inteira do povo quanto à marcha dos seus governos? Não, porque nos “a pedidos” dos jornais a discussão continua; porque nas conversações particulares a política toma o primeiro lugar. Qual a explicação do fato? É que a imprensa da corte vive no meio de uma sociedade em que a propriedade poderosa, a propriedade que faz opinião, é na sua maioria estrangeira e, por isso mesmo, neutra. Neutralidade antipatriótica basta para demonstrar que a imprensa da capital é estrangeira”. *José do Patrocínio*¹⁶⁹

Este foi o último artigo que José do Patrocínio publicou na *Gazeta de Notícias*. Amigo de Ferreira de Araújo, Patrocínio havia entrado para o quadro de colaboradores da *Gazeta* em 1877, tornando-se um dos principais folhetinistas políticos desta folha ainda em 1878. Sob o pseudônimo Proudhomme, ele escrevia uma coluna intitulada “Semana Política”. No entanto, pouco depois de fevereiro de 1881, quando Ferreira de Araújo parte para sua primeira viagem para a Europa, a situação de Patrocínio começou a se tornar muito delicada na *Gazeta*. Não encontrando nas páginas desta folha a mesma liberdade de que gozava no jornal de Ferreira de Menezes – a *Gazeta da Tarde* – Patrocínio começa a se desentender com os donos e redatores da *Gazeta de Notícias*, tais como Henrique Chaves, Elísio Mendes e Francisco Ramos Paz – todos portugueses -, ao levantar a discussão sobre a nacionalização do comércio brasileiro¹⁷⁰. O clima piorava a cada artigo de Patrocínio, até que em 28/06/1881 ele perde sua coluna para Demerval da Fonseca¹⁷¹.

¹⁶⁹ *Gazeta de Notícias*, 27/06/1881.

¹⁷⁰ *Gazeta de Notícias*, 30/05/1881.

¹⁷¹ Magalhães Júnior, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. 2ª. Edição. São Paulo: Lisa/Rio de Janeiro: INL, 1972, p112.

No entanto, apesar de sua saída da *Gazeta de Notícias*, o artigo sobre a “neutralidade política” da imprensa carioca registrava uma das fontes que caracterizava os jornais de final do século como “não partidários”. O próprio Machado de Assis, em crônica comemorativa do aniversário da *Gazeta*, iria se remeter ao avanço que o jornal de Ferreira de Araújo havia proporcionado à imprensa ao criar uma folha que “não servia a partidos”. De fato, a *Gazeta de Notícias* se autodenominava como folha “neutra” e não partidária, principalmente querendo se diferenciar de todos os jornais efêmeros que surgiram ao longo do século XIX, cuja única finalidade era divulgar e defender um determinado partido. O jornal de Araújo se dizia comprometido com os acontecimentos, com o fato e, principalmente, com as idéias. E assim construiu-se a linha editorial da *Gazeta*. Entretanto, ao longo da leitura de “Balas de Estalos”, percebemos que para além de defender as famosas idéias liberais, tais como liberdade religiosa, casamento civil, reformas eleitoral e judiciária, como também do ensino, a *Gazeta* permitia que em suas páginas se construísse uma crítica homogênea e contumaz sobre a monarquia.

Os narradores dessa série se esforçaram ao longo dos três anos de publicação para elaborar um arcabouço de críticas que demonstravam o atraso em que vivia o imperador, a monarquia e todas as instituições que a acompanhavam. Publicada na *Gazeta*, tal crítica não podia deixar de ser analisada em um jornal que se dizia tão neutro politicamente. Uma vez que a série se tornou tão popular, ganhando um espaço entrelinhado e uma publicação diária no jornal de Ferreira de Araújo por tanto tempo, não nos parece possível desconsiderar essa intervenção política que as engraçadas “balas de estalo” introduziram no jornal de Araújo.

Analisadas as formas como “Balas de Estalo” interpretou e comentou as principais discussões da década de 1880, é preciso compreender agora como esta série tão popular ocupou o espaço de crítica voraz das instituições do império dentro do jornal de Ferreira de Araújo. Uma das maneiras de melhor analisar o lugar que a série ocupava dentro do jornal é a elaboração de uma comparação entre “Balas de Estalo” e a coluna “Cousas Políticas”, que também foi bastante popular nos anos de 1880, e era escrita como uma espécie de artigo de fundo do jornal de Ferreira de Araújo. Durante os dois primeiros anos de publicação de “Balas de Estalo” (1883-1884), Lulú Sênior, pseudônimo de Araújo, foi o maior colaborador da série. Paralelamente à sua colaboração em “Balas”, Ferreira de Araújo

escrevia todas as segundas-feiras as suas “Cousas Políticas”, que depois de ganhar grande notoriedade no Rio de Janeiro foi reunida em livro, sendo publicada pela gráfica da *Gazeta* em janeiro de 1884.

Entender as opiniões do dono da *Gazeta de Notícias* sobre abolição, imigração, religião e poder pessoal do imperador consistia também em analisar de que forma Ferreira de Araújo e seu narrador lidavam com os mesmos assuntos em espaços diferentes do jornal. A separação entre o autor e seu narrador sempre foi de difícil realização. Todos sabiam que o dono da *Gazeta* se utilizava desse pseudônimo desde os tempos em que ele escrevia para o jornal humorístico *O Mosquito*. Entretanto, isso não explicava a relação do literato com o seu narrador. Na crônica de 29/09/1883, por exemplo, na qual Lulú Sênior trata de uma denúncia que a *Gazeta* havia feito sobre a polícia, podemos observar como a explicação para seu pseudônimo não parece ser tão simples:

“Dias depois, o subdelegado, que tinha dado a bofetada, mas, por modéstia, não se gabava disso, chamou à responsabilidade o nosso gordo patrão [Ferreira de Araújo é sempre satirizado pelos outros literatos por ser gordo] que tinha posto a história toda na *Gazeta*. O bom patrão despediu-se da família, fez testamento, rolou pela ladeira de justiças d’ El Rei Nosso Senhor (...) e ficou à espera que continuasse o processo para ir gemer a referida palha úmida dos cárceres”¹⁷²

Nesta crônica, Lulú Sênior definitivamente não é o “gordo patrão”, ou Ferreira de Araújo, aquele que estava sofrendo represálias por ter denunciado abusos de poder por parte da polícia. Era apenas Lulú Sênior quem falava, deixando o tema “espinhoso” para o dono do jornal. Diferentemente de crônicas em que Lulú Sênior falava como Ferreira de Araújo, como é o caso da “bala de estalo” de 01/07/1883 em que ele assume ser o autor de uma peça teatral chamada *O Primo Basílio*, nesta sobre a polícia o narrador coloca-se à frente do cronista. O movimento entre aproximar e distanciar as personalidades ocorre ao longo de toda a série, fazendo deste narrador muito diferente do criado por Machado de Assis, por exemplo. Ao criar Lélio, Machado jamais lidou com sua personagem como se

¹⁷² “Balas de Estalo”, 28/09/1883, Lulú Sênior (Ferreira de Araújo).

fosse uma mera assinatura. Com características previamente elaboradas e sustentadas durante a publicação de “Balas”, o narrador de Machado se fez mais constante e definido.

Já em “Cousas Políticas” não havia assinaturas, mas todos sabiam que era Ferreira de Araújo o seu autor. Publicada na primeira coluna da primeira página do jornal, “Cousas Políticas” ganhava status de artigo de fundo e nada mais coerente que ser escrita pelo próprio dono do jornal. Assuntos tratados muitas vezes por “Balas de Estalo” surgiam freqüentemente nas chamadas “Cousas Políticas”, afinal de contas, a política era o tema principal de ambas as colunas. Em março de 1884 sai, pela gráfica da *Gazeta de Notícias*, um volume intitulado “Cousas Políticas” de 1883, no qual Ferreira de Araújo reuniu e organizou todos os textos publicados sob aquele título. *Lélio*, pseudônimo de Machado de Assis, não deixou de registrar o acontecimento:

“Meu caro *Lulú Sênior* - você que é da casa – podia tirar-me de uma dúvida. Acabo de ler nos jornais a notícia de que estão coligidos em livro os artigos hebdomadários da *Gazeta de Notícias*, denominados “Cousas Políticas”, atribuindo-se a autoria de tais artigos ao diretor da mesma *Gazeta*. Eu até aqui conhecia este cavalheiro como homem de letras, amigo das artes, e um pouco médico. Nunca lhe atribuí a menor preocupação política, nunca o vi nas assembléias partidárias, nem nos órgãos de uma ou outra das novas escolas políticas. (...) Isto posto, caí das nuvens quando li que as “Cousas Políticas” eram desse cavalheiro. Se quer que lhe fale com o coração nas mãos, não acredito. Não bastam a imparcialidade dos juízos, a moderação dos ataques, nem a sinceridade das observações; e se você não fosse um pouco parente dele, eu diria que não bastam mesmo o talento e as graças do estilo para atribuírem-lhe tais crônicas. Acho nelas um certo gosto às matérias políticas, que, depois do efeito produzido por uma citação de Molière na Câmara, suponho incompatíveis às aptidões literárias. (...) A especialização dos ofícios é um fato sociológico. Isto de ser político e homem de letras é cousa que só se vê naqueles países da velha civilização (...). Se é assim, se as cousas são como tais, então cumprimenta por mim o nosso Ferreira de Araújo, dizendo-lhe ao mesmo tempo que continue, e cá me tem a lê-lo e relê-lo, e adeus”
*Lélio*¹⁷³.

¹⁷³“Balas de Estalo”, 13/03/1884, *Lélio* (Machado de Assis).

Apesar de longa, esta citação é bastante elucidativa da questão dos narradores da série, como também para a compreensão de alguns significados de “Cousas Políticas”. Lélío também não se refere a Lulú Sênior e Ferreira de Araújo como se fossem a mesma pessoa, ambos são, segundo o cronista, apenas “um pouco parentes”. A diferenciação entre um e outro sugere que, pelo menos quanto à forma, estes narradores estão separados. Um é de um pseudônimo humorístico e o outro é o dono da *Gazeta*, “meio médico”, literato de prestígio e “amigo das artes”. Seguir essas especificidades, por sua vez, é compreender as diversas formas como cada um dos assuntos discutidos por estes narradores é tratado nesses diferentes espaços. Ao longo da leitura da série podemos perceber que Ferreira de Araújo lidava de forma um pouco mais moderada com certos assuntos quando a discussão ocorria em “Cousas Políticas”. O humor de “Balas de Estalo” parecia lhe dar mais liberdade para discutir temas delicados, como a monarquia e o poder pessoal do imperador.

A *Gazeta de Notícias*, dizendo-se uma “folha neutra” e sem preferências partidárias, não poderia ter em seu editorial - que era o papel desempenhado por “Cousas Políticas” às segundas-feiras - ataques frontais ao imperador, nem ridicularizações da figura do monarca, dos seus rituais e de sua intelectualidade sem ser considerada folha política. A manutenção de uma imagem de “imparcialidade” e de defesa apenas do bem público norteavam a atuação de Ferreira de Araújo em sua coluna “mais séria”. *Zig-Zag*, em crônica do dia 14/03/1884, se refere a essa “neutralidade” nas “Cousas Políticas” e brinca:

“Levei um ano inteiro a desviar os olhos dessas *Cousas Políticas* e não fazer caso das primeiras colunas da *Gazeta*, às segundas-feiras. Quando cheguei ao fim de oitenta e três, pensei que as *Cousas Políticas* haviam acabado. Enganei-me. Entraram energicamente pelo oitenta e quatro, continuando a privar-me às segundas-feiras da leitura das referidas primeiras colunas desta folha. Agora vejo em volume as mesmas *Cousas*. (...) O homem não quer somente ser lido, quer ser meditado. (...) Tive um momento de fraqueza e li *Cousas Políticas*. (...) Não direi claramente a minha opinião, com receio de arriscar o meu lugar de baleiro honesto e trabalhador. Entretanto, quer me parecer que as *Cousas Políticas* constituem um livro perigoso para a estabilidade das nossas instituições. Em primeiro lugar, pela leitura do livro não se fica sabendo se o autor é liberal, conservador, monárquico, republicano, escravagista, emancipacionista, abolicionista, ultramontano ou livre pensador. Ora, tratando-se de *Cousas Políticas*, esta omissão é indesculpável. (...)”

Deve-se ser liberal ou conservador” (...) O contrário é fazer política *sui generis*. Aplaudir os atos bons de uma administração e censurar os atos maus da mesma administração é fazer –se política do *sim* e do *não*. O escritor que faz isto não é um imparcial, é um incompetente. Zig-Zag (Henrique Chaves)¹⁷⁴

Zig-Zag¹⁷⁵ era o grande adversário de Lulú Sênior na série “Balas de Estalo”, apesar de Henrique Chaves ser o grande amigo de Ferreira de Araújo, e estavam sempre a discordar sobre os mais diversos assuntos. Tanto que, quando ocorre uma publicação em livro de “Balas de Estalo” – em 1887 –, serão as crônicas desses dois narradores a integrar esse volume, o que provavelmente se deveu à grande popularidade junto ao público dessas discussões. Na crônica citada, Zig-Zag não só ironiza a moderação de Ferreira de Araújo, como também o chama de incompetente, tal como fazia com Lulú Sênior em “Balas”. Lulú Sênior e Ferreira de Araújo são assim a mesma pessoa, sem serem identificados um com o outro, tornado a divisão entre autor e pseudônimo ainda mais complexa.

As críticas feitas por Zig-Zag à “Cousas Políticas” também pareciam ser parte desta brincadeira entre os dois literatos. Henrique Chaves sabia que, tal como nas “Cousas Políticas”, a *Gazeta de Notícias* também tinha o objetivo de manter-se em uma postura de “neutralidade” diante dos partidos políticos. Já no seu prospecto é anunciado este desejo de defender idéias e não partidos políticos. Apontar a imparcialidade de Ferreira de Araújo em “Cousas Políticas”, afirmando ser sua coluna uma “política do *sim* e do *não*”, só poderia ser uma provocação, sendo uma “piada” que certamente seria compreendida pelos leitores que acompanhassem as características da coluna. Durante todo o ano de 1883, um dos maiores alvos de “Cousas Políticas” foi Lafayette Rodrigues Pereira, presidente do conselho de ministros a partir de 24 de maio de 1883. Ex-republicano – pois assinou o Manifesto Republicano em 1870 –, voltou a ser monarquista ao ser eleito senador por Minas Gerais e, principalmente, ao ser chamando para ser Conselheiro do imperador. Sem grandes pretensões políticas, pois segundo Ferreira de Araújo nunca fez nada para alcançar esses cargos tão importantes na política imperial, Lafayette se destacava apenas por sua

¹⁷⁴ “Balas de Estalo”, 14/03/1884, Zig-Zag (Henrique Chaves).

¹⁷⁵ Zig-Zag era o pseudônimo usado por Henrique Chaves, amigo de Ferreira de Araújo e também um dos fundadores da *Gazeta de Notícias*. Em 1900, torna-se o redator chefe desta folha, após a morte de Araújo. Ver Marialva Barbosa, *op.cit.*, p25.

importância como jurista, como também por sua grande ilustração. Ao chegar à presidência do gabinete de ministros foi bastante criticado por sua fraqueza política e pelo abandono do programa de seu partido, apresentado no início da sessão legislativa. Questões como abolição, reforma judiciária, a grande naturalização e o casamento civil foram proteladas ao longo de seu governo, que tentou agradar a todos, liberais e conservadores, e acabou por desagradar a ambas as forças políticas. Lafayette ficou então conhecido por sua frase “pode ser que sim, pode ser que não”, o que virou motivo de críticas e chacotas por parte da imprensa, principalmente nas “Cousas Políticas” de Ferreira de Araújo.

Zig-Zag, apesar das brincadeiras e provocações, aponta para a questão da forma como “Cousas Políticas” tratava das principais discussões do período. De fato, em momento nenhum Ferreira de Araújo se diz liberal, conservador, monarquista ou republicano, mantendo sempre uma postura mais distante em relação às lutas partidárias do período, tal como fazia a *Gazeta de Notícias*. Nisso Zig-Zag estava certo. Entretanto, não se pode negar que o dono da *Gazeta de Notícias* tenha evidenciado seus ideais liberais nas páginas de “Cousas Políticas”. Durante toda a publicação da série defendeu a reforma judiciária, especialmente quanto à escolha de juízes por concurso, bem como a imigração, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, o casamento civil, a grande naturalização entre outras reformas. No entanto, como mostraremos a seguir, essas discussões eram feitas de forma mais contida e sem ferir grandes suscetibilidades, afinal de contas, era a imagem da *Gazeta* que estava em jogo.

Para melhor exemplificar essa moderação no discurso de Ferreira de Araújo em “Cousas Políticas”, é necessário que uma comparação entre alguns temas discutidos nessa coluna e em “Balas de Estalo” seja feita. O tema da monarquia dá destaque a forma diversa como Lulú Sênior e Ferreira de Araújo trataram os mesmos assuntos. “Balas de Estalo” sempre foi bastante contundente em suas críticas ao imperador e à monarquia. Ao longo do ano de 1883, os narradores da série, e principalmente Lulú Sênior, criticaram o caráter autoritário do imperador, a falta de coerência de algumas suas decisões políticas e, principalmente, o uso do Poder Moderador¹⁷⁶. Ora tido como despótico, ora tido como apenas um “joguete político” nas mãos do Senado e do Conselho de Ministros, o imperador é também ridicularizado por seus rituais – com a Fala do Trono que, segundo Lulú Sênior,

¹⁷⁶ Ver, por exemplo, crônicas de 29/04/1883, 17/05/1883, 18/09/1883.

era apenas um “carnaval” que dava início à Sessão Legislativa¹⁷⁷ – e por sua intelectualidade, que para os cronistas era superficial e ornamental. No caso de Lulú Sênior, as críticas ainda iam mais longe. Crítico ferrenho dos padres e da união entre Igreja e Estado, este narrador utilizou-se de muitas de suas crônicas para apontar o quanto a monarquia estava vinculada à religião e como isso poderia afetar o desenvolvimento do país.

Lulú Sênior travou grandes polêmicas com o jornal católico *O Apóstolo* no decorrer da série, sempre criticando o papel que a religião tinha na vida do país. O narrador preocupou-se em defender o casamento civil, o fim dos enterros religiosos, assim com a obrigatoriedade do juramento católico para exercer cargos públicos e políticos. Para Lulú Sênior, assim como para Ferreira de Araújo, esta união entre Igreja e Estado retardava a vinda de imigrantes para o Brasil, impedindo seu crescimento econômico. Quando surge a polêmica sobre cremação dos corpos das pessoas contaminadas pela febre amarela, Lulú Sênior volta a fazer suas críticas à Igreja e o seu posicionamento em relação ao assunto. A polêmica sobre a cremação sugeria que a Igreja também contribuiria para o atraso no avanço da medicina e da Higiene Pública¹⁷⁸. Implícita em todas essas questões estava uma crítica à própria monarquia e ao imperador que, contraditoriamente, queria para si a imagem de homem ilustrado e defensor das artes e da ciência, mas mantinha-se contudo omissa em relação à questão da Igreja e da religião oficial no país. Para Lulú Sênior, fica evidente o obstáculo que essa relação do regime monárquico com a Igreja representava para o “progresso” do Brasil, evidenciando-se a necessidade de uma transformação.

Já em “Cousas Políticas”, Ferreira de Araújo também exprimia a sua reserva quanto à influência da Igreja, a nocividade do ensino religioso, a necessidade do casamento civil para a imigração. Toda a oposição à influência da Igreja Católica era, bem como ao entrave que ela representava para o futuro do país, expressa de forma contundente no hebdomadário do dono da *Gazeta*. A questão do ensino religioso e da obrigação de ser católico para fazer parte do serviço público são, entretanto, assuntos tratados mais detalhadamente em “Cousas Políticas”. No dia 19/05/1884, por exemplo, Ferreira de Araújo comentava em sua coluna o

¹⁷⁷ Ver “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 18/09/1883.

¹⁷⁸ Ver “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, dias 06/04/1883, 11/04/1883, 14/04/1883, 04/08/1883, 03/06/1883, 09/06/1883, 15/10/1883 e 30/11/1883.

caso de uma professora primária que, havendo passado em um concurso público, não pode assumir o seu posto por não professar a religião católica:

A judia tem a crença de seu país,mas não pretende professa-la; fez exame de doutrina cristã, ensina-a; ensina tão bem como a pode ensinar outra professora filha de pais católicos, batizada, crismada, confessada, mas perfeitamente indiferente à crença cristã. Sabe-se que a sociedade brasileira, em sua grande maioria, não é religiosa; se todos os cidadãos brasileiros fazem batizar seus filhos, é porque o vigário da freguesia é o único funcionário público que pode fornecer a certidão de idade, que garante o estado civil. Se a senhora a que nos referimos pertencesse a uma família católica, que tivesse dado como prova única de suas crenças o fato de fazer batizar seus filhos, seria nomeada; se fosse dotada de um espírito menos escrupuloso e passasse pela formalidade do batismo, não para mudar de crença, mas para adquirir mais um direito, seria nomeada. Se levasse a falta de escrúpulo a ponto de fazer falsificar uma certidão de batismo, seria também nomeada. É que a dissimulação, a dobrez (sic) de ânimo, a desonestidade são virtudes muito recomendáveis aos olhos do nosso governo (...) O que pode a lei exigir da professora? Que ensine. Com os princípios de tolerância que os nossos governos apregoam, mas são os primeiros a não aplicar, o aluno das escolas primárias não é obrigado a ser católico, não é obrigado a receber o ensino religioso; respeita-se, em princípio a liberdade de pensamento de sua família; mas condena-se *in limine* a liberdade de pensamento do mestre, a quem só permite o ser crente na religião do Estado ou hipócrita, ser católico ou dizer que o é. (...) E eles vêm então o que valem promessas, o que vale o programa de tolerância, o que os espera de futuro na comunhão social, no gozo de seus direitos de cidadãos, e compreendem que a imagem de Cristo não tenha que fazer naquelas casas de que desapareceu a igualdade que ele pregou. E aí está a coerência do governo. Enquanto o Sr. ministro do império apresenta às câmaras um projeto de casamento civil, para libertar da tutela da Conceição o que não comungam à mesa do Sr. bispo Lacerda, o Sr. presidente do Conselho diz que o governo, isto é, o mesmo Sr. ministro do império não podia nomear a professora, a concorrente mais habilitada, por ser judia¹⁷⁹.

¹⁷⁹ “Cousas Políticas”, 19/05/1884, Lulu Sênior (Ferreira de Araújo).

Críticas que vimos anteriormente em “Balas de Estalo” também aparecem aqui, mas agora de forma mais sisuda e menos influenciada pelo espírito humorístico. Ao contrário do que acontece com o tema da monarquia, quando Ferreira de Araújo fala da religião oficial do Estado em “Cousas Políticas”, suas críticas são bem mais contundentes - pelo menos no que concerne às críticas feitas sobre a “obrigatoriedade” de ser católico para nascer, trabalhar, casar e morrer, bem como no momento de desaprovar a influência dos religiosos na educação. Em “Cousas Políticas”, Araújo também comenta as contradições do governo, e por que não da monarquia, por professar a tolerância religiosa, mas não colocá-la em prática em momentos como o da convocação da professora judia. Em “Balas”, Lulú Sênior também registra a sua indignação com as incoerências da monarquia em relação à religião, mas localiza as ações do monarca, buscando evidenciar essas contradições na figura do “intelectualizado” e defensor da ciência, Dom Pedro II. Em “Cousas Políticas” o foco muitas vezes se desloca para uma crítica do gabinete ministerial de Lafayette Rodrigues e seus ministros que ora defendem o casamento civil na Câmara, ora optam pela exclusão da professora judia.

Mas o mesmo não ocorre com a monarquia e nem com a figura do imperador, que eram poupados em “Cousas Políticas”. No dia 03/12/1883, seguinte ao aniversário de Dom Pedro II, Ferreira de Araújo escreve um artigo em “Cousas Políticas” rebatendo os boatos segundo os quais o imperador teria se recusado a comutar a pena capital a que havia sido condenado um escravo. Neste artigo, o dono da *Gazeta* afirmava que a abolição estava no espírito do imperador, que sua intelectualidade, e mesmo a visita feita a Victor Hugo, o livravam dessa calúnia. As acusações de autoritarismo, de usar poderes que eram em sua figura concentrados – críticas tão presentes em “Balas” - transformam-se em:

“A abolição está em todos os espíritos e em todos corações. O imperador hesita em dar um passo decisivo, ou por considerações de ordem econômica, ou por não ter tido à mão um homem capaz de levar por diante esta campanha, indo ao encontro da onda que vem de baixo, não para combatê-la, mas para reformá-la. Mas o tino político de Sua Majestade, opõe-se certamente a que vá agora praticar um ato que seria a condenação de um movimento em que se envolvem todas as classes sociais em todos os pontos do império”¹⁸⁰.

¹⁸⁰ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 03/12/1883.

Em “Balas”, o imperador é voluntarioso e nem sempre coerente em suas decisões políticas. Utiliza-se do Poder Moderador e não respeita a representatividade parlamentar quando, por exemplo, decreta a dissolução da Câmara de Deputados. Já em “Cousas Políticas”, trata-se de um governante respeitador da vontade nacional – “movimento em que se envolvem todas as classes sociais” - que só não avança sobre a questão da abolição por falta de um homem “capaz de levar adiante esta campanha”. No mesmo artigo temos ainda a seguinte passagem:

“Ora, o Imperador do Brasil é um homem de seu tempo, cultiva o seu espírito, e vê o que lhe convém fazer. Para prova aí temos um fato. O Imperador recebeu uma educação toda religiosa; é manifestamente um crente, e talvez tenha mesmo alguma pontinha de superstição; do melhor de seus afetos, daquele que consubstancia também a suas esperanças, e representa o seu futuro, vem-lhe um reforço a essa ordem de idéias; No entanto, durante o seu longo reinado, nunca o clericalismo ditou leis a este país, e se hoje há uma tentativa nesse sentido, se procura imprudentemente preparar terreno para essa planta absorvente, não é por influência do monarca que tal acontece”¹⁸¹.

Mais uma vez, o imperador deixa de ser o alvo das críticas. Em primeiro lugar, passa a ser um homem que “cultiva o espírito de seu tempo”, sem que nessa afirmação exista a ironia ferina dos comentários de Lulú Sênior. Em segundo lugar, o que em “Balas” era de responsabilidade da omissão diante do problema da Igreja, em “Cousas Políticas” a culpa passa a ser do próprio clericalismo, que avança independentemente da influência do imperador. Segundo este artigo, o clericalismo não ditou leis no reinado de Dom Pedro II, o que soa estranho à fala daquele Ferreira de Araújo, crítico contumaz da união entre Igreja e Estado sob o pseudônimo de Lulú Sênior. Em “Balas”, este narrador não diz que o clericalismo ditou leis, mas deixa bastante claro que se apoiou no poder do Estado e nas funções que lhe foram atribuídas para exercer sua influência.

¹⁸¹ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 03/12/1883.

No artigo de 14/07/1884, Ferreira de Araújo responde aos ataques que o *Diário do Brasil*¹⁸² fez ao imperador e a sua atitude diante da questão da emancipação, e aproveita para expor a posição da *Gazeta de Notícias* em relação à monarquia:

“O que se adianta, pois, atribuindo a este ou aquele a responsabilidade de um movimento a que o país todo se associa, e atribuindo-lhe como se esse fosse um mal? Esta é a linguagem dos que alcunham os propagandistas de anarquistas e desordeiros [referência ao *Diário do Brasil*]; dos que dizem que a propaganda prega a desordem e a revolução. (...) não somos suspeitos nesta folha de excessivas simpatias, de prevenções sistemáticas pelo imperador; não tendo pretensões pessoais, os atos do imperante tem para nós a mesma significação dos de outro qualquer funcionário público; mas enquanto não nos convenceremos de que a atual forma de governo é um embaraço efetivo ao desenvolvimento do país, enquanto não virmos organizada cousa que seja ou pareça melhor, consideraremos um ato subversivo o levantar ódios especiais contra um cidadão a quem apenas cabe uma parte da responsabilidade gloriosa que muitos outros com razão querem partilhar”¹⁸³

Neste texto, Ferreira de Araújo afirma não ver na monarquia um empecilho ao desenvolvimento do país, além de censurar o desrespeito com a figura do imperador em ataques frontais como o feito pelo *Diário do Brasil* no dia anterior. Mais uma vez o autor se distancia da tônica das páginas de “Balas de Estalo”. Ele torna as críticas mais brandas, menos ofensivas, mais “imparciais”. Em “Balas”, a visão passada a respeito do imperador era de co-responsável pelos problemas nacionais: omissos na questão da Igreja, era também voluntarioso e autoritário em decisões sobre a escolha de seus ministros e no revezamento dos partidos no poder. Na série, também se comentava sua ausência nas festas de abolição da escravidão do Ceará, e a condescendência no episódio do assassinato de Apulcho de Castro, para ficar com dois de muitos exemplos de atitudes reprovadas pelos cronistas.

¹⁸² O *Diário do Brasil*, jornal do partido liberal, posicionou-se radicalmente contra a abolição da escravidão no Ceará em 25 de março, culpou os jornais da Corte de estarem fazendo campanhas abolicionistas e insuflando os “ódios sociais”, foi contra o projeto Dantas e culpou o imperador pelo encaminhamento da questão. Segundo o jornal, “(...) propagou-se e acreditou-se que a Coroa queria a todo transe, fosse como fosse, a emancipação; que para favorecer-la de qualquer modo, não havia violência, bandalheira e infâmia que não fossem lícitas, meritórias e credoras garantidas de infalível remuneração”. *Diário de Brasil*, 13/07/01884.

¹⁸³ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 14/07/1884.

Assim sendo, “Cousas Políticas” mantém-se em terreno de mais “neutralidade” e moderação, como nos aponta Lélío em sua crônica de 13/07/1884. Não chega aos extremos de Zig-Zag e suas afirmações sobre a política do “sim e do não” de Ferreira de Araújo, mas acerta quanto à prudência que este autor manteve nesta coluna tão popular e duradoura como foi “Cousas Políticas”. Percebemos que um dos fatores que talvez permitisse à “Balas de Estalo” uma independência em relação ao jornal e a esse compromisso com a “imparcialidade” da *Gazeta de Notícias* fosse justamente o caráter humorístico da série. Em “Balas”, Lulú Sênior não era o dono do jornal de maior circulação do Rio de Janeiro, era apenas um dos “confeiteiros” da série e, talvez por isso, pudesse tornar mais evidentes suas opiniões sobre determinados assuntos. As assinaturas tinham significados bem diferentes no espaço da *Gazeta de Notícias*: na primeira, havia o peso do compromisso com o novo jornalismo, imparcial e defensor apenas dos interesses públicos – como registrado no prospecto da *Gazeta* -, e na segunda, estava a liberdade do cronista, da série comprometida antes com a galhofa do que com posturas políticas e jornalísticas. Sob a assinatura de Lulú Sênior estava também o literato e sua “missão” com a modernidade e o seu desejo de ser um “transformador” da sociedade.

O espaço da coluna “Cousas Políticas”, utilizado mais para censurar veementemente os atos dos ministérios que se revezavam no poder, não podia enfrentar uma guerra com a monarquia. Em “Balas de Estalo” isso era possível, sem, no entanto, criar grandes problemas para o jornal. Para atacar o imperador, Araújo parecia preferir as páginas de “Balas de Estalo”, porque o humor disfarçava as acentuadas críticas feitas à monarquia.

Reservava-se, então para as “Cousas Políticas” as análises e comentários sobre os governos que se sucediam no poder, como também para criticar o abandono dos partidos de seus programas políticos. No dia 24 de maio de 1883 sobe ao poder o gabinete ministerial chefiado pelo liberal Lafayette Rodrigues Pereira, substituindo o Marquês de Paranaguá, também liberal e que estava no poder desde julho de 1882. Desde 1878, com o gabinete Sinimbú, estavam os liberais no poder. Com Saraiva fizeram a reforma da legislação eleitoral em 1881, mas desde então não colocaram em pauta uma das principais discussões do momento: a abolição da escravidão que, segundo Ferreira de Araújo, deveria fazer parte do programa liberal se este seguisse seus princípios. Lafayette Rodrigues inaugura o seu

governo se comprometendo a voltar as atenções de sua administração para a questão financeira que atingia o país, que vivia no período uma grande crise em seu orçamento.

Lafayette, entre outras coisas, prometeu rever a questão dos impostos, realizar a supressão de despesas desnecessárias, além de rever a própria lei de orçamentos. Seu plano de governo também consistia em reorganizar as administrações das províncias, assim comprometendo-se também com uma reforma judiciária. Sobre o chamado “elemento servil” assumiu o compromisso de discutir uma possível localização dos escravos nas províncias – para apoiar a Lei de 28 de Setembro de 1871 -, além de ocupar-se com o aumento do fundo de emancipação através da criação de impostos. No entanto, um mês após a sua entrada para o governo, Lafayette ainda não havia proposto nenhuma discussão sobre as reformas “liberais” que havia proposto em sua sessão de posse. Ferreira de Araújo, inicia então uma série de ataques ao ministério – tanto em “Balas de Estalo” como em “Cousas Políticas”. O não cumprimento do programa liberal, assim como um abandono cada vez maior por parte dos partidos imperiais de seus princípios tornava-se um dos assuntos mais recorrentes da *Gazeta de Notícias*.

Entretanto, dentre as críticas feitas aos liberais, Lafayette possuía alguns “agravantes” em termos de incoerências políticas, como ressaltou Ferreira de Araújo em muitos dos seus artigos. Lafayette assinou o manifesto republicano em 1870, quando não tinha uma carreira política consolidada, até que em 1878, quando os liberais voltaram ao poder, ele é chamado para ser ministro. Em seguida elege-se deputado, depois é nomeado senador e logo alcança um lugar no Conselho de Estado. Em maio de 1883, em meio à crise do Gabinete Paranaguá, Lafayette é chamado pelo imperador para organizar um novo ministério após a recusa de Dantas e Saraiva, e surpreende a todos que acompanhavam a vida política naquele momento. Ferreira de Araújo dizia não compreender uma ascensão tão rápida de alguém que se mantinha tão ausente das discussões políticas.

Entretanto, Lafayette Rodrigues passa a ser, de fato, um dos alvos preferidos do dono da *Gazeta de Notícias* ao citar Molière na Câmara dos Deputados. Vejamos uma “Bala de Estalo” escrita por *Lulu Sênior* após esse discurso:

“Molière, oh velho mestre, os conservadores cá da terra estão a pisar-te nos canteiros. Pegaram em ti, os bárbaros, e, sem respeito nem ao teu talento enorme, nem ao tempo que o consagrou, eles, os conservadores, que se dizem amigos do

classicismo, andam a resguardar-te à maneira do urso da fábula. Os liberais, esses, estão apenas ...vexados. Há aqui um ministro liberal que parece ter lido a sua obra, e o que parece mais! tê-la entendido. Esse ministro, que não estava a um canto do bosque, escondido na espessura das árvores, de carabina em punho, à espera que passasse uma pasta vaga; esse ministro que nunca foi chefe de partido, nem o pretendia ser, estava tranqüilamente em sua casa, a ler os juristas, e a ler-te a ti, quando lhe levaram a notícia de que era preciso ir lá para cima, (...). O bom homem, que sim há espírito e leitura, entendeu que estavam a zombar dele; mas enfim, lá foi e lá está. (...) fazem-lhe uma pergunta sobre uma questão que deitou por terra o ministério passado, e o homem responde que não sabe ainda o que há de fazer. Mas, em vez de dizer isso simplesmente por sua conta, o homem deitou um pouco de literatura, e disse que, como Sganarello, respondia: - Pode ser que sim, pode ser que não”.

A citação de Molière na Câmara dos Deputados causou grande *frisson* na imprensa carioca. Lafayette foi bastante ridicularizado por usar de uma citação literária naquele ambiente parlamentar sempre tão satirizado por sua retórica simples e vazia. A frase “pode ser que sim, pode ser que não” tornou-se sinônimo do ministério de Lafayette, principalmente no que diz respeito à questão da libertação dos escravos, sobre a qual o ministro não se posicionou claramente. Lulú Sênior aproveita-se do ocorrido para declarar sua opinião sobre o ministro, afirmando que este não tinha uma carreira política consolidada e que sua nomeação para chefe de gabinete era despropositada e sem coerência. Afinal, para o cronista, ele nunca havia sido chefe de partido, nunca tinha feito nada pelo país e, principalmente, nunca tinha demonstrado interesse por uma pasta ministerial – estava em casa a “ler os juristas” e a ler os clássicos. E Lulú Sênior continua:

“(...) Os barões de hoje, por serviços prestados ao Estado, com escala pela rua do Sacramento, não te ouvem e não te lêem, truão. Um deputado moço, (...), disse em um arrebatamento de eloquência e erudição – que Sganarello é um Tartufo, é um truão. E sabes o que lhe responderam? – Apoiado! (...) não é indispensável conhecer-te a ti, (...), mas também sei que, se um deputado brasileiro pode passar sem conhecer-te, ainda passa melhor não citando sem te conhecer. (...) O ministro que respondeu com as palavras do filho da tua observação, podia ter-se

comparado melhor a um dos teus Sganarellos, dizendo que era presidente do conselho como ele fora médico: - à força. Mas a impressão geral parece que foi que o homem tinha tido a idéia de comparar-se àquele dos teus Sganarellos, que constitui na tua obra a família lamentável de que é chefe Georges Dandin, *Qui l'a voulu*; nem ao menos, a digna promotoria lhe concedeu a circunstância atenuante de dizer como o do *Médecin volant*, que o seu nome de Sganarello seria trocado pelo de Cornelius”.

Na crônica acima, percebemos o claro incômodo de Lulú Sênior com as citações equivocadas de Molière no Parlamento. Para ele, seria melhor não citá-lo. Confundir Sganarello com Tartufo seria, de fato, um enorme engano. Tartufo não é um charlatão, ele é um hipócrita e dissimulado que, com sua falsa carolice, lograva enganar apenas a Orgon, rico burguês com fortes aspirações religiosas. Lulú Sênior aproveita-se desta crônica não só para criticar o uso superficial e equivocado de Molière na Câmara, mas para definir Lafayette através da obra do autor. Compara-o ao falso médico, charlatão e com uma retórica vazia¹⁸⁴, características já então associadas a políticos.

Tampouco é fortuita a comparação que o cronista realiza com Georges Dandin, umas das personagens centrais da peça O Marido da Fidalga¹⁸⁵. Dandin é um camponês rico que se casa com uma mulher de origem nobre. Ao desconfiar que está sendo traído pela esposa, percebe o grande equívoco que cometeu ao casar-se com alguém de origem social tão diferente e arrepende-se da união. Ao longo da peça evidencia-se a dificuldade

¹⁸⁴ Lúcia Granja cita uma crônica de Machado de Assis, publicada no *Diário Rio de Janeiro* de 14 de agosto 1864, na qual Sganarello aparece como uma alusão ao ministro Zacarias de Goís e Vasconcelos, e a autora conclui: “O trecho da comédia de Molière incorporado à crônica, em que Geronte e Sganarello discutem a mudez de Lucinde, diz respeito à, nesse caso específico, ao ministro Zacarias de Goís e Vasconcelos. Ao citar Molière, o narrador traz para o mundo da crônica toda uma série de referências irônicas deflagradas pelo contexto primeiro da ocorrência da citação. Para o leitor, que conhece Molière, já a primeira referência à personagem Sganarello produz o efeito satírico, pois fica claro a aproximação do político brasileiro ao charlatão de Molière. (...) No trecho citado, Sganarello apresenta a Geronte um diagnóstico que não oferece informações realmente, mas circula em torno de si mesmo, do próprio discurso, partindo da mais evidente obviedade: “vossa filha está muda”. Quando não pode mais fazer durar essa situação, Sganarello cita evasivamente Aristóteles, o que alude à retórica vazia dos oradores do Senado”. Ver Granja, Lúcia. Machado de Assis, escritor em formação (à roda dos jornais), Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2000, 89.

¹⁸⁵ Molière, A Escola de Maridos; O Marido da Fidalga; Tradução de Jenny Klabin Segal. São Paulo: Irmãos Pongetti, 1937.

que ele encontra de adentrar esse mundo da fidalguia, começando pela própria impossibilidade de diálogo com seus sogros. Para Lulú Sênior, Lafayette, assim como o marido traído pela fidalga, também cometeu um grande engano ao ingressar num mundo do qual há tempos conservara-se distante e pelo qual nunca havia feito nada. O ministro teria entrado em uma espécie de “enrascada” ao voltar para a monarquia e ao aceitar a chefia de um novo ministério cujas relações com uma Câmara tumultuada e dissidente poderiam dificultar a sua ação política.

Por fim, Lulú Sênior faz uma pequena confusão – certamente proposital – entre as peças de Molière, embaralhando personagens como Dandin e os Sganarellos de duas peças diferentes (*O médico à força* e *O traído imaginário*), com o fim de obter um efeito cômico ao reproduzir as citações infelizes feitas na Câmara dos Deputados. Finalizando seu texto reafirmando que Lafayette, com sua fraqueza política, seria o novo Sganarello da história: teria de trocar de nome, pois havia sido traído por seu partido ao ser escolhido para ser chefe de gabinete em um momento tão conturbado politicamente.

No dia 25 de junho, três dias depois da publicação da crônica citada acima, Ferreira de Araújo, agora não mais sob o pseudônimo de Lulú Sênior, volta ao assunto do discurso pronunciado por Lafayette Rodrigues e sua citação de Molière nas suas “Cousas Políticas”. Neste dia, Ferreira de Araújo endereça seu artigo ao próprio chefe de ministros, explicando-lhe a necessidade de que Lafayette justificasse sua rápida ascensão política através de atos que beneficiassem o país. Ferreira de Araújo, após afirmar a necessidade do Partido Liberal resgatar a sua honra e seu programa, como também de enunciar a falta de uma retórica parlamentara consistente, traça brevemente a carreira política de Lafayette e afirma como este seria “um dos mais tristes personagens da nossa comédia política”. O artigo de Ferreira de Araújo afirma:

Não há negar. Depois da assinatura do manifesto republicano, entrar de novo nos arraiais monárquicos, embora em posto muito inferior àquele em que estava quando os deixou, era voltar atrás, era caminhar por desvios, porque a linha reta era a que seguiam os que batalharam durante dez anos, sempre vencidos na luta, mas lutando sempre, repelidos do Parlamento, mas batalhando na imprensa. (...) O Sr. Lafayette, porém, tem responsabilidades mais graves, uma que lhe impõem sua inteligência e ilustração, outra que lhe impõem os seus precedentes, o

seu republicanismo e sua apostasia. Se o Sr. Lafayette, depois de assinar o manifesto republicano, se prestou a ser ministro, a fazer-se eleger deputado por eleitores que dependiam do ministro, a fazer-se eleger senador por outros eleitores em iguais condições, a fazer-se escolher senador por outro eleitor que queria prender mais a si *sans-culotte* da véspera, a ser presidente do conselho de ministros, só pela vaidade pessoal de ocupar esses cargos, à maneira do *Comte*. *Oscar* da opereta de Offenbach – *comme les autres* – S. Ex. ilude-se, porque não consegue ser como os outros que, apesar de medíocres, não são renegados. (...) S. Ex. será quando muito um Monsieur Jourdain, o *Bourgeoise Gentilhomme*, e dirá olhando para sua farda de ministro – *Mon tailleur m’a envoyé des bas de soie que j’ai pensé ne maittre jamais*. A sua intervenção nos negócios públicos será como a desse herói de Molière; e quando brigarem, os Sr. Corrêa, mestre de armas do Senado, o Sr. Ferreira Vianna, mestre de filosofia na Câmara, com o Sr. Dantas, mestre de dança na Sibéria, o Sr. Cândido de Oliveira, mestre de música na Cadeia Velha, S.Ex. limitar-se-a a dizer: *Oh! Battez-vous tant qu’il vous plaira: je n’y saurais que faire et je n’ irai pas galêr ma robes pour vous separer. Je serais bien fou de m’aller fourrer par mi ceux, pour recevoir quelque coup, Qui me ferait mal.*¹⁸⁶ (...) Ora, o Sr. Lafayette tem o dever de ambicionar muito mais. Se não é um ambicioso vulgar, S. Ex. tem obrigação de justificar sua carreira política, prestando serviços reais ao país¹⁸⁷.

Monsieur Jourdain, burguês deslumbrado com o mundo da fidalguia francesa, é personagem da peça *O Burguês Fidalgo*¹⁸⁸, de Molière. Jourdain é rico e desejar ser como um “Gentilhomme”¹⁸⁹, educado, sofisticado e elegante. Para tanto, faz-se rodear de

¹⁸⁶ A cena que Lulú Sênior está citando refere-se à briga entre os mestres de dança, filosofia, esgrima e música do Sr. Jourdain sobre qual seria a mais importante para o refinamento de um homem. Diante da briga o Sr. Jourdain exclama: “Oh! Esmurrem-se à vontade; já não sei o que fazer e não vou estragar o meu roupão para separa-lo. Rematada tolice seria minha se me metesse entre eles, com o risco de levar alguma pancada mais séria”. Ver Molière. *O Tartufo; Escola de Mulheres; O Burguês Fidalgo*; Traduções de Jacy Monteiro, Millôr Fernandes, Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

¹⁸⁷ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 25 de junho de 1883.

¹⁸⁸ Molière. *O Tartufo; Escola de Mulheres; O Burguês Fidalgo*; Traduções de Jacy Monteiro, Millôr Fernandes, Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

¹⁸⁹ Essa expressão é utilizada para denominar os integrantes da nobreza francesa. “O gentil homem é o nobre de raça. Nobre se diz principalmente daquele cuja nobreza foi conseguida através de cartas reais. Todo gentil-homem é nobre, mas nem todo nobre é gentil-homem. O príncipe faz

“mestres” de dança, música, esgrima e filosofia para que estes o insiram no mundo da nobreza. A peça de Molière se abre com Monsieur Jourdain acordando e vestindo seu rico e ornamentado roupão, evidenciando para o público sua vaidade exacerbada e sua excessiva preocupação com a ostentação do mundo luxuoso o qual ambicionava participar. Os mestres o seduzem com a promessa de “dinheiro fácil”, mas deixam claro que, apesar do dinheiro, Monsieur Jourdain não só não entende de música como não tem bom gosto para apreciar a arte. O burguês é uma espécie de “títere” nas mãos de tais mestres, que o manipulam sempre com a promessa de torna-lo um homem elegante como um fidalgo.

Ferreira de Araújo compara Lafayette Rodrigues ao Monsieur Jourdain em vários aspectos: um homem vaidoso, ambicioso, mas sem preparo para ocupar o cargo de destaque que lhe foi conferido. Lafayette abandonou a luta política enquanto os conservadores estiveram no poder, mas, por vaidade, aceitou voltar aos braços da monarquia com pompas de senador e membro do Conselho de Estado. Apesar dos títulos, ele continua sem justificativas para sua rápida ascensão política. Está no poder, mas parece ignorar o real motivo da escolha de seu nome. O papel dos “Mestres” na transposição de Ferreira de Araújo caberia aos grandes nomes da política imperial – Dantas, com sua grande capacidade de articulação política, e Ferreira Vianna com sua retórica poderosa são alguns exemplos -, e Lafayette estaria cercado por verdadeiros “Gentilhommes” da política imperial, mas ainda sim seria um Jourdain.

No entanto, Ferreira de Araújo afirma que Lafayette não poderia ser simplesmente um Jourdain, não poderia acomodar-se na mediocridade, na superficialidade. Ele precisava justificar e honrar a sua meteórica carreira política. Lafayette destacava-se do homem médio, comum – e mesmo do parlamentar brasileiro médio do período por sua ilustração e inteligência e, por isso, o dono da *Gazeta de Notícias* o convoca a fazer algo relevante para o país. Esse é o momento de passagem da simples sátira, valendo-se do teatro francês, para a crítica política e pessoal mais direta. Não bastava ser o vaidoso Jourdain, era preciso “prestar serviços reais ao país”.

Diferentemente do tema da monarquia e seu atraso para o país, a discussão sobre os gabinetes ministeriais eram feitos de forma muito parecidas em “Balas de Estalo” e

nobre, mas o sangue faz gentis-homens (*Dictionnaire de l' Academie*, 1694)”. Ver Molière. O Tartufo; Escola de Mulheres; O Bruguês Fidalgo; Traduções de Jacy Monteiro, Millôr Fernandes, Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

“Cousas Políticas”. Apesar do tom adocicado das “balas”, sempre recheadas de humor e sátira, ambos os espaços criticam as mesmas coisas no governo de Lafayette. Primeiramente, o ministro é criticado por sua retórica exagerada e pouco conveniente ao ambiente da Câmara de Deputados, depois seguem-se acusações sobre sua rápida ascensão política, sua mudança ideológica, seu descaso pelo programa liberal que tanto fazia questão de se dizer defensor. Os comentários são basicamente os mesmos, com a diferença que em “Cousas Políticas” Ferreira de Araújo sistematizava e organizava as críticas de forma mais “didática”, mas sempre firme e contundente.

Tais características dos temas sobre ministérios, partidos políticos, programas e reformas liberais – que são discutidos de forma muito parecida em ambas as colunas – só vem a confirmar que Lulú Sênior sabia exatamente quais eram as idéias que a *Gazeta de Notícias* fazia questão de colocar em seu “editorial”, tais como abolição, imigração, reforma eleitoral, e quais decidia colocar em colunas menos comprometidas com a “imparcialidade” do novo jornalismo surgido em fins do século XIX. O que é certo é que “Balas de estalo” se constituiu como um espaço de ataques recorrentes à monarquia e à religião oficial. E a “neutralidade política” da *Gazeta* fica bastante vulnerável se pensarmos que foi justamente este espaço de confronto direto com a monarquia que se tornou um dos mais lidos do jornal. Ferreira de Araújo parece ter feito então a escolha certa, uma vez que “Balas de estalo” se constitui em um dos espaços de maior divulgação da *Gazeta de Notícias*. Através do humor e da pilhéria, ele conseguia atrair o leitor para essa polêmica e se fazer ouvir nos mais diferentes meios sociais, pois como ele mesmo afirmou, não havia quem não corresse para saborear as deliciosas “balas de estalo” por apenas dois vinténs.

Capítulo III - A ciência médica é um alvo das “Balas de Estalo”

O Rio de Janeiro é a cidade dos jardins e... dos doutores. É tão fácil encontrar uma rosa como um bacharel em Direito, em cada janela um craveiro, em cada porta um dístico: Doutor fulano – médico. (...) Proponho, pois, um aditivo à definição de Luiz de Andrade – O Rio é a cidade das flores... e dos doutores. Fica assim explicada a razão de ser ela tão pouco cheirosa e de ser tão rico o quotidiano obituário. (José do Egito, 13/10/1883).

Estamos no ano de 1883 e o Rio de Janeiro presencia uma das discussões científicas mais acirradas do século: a criação de uma vacina para a febre amarela. Em março de 1883, Domingos José Freire obtém do governo imperial a autorização para retomar suas pesquisas sobre a causa e o tratamento desta doença, e, já em abril do mesmo ano, dá início a uma série de artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, nos quais tenta convencer os leitores sobre a contagiosidade da febre amarela¹⁹⁰. Influenciado pelos trabalhos de Pasteur, Freire realiza experiências de transmissão da febre em coelhos e porquinhos-da-índia, e chega à conclusão de que a doença é transmitida pelo chamado “criptococo xantogênico”, um vegetal microscópico encontrado nos restos mortais dos infectados. Isolado o agente supostamente causador da doença, Domingos Freire cria uma vacina e recebe autorização do ministério para inoculá-la na população da cidade do Rio de Janeiro. Esta sequência de acontecimentos cria uma grande polêmica nos jornais do período, na qual os opositores de Freire acusam-no de inocular a vacina sem antes ter certeza de seus resultados e de sua eficiência. Freire é chamado de “César com duas cabeças”, pois se valia da sua autoridade como presidente da Junta Central de Higiene e como detentor de uma descoberta protegida pelo governo imperial para poder inocular a vacina na população.¹⁹¹

¹⁹⁰ Para acompanhar toda a trajetória de Domingos Freire e a busca pela vacina da febre amarela ver: BENCHIMOL, Jaime Larry. Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela no Rio de Janeiro (1880-1903).

¹⁹¹ Benchimol, *op.cit.*, p.79.

Um dos jornais que mais está presente nestas discussões é a nossa *Gazeta de Notícias*, que cede espaços e colunas (“Questões Científicas”, por exemplo) em suas páginas para a discussão da cura da febre amarela. O jornal acompanha toda a trajetória de Domingos Freire e de sua vacina. Jaime Benchimol nos dá a idéia de como esse debate esteve presente nas páginas desse periódico:

O impacto causado pelas vacinações na opinião pública pode ser aferido nas opiniões contraditórias emitidas num mesmo jornal por colonistas regulares ou missivistas eventuais, e até pela fluidez das idéias expendidas por um mesmo jornalista, à medida que a novidade vai se disseminando no Rio de Janeiro. É o caso, por exemplo, do autor da “Chronica da semana”, publicada na *Gazeta de Notícias*. A princípio rejeitou a noção de que a profilaxia da febre amarela pudesse provir do “fac-símile reduzido de uma horrível moléstia”. O governo havia sancionado o suicídio coletivo, e o cronista frisava que só podia qualificar assim aquela submissão voluntária de gente à vacina. Semanas depois, aplaudia o esforço de subjugar a febre amarela com o micróbio “amansado”¹⁹².

Colunas como “Questões Científicas”, “Higiene Pública” e “Febre Amarela”, presentes na *Gazeta de Notícias*, revelam toda a preocupação deste jornal com a ciência médica do período. Em uma época de tantas polêmicas, como foi o ano de 1883, o jornal de Ferreira de Araújo (médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) não tinha como se abster das discussões sobre a vacina inventada por Domingos Freire. Porém, o que nos chama a atenção é a oscilação de posição quanto à vacina indicada por Jaime Benchimol, algo que se for transportado para outras colunas pode ser melhor compreendido. Surgindo quase simultaneamente aos novos estudos de Domingos Freire, a coluna “Balas” também vai participar das discussões sobre a ciência médica, mostrando-se um espaço heterogêneo e aberto a opiniões divergentes.

Para este capítulo foram selecionados quatro narradores de “Balas de Estalo” que dão testemunhos muito diferentes sobre a ciência médica do período. Entre eles, dois são

¹⁹² Benchimol, *op.cit.*, pp.77-78.

médicos, o que, no entanto, não assegura um discurso homogêneo. O objetivo desta seleção é analisar como esses testemunhos tão diferentes estão dialogando e construindo uma memória sobre o assunto. Logo, buscamos investigar como a série dialoga com esses grandes temas do final do século XIX, para compreender como os cronistas estão representando este ambiente de incertezas, imprecisões, descobertas e principalmente de falta de consenso entre os médicos. Como nossos “atiradores” lidavam com essa fragilidade da ciência médica, com esse ambiente de disputas, polêmicas e lutas pela concretização de um saber. Apesar de não estar falando diretamente das pesquisas de Domingos Freire e nem de sua polêmica vacina, “Balas” está totalmente imersa nesta discussão, pois reflete sobre as credenciais do saber médico, a função da medicina na sociedade e a sua eficácia.

A caracterização das personagens

As diferentes percepções sobre a ciência médica presentes em “Balas de Estalo” nos fazem pensar na coletividade e na heterogeneidade desta série. Definir os narradores escolhidos para o exercício realizado neste capítulo nos ajudará a compreender como o tema da ciência médica surge nas páginas de “Balas”. Começamos por Lulú Sênior, pseudônimo de Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta de Notícias* e, principalmente, defensor da medicina nas páginas de “Balas de Estalo”.

Ferreira de Araújo doutorou-se em medicina em 1867, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, abandonando a profissão dez anos depois para se dedicar ao jornalismo. Antes de largar a medicina, o autor escreveu a tese de doutorado intitulada *A Alimentação e as Febres no Rio de Janeiro*, e traduziu, em 1877, o livro de Louis Figuier, *Depois da Morte ou a Vida Futura segundo a ciência*¹⁹³. Embora tenha abandonado o exercício da medicina, Ferreira de Araújo muitas vezes deixa transparecer nas páginas da *Gazeta de Notícias* o seu comprometimento com esta ciência. A publicação de colunas como “Questões Científicas” e “Higiene Pública” revelam a preocupação com os assuntos médicos. Discussões sobre a destruição de cortiços, sobre a manutenção da salubridade da cidade do Rio de Janeiro, sobre a autonomia da Junta Central de Higiene, as descobertas científicas sobre doenças como a febre amarela e o beribéri e até sobre a importância dos

¹⁹³ Meneses, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Prefácio de Antonio Candido de Mello e Souza: 2 ed. Ver. Aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

laboratórios para o avanço dos conhecimentos médicos estão presentes nas páginas da *Gazeta de Notícias*¹⁹⁴. No dia 8/10/1883, por exemplo, Ferreira de Araújo faz uma eloqüente defesa da Junta da Higiene e sua autonomia na coluna “Cousas Políticas”:

(...) Que não há razão que valha contra a influência da política pequena de freguesia, prova-o o fato que acaba de dar-se com a Junta da Higiene. Essa corporação, a que o governo devia dar todo o prestígio, foi desautorizada pelo Sr. Ministro do Império [Francisco Antunes Maciel], que quer cercar-lhe o único direito de que ela dispunha: o direito de enunciar sua opinião. (...) Reforme senhor ministro do império a Junta da Higiene, pois que está certo que a Câmara aprovará o seu ato, quer seja a reforma boa ou má, com a mesma facilidade com que há de aprovar a eleição de S. Ex., por Pelotas.¹⁹⁵

Esta defesa da Junta da Higiene revela-nos a autoridade e importância que Ferreira de Araújo atribui a esta instituição. Revela também sua preocupação com o papel que ela exerce, ou deveria exercer, em meio às forças políticas do período. Tal testemunho serve também para que possamos observar que a defesa de assuntos relacionados à medicina e à saúde pública não está reservada a algumas poucas colunas, ela se dispersa por todo o jornal. E assim acontece em “Balas de Estalo”. Através de seu personagem Lulú Sênior, Ferreira de Araújo vai tornando clara sua posição como médico alopata e, principalmente, como crítico das práticas alternativas de cura, diferentes da medicina oficial. Na crônica de 22/04/1883 este perfil vai sendo desenhado. Nesta crônica o narrador está discutindo uma peça teatral – *O Homem da Máscara Negra* – e o desempenho dos atores que dela participam:

¹⁹⁴ Para ler sobre esses assuntos na *Gazeta de Notícias* ver dias 12, 13, 17, 23 e 27 de setembro de 1883 e dias 2, 4, 5, 6, 8 e 9 de outubro de 1883.

¹⁹⁵ “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 08/10/1883. Nesta crônica, ao referir-se à Pelotas, *Lulú Sênior* está falando de Francisco Antunes Maciel, ministro do império pelo gabinete liberal chefiado por Lafayette Rodrigues Pereira. Maciel é acusado de conceder a alfândega para a cidade de Pelotas no intuito de garantir votos para sua eleição. Ver “Cousas Políticas”, *Gazeta de Notícias*, 01/10/1883.

O Homem da Máscara Negra é um desses dramas que não deixam, ao domingo, um só lugar vazio no Theatro São Pedro. Hoje, se alguma lacuna lhe notarem os espectadores, é que não se lhes apagou da memória o nome do grande ator, do imenso Sr. Germano, que a estas horas, no Rio Grande do Sul, exerce a medicina homeopática com um brilho em nada menor que o que adquiriu na cena. Somente agora os seus espectadores, em vez de o aplaudirem, vão cochichar na terra santa com as raízes de mandioca¹⁹⁶.

Nesta passagem fica clara a posição de Lulú Sênior quanto à homeopatia, afirmando que esta prática de cura manda seus pacientes para debaixo da “terra santa cochichar com as mandiocas”, ou seja, que ela os mata. Através de uma crônica que fala sobre uma peça de teatro, o narrador aproveita para fazer uma crítica, repleta de ironia, à liberdade profissional existente na província do Rio Grande do Sul e ao modo como convivem as diferentes terapêuticas nesta região¹⁹⁷. Esta crônica nos ajuda a caracterizar esta personagem no que se refere à sua intolerância com outros procedimentos de cura e, principalmente, seu desprezo pela homeopatia. Lulú Sênior parece então se afirmar como médico alopata, defensor desse tipo de medicina como única alternativa de cura.

No dia 18/07/1883 Lulú Sênior escreve outra crônica na qual fica clara mais uma vez a sua posição. Respondendo a um artigo publicado no jornal católico *O Apóstolo*, este narrador escreve uma “bala” na qual acusa a Igreja católica de omissão diante do “problema” dos curandeiros. O artigo do *Apóstolo* acusava os literatos da *Gazeta de Notícias* de estarem contra os salesianos, chegados recentemente ao Rio de Janeiro. Com muita ironia, Lulú Sênior responde aos comentários do jornal e afirma:

¹⁹⁶ “Balas de Estalo”, 22/04/1883, Lulú Sênior (Ferreira de Araújo).

¹⁹⁷ “A discussão sobre a liberdade do exercício da medicina estava mesmo muito presente naqueles anos, principalmente no final da década de 1880, aparecendo com frequência debates sobre o tema nas gazetas - até mesmo entre os médicos, que às vezes se manifestavam nos jornais sobre a questão (...)”. Sampaio, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro imperial. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFCH, 2001. Sobre a convivência entre diversas práticas de cura no Rio Grande do Sul ver WEBER, Beatriz Teixeira. As Artes de Curar. Medicina, Religião e Positivismo na República Rio Grandense – 1889-1928.

(...) o reverendo *Apóstolo* (Benedicite, padre mestre) fala de tudo o que eu disse e que não disse nas *Balas*, menos de uma cousinha que aliás era o melhor bocado do meu pastel: o tal milagre do padre Bosco, que se fechou num quarto sem testemunhas com um cadáver, e depois veio cá para fora dizer que tinha ressuscitado o morto durante cinco minutos. Este proposital silêncio do colega, que é macaco velho, enche-me de satisfação desde o dedo mindinho do pé direito até o cocuruto da cabeça, porque me confirma na idéia que eu tinha, de que os reverendos cá da terra não são como os Boscós, que imaginam que o mundo é povoado por pedaços de asno¹⁹⁸.

O narrador da “Balas” satiriza o fato de a própria igreja não acreditar em milagres nem nos efeitos da “água de Lourdes”. Uma vez que nem os reverendos do *Apóstolo* acreditam nas ações milagrosas, Lulú Sênior cobra do jornal uma atitude em relação a um anúncio que, segundo ele, havia surgido na imprensa no dia 15 de julho de 1883, que prometia curar diversas doenças através da oração. Lulú Sênior apresenta o suposto anúncio na crônica da seguinte forma:

“Cura-se por orações dores de cabeça, atalha-se empigens, cobreiras, convulsões, erisipelas, e sendo a primeira vez não torna a vir tumores, bichas, maus olhares nas crenças, saídas dos bens, perigoso parto, todo mal desaparece como por encanto, etc., etc.; no beco de tal, números tantos...” Não vai o número da casa para não fazer reclame ao traste.

Lulú Sênior fica indignado diante do anúncio, chamando o “rezador” de “malandro”, “pantomimeiro” e “patife”. O narrador ironiza a hipótese de Deus só curar as pessoas depois que estas tivessem se dirigido ao “beco” para dar “pataca e meia” a um “malandro”. Há para ele uma clara distinção entre o que é religião e o que é medicina, sendo esta última mais prática, positiva e real. Para que ir ao “beco” tratar com um malandro, se é possível ir ao “Faria” para que ele resolva o problema com “um golpe de bisturi”? Segundo Lulú Sênior, quando se tem “empigens” e “cobreiras”, em vez de fazer-se benzer, é melhor ir à rua do Hospício, “pedir ao Gabiso (médico e professor da

¹⁹⁸ Balas de Estalo, 18/07/1883, Lulú Sênior (Ferreira de Araújo).

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro) um pouco de enxofre”. O narrador prossegue dando soluções para outras doenças apontadas pelo anúncio: para “maus olhares”, um “bom cacete” e para a tal “erisipela”, um copo de cerveja. Nada de rezas, milagres e intervenções divinas.

Na segunda metade do século XIX há toda uma campanha por parte da imprensa e dos médicos contra as práticas “ilegais” de cura. Segundo Gabriela dos Reis Sampaio:

(...) No Rio de Janeiro do final do século XIX, assim como em todo o país, as mais variadas práticas de cura conviviam lado a lado com a medicina oficial do império, aquela que se julgava científica. Embora proibidas por lei, e arduamente combatidas por grupos médicos e por setores da imprensa, as práticas ilegais de medicina estavam presentes com bastante força no cotidiano dos mais variados cidadãos do império. (...) no decorrer de todo o império, um grupo de médicos lutou para conseguir maior prestígio junto às autoridades brasileiras, tentando estruturar e fortalecer a sua medicina, e visando torná-la a única forma legítima de exercício da arte de curar – Para isso, era preciso realizar reformas e melhorias no interior da própria medicina. Mas era fundamental que criticassem e combatessem as práticas de cura diferentes da sua (...) ¹⁹⁹.

Lulú Sênior, na crônica do dia 15/07/1883 – citada acima, está contribuindo para essa campanha contra os curandeiros e contra práticas alternativas de cura. Sendo pseudônimo criado por Ferreira de Araújo, médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, faz sentido crer que esteja defendendo as práticas de cura dessa medicina “legalizada”. O narrador encerra o assunto afirmando que quando tem dores de cabeça, “em vez de ir à reza”, deita “sinapismos nas pernas”, dando-se muito bem com a receita. Lulú Sênior acusa o “patife rezador” de estar fazendo “concorrência” com a medicina “cá da terra”, e cobra um artigo bem “cheio de latim” do *Apóstolo* contra o “malandro”. Assim, fica claro que, para Lulú Sênior, religião e medicina são coisas totalmente diferentes, sendo esta última muito mais eficaz, prática e concreta na cura das doenças que as “rezas” de um “pantomimeiro”. O narrador mostra-se convicto daquilo que defende, opondo-se frontalmente às práticas alternativas de cura e incitando a perseguição aos seus praticantes.

¹⁹⁹Sampaio, Gabriela dos Reis. *op.cit.*

Caracterizada esta primeira personagem, passemos para Lélío, pseudônimo usado por Machado de Assis em “Balas de Estalo”. Para este narrador, a separação entre medicina e religião não fica tão clara como para Lulú Sênior. Seu grau de ceticismo e perplexidade frente ao ambiente científico que descrevemos no início do capítulo torna-o o extremo oposto do narrador criado por Ferreira de Araújo. São posições diversas, contrárias de certa forma, mas que estão colaborando para a construção de uma única série. Façamos o esforço de compreensão deste “mosaico”.

Ao falar da dosimetria²⁰⁰, nova tendência medicinal na época, o narrador se mostra perplexo diante de tantas alternativas de cura. Depois da abertura de uma enfermaria “dosimétrica” na Sociedade Portuguesa de Beneficência, Lélío escreve uma crônica sugerindo que as enfermarias não deveriam ser apenas abertas, mas explicadas. O narrador, então, explana sobre o que é a dosimetria e afirma que, se ela é tão eficaz, deve ser aplicada a todos os doentes. Para ele, seria uma “cruza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício”²⁰¹:

Mas não basta abrir enfermarias; é útil explicá-las. Se a dosimetria quer dizer que os remédios dados em doses exatas e puras curam melhor ou mais radicalmente, ou mais depressa, é, na verdade, grande cruza privar os restantes enfermos de tão excelso benefício, uns ficarão meio curados, ou mal curados, outros sairão dali lestos e pimpões; e isto não parece justo. Note-se bem que eu não ignoro que os doentes, por estarem doentes, não perdem o direito à liberdade; mas entendamo-nos: é a liberdade do voto, a liberdade da consciência, a liberdade de testar, a liberdade do ventre (teoria *Lulú Sênior*); por um sentimento de compaixão, de liberdade de descompor. Mas, no que toca aos medicamentos, não! Concedo que o doente possa escolher entre a alopatia e a homeopatia, porque são dois sistemas – duas escolas –, a escola cadavérica (versão Maximiano) e a escola aquática. Mas não tratando a dosimetria senão da perfeita composição dos remédios, não há para o doente a liberdade de medicar-se mal. Ao contrário, este era o caso de aplicar o velho grito muçulmano: - crê ou morre.

²⁰⁰ A “dosimetria” de Borggraeve, sistema terapêutico lançado no século 19 e baseado na administração de medicamentos sob a forma de grânulos que continham os princípios ativos das substâncias medicinais, dados a tomar em intervalos certos, teve seus adeptos no Brasil. Ver SANTOS FILHO, Licurgo. História da Medicina no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947, p240.

²⁰¹ “Balas de Estalo”, 02/07/1883, Lélío (Machado de Assis).

Lélio neste trecho satiriza a possibilidade de o doente medicar-se mal, pressuposto da dosimetria segundo ele. Ele reconhece, mesmo com ironia, o direito do paciente de escolher entre alopatria e homeopatia, porque esses são “dois sistemas”, “duas escolas”. A personagem parece retratar todo o ambiente de incertezas e descrenças na ciência médica do período como, por exemplo, o que se refere à criação de uma teoria médica na qual há a possibilidade de o paciente tomar o remédio em doses ou horários errados. Ou mesmo num ambiente no qual os médicos estão se atacando nos jornais diariamente no que diz respeito à descoberta da vacina contra a febre amarela e a sua inoculação na população do Rio de Janeiro. E é devido a essas incertezas que o narrador propõe: “crê ou morre”. A medicina, suas descobertas científicas e suas teorias de cura são como um “grito muçulmano”, ou seja, são um ato de fé. E ele continua:

Se, ao menos, a própria dosimetria permitisse o uso de ambos os modos, doses bem medidas e doses mal medidas, tinha a enfermaria uma explicação. E não seria absurdo. Conheci um médico que dava alopatria aos adultos, e homeopatia às crianças, e explicava essa aparente contradição com uma resposta épica de ingenuidade: para que hei de martirizar uma pobre criança? A própria homeopatia, quando estreou no Brasil, teve seus ecléticos; entre eles, o Dr. R. Torres e o Dr. Tloesquelec, segundo afirmou em tempo (há quarenta anos) o Dr. João V. Martins, que era dos puros. Os ecléticos tratavam os doentes “como a eles aprouvesse”. É o que imprimia então o chefe dos propagandistas. Mas a dosimetria é contrária a esses tristes recursos. Parece mesmo que esta nova religião ainda não passou do versículo 18, cap. IV de S. Mateus, que é o lugar em que Jesus chama os primeiros apóstolos, Pedro e André: “Vinde a mim, e farei que sejais pescadores de homens”. Não há ainda tempo de ter hereges nem cismáticos: está nas primeiras pescas de doentes

Neste trecho fica mais uma vez clara a associação entre medicina e religião. A medicina tal qual uma religião precisa “pescar” novos adeptos. A própria construção do texto nos sugere isso com o uso de exemplos bíblicos para discutir o assunto. A contradição de alguns médicos também diz muito sobre o ambiente de incertezas da medicina no final do século XIX. Os médicos claramente estão sem saber o que fazer, e por isso criam várias

correntes e se revezam no uso de cada uma delas, como nos fala o exemplo do médico que dava alopatia aos adultos e homeopatia às crianças²⁰². Também nesta passagem há outra ironia interessante do narrador: a da inocuidade da homeopatia – que não faz bem nem mal aos pacientes, não tem efeito algum e por isso é dada às crianças, não causando dor nem agravando o estado de saúde delas.

Lélio descreve essa ciência que está “tateando” respostas para as doenças existentes, mostrando como estão confusos os médicos, e como este estado de coisas causa ceticismo nas pessoas ou, no mínimo, a perplexidade. E *Lélio* continua:

O único ponto em que a escola dosimétrica se parece com a homeopatia é na facilidade que dá ao doente de tratar-se a si mesmo; mas isto não quer dizer que tenha de cair no mesmo abuso do ecletismo. Quer dizer que a ciência, como todas as moedas, tem seus trocos miúdos. Dois amigos meus andam munidos de caixas dosimétricas; ingerem isto ou aquilo, conforme um papelinho impresso, que trazem consigo. Levam a saúde nas algibeiras; chegam mesmo a distribuí-la aos amigos. Lá que isto seja novo, é o que nego redondamente. O autor destas vulgarizações parece ser um certo Asclepiades, contemporâneo de Pompeu. Esse cavalheiro era mestre de eloquência; mas sentindo em si outros talentos, estudou a medicina, criou uma arte nova, e anunciou cinco modos de cura aplicáveis a todas as enfermidades. Estão ouvindo? Cinco, nem mais uma pílula para remédio. Essas drogas eram: dieta, abstinência de vinho, fricções, exercícios a pé e passeios de liteira. *Cada um sentia que podia medicar-se a si próprio*, escreve Plínio – *e o entusiasmo foi geral*. Tal qual a homeopatia e a dosimetria. Nem uma nem outra tocou ao sublime daquele Asclepiades, que, segundo o mesmo autor, encontrando um saimento de um desconhecido, fez com que o inculcado morto não fosse deitado à fogueira, levou-o consigo e curou-o; mas, em suma, aguardemos o primeiro freguês que a escola cadavérica remeter para a Jurujuba²⁰³.

²⁰² Segundo Gabriela Sampaio as disputas e as rivalidades ocorridas no interior da classe médica surgiam também devido à “falta de consenso sobre os procedimentos da medicina científica”. Para a autora, “por mais que muitos médicos influentes dentro e fora da corporação tentassem frisar a superioridade de sua atividade, eles estavam longe de obter a legitimidade que almejavam junto a diversos setores sociais. O medo e a suspeição sobre os médicos, que eram motivo de tantas ironias, era o que parecia predominar”. Sampaio, *op.cit.*, p27.

²⁰³ Cemitério existente na cidade do Rio de Janeiro.

Outra grande ironia do narrador é ligar o passado remoto da medicina a um certo Asclepíades, que segundo ele era mestre de eloquência, e que, “sentindo em si outros talentos, estudou medicina”. Ou seja, além de aproximar os limites entre medicina e religião, *Lélio* ainda imprime nas origens dessa ciência uma grande dose de eloquência, ou seja, de convencimento do paciente através da palavra. De qualquer forma, é preciso convencer as pessoas da eficiência da medicina, é preciso fazer-se crer. O ceticismo parece ser tão grande neste narrador que, mesmo após falar dos cinco bons remédios criados por Asclepíades e das vantagens de medicar-se a si próprio – característica presente também na homeopatia e na dosimetria -, ele encerra seus elogios dizendo estar aguardando o “primeiro freguês que a escola cadavérica remeter a Jurujuba”, ou seja, que morrer. A crítica parece clara: até o que parece inofensivo, como a homeopatia, pode matar.

Assim, Machado de Assis cria uma personagem perplexa e descrente nas tantas medicinas que se dizem verdadeiras. Porém, devemos lembrar que é a personagem quem está confusa diante de tantas alternativas, e só através dela podemos chegar às opiniões de Machado de Assis. *Lélio* em momento nenhum se revela como Machado de Assis, ele é uma personagem, com sua “autonomia”, suas opiniões. É através desse narrador que Machado satiriza as múltiplas ciências médicas existentes no período, mas isso não significa, necessariamente, que ele estivesse perplexo como sua personagem. Machado de Assis, a partir da construção de *Lélio*, parece estar fazendo uma crítica às medicinas da época, e não só a elas, como também a seus praticantes, como é o caso do médico que dava homeopatia para as crianças e alopatia para os adultos.

Lélio e *Lulú Sênior* parecem, então, se opor em suas posições em relação à medicina. De uma forma geral, *Lulú Sênior*, pseudônimo de um médico, acredita na medicina como forma certa de cura, na sua cientificidade e nas suas credenciais. *Lélio*, por seu lado, desconfia dessa cientificidade, comparando a medicina a uma religião. Este narrador se mostra confuso diante de tantas ciências que se dizem verdadeiras e que se negam mutuamente.

Passemos agora a uma figura bastante interessante: *Décio*, pseudônimo do médico Demerval da Fonseca. Longe dos extremos, como são os casos de *Lulú Sênior* e *Lélio*, esta personagem caracteriza-se pela contradição, algo que Benchimol já havia detectado em outras colunas da *Gazeta de Notícias*. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de

Janeiro, Demerval da Fonseca seria delegado da Inspetoria Geral da Higiene, ajudante do diretor da biblioteca da mesma faculdade e senador pelo estado do Rio de Janeiro em 1891. Na *Gazeta de Notícias* sua participação parece também ser bastante expressiva, colaborando com colunas como a “Dizia-se Hontem” e “Omnibus”, ambas satíricas, além de escrever notícias e críticas musicais²⁰⁴. Em “Balas” ele também deixou registradas suas impressões sobre aquele final de século, principalmente no que concerne à medicina, assunto bastante freqüente em suas crônicas. Começamos pela do dia 5/05/1883, na qual Décio comenta uma série de artigos publicados no *Jornal do Commercio* sobre a febre amarela e o emprego de salicilato de quinina. Vejamos, em especial, um artigo do dia anterior (04/05/1883) no qual o médico Bento Azevedo Maia Rubião, além de escrever um texto em prosa, escreveu um poema dedicado à Santíssima Princesa Imperial:

Assim como a febre amarela, reveste uma fórmula típica, segundo afirma o doutor (médico) no artigo em prosa oferecido à consideração dos homens da ciência; do mesmo modo o seu arrazoado em verso reveste a forma de um Hino oferecido à Sereníssima princesa imperial. Não se pode ser ao mesmo tempo nem mais médico nem mais Santo Agostinho! Ninguém tão profundamente conhece as virtudes dos antitérmicos – e do *Creio em Deus Padre!* Apenas este distinto apóstolo da ciência e convicto correligionário do *Apóstolo*, há dous pontos que ele nem profunda nem levemente procura conhecer: o mistério da Santíssima Trindade e o que cerca o elemento morbígeno das febres palustres! Mistério – e miasma!(...) Não discutiremos as opiniões do católico acerca da origem da hypoemia dos caipiras dos sertões de Santa Izabel, hypoemia que é causada pela intoxicação carbônica emanada da riqueza das vegetações. (...) Apenas tentaremos contestar uma ou outra opinião do médico acerca da Cruz (...). (...) O ilustre médico, consagrado ao estudo da patogenia da febre amarela e à contemplação do dogma da infalibilidade, podia no seu duplo caráter de homem da ciência e autor de hinos religiosos pretender:

- A graça de beijar a mão do Eterno;

²⁰⁴ Demerval da Fonseca – “(...) Ele é tudo quanto quer ser. Médico, cirurgião, folhetinista, chronisemanista, noticiarista, polemista, pianista, crítico musical, calemburguista, omnibista, diziasenhontista, tudo. (...) Como médico, dizem ser bastante hábil e muito feliz nas curas”. Zeca, “Galeria Jornalística”, *A Semana*, 16/05/1885.

- A satisfação de receber do Rei da equidade o segredo do tratamento específico do tifo americano; (...)
- A glória de possuir por intermédio d'Ele meio de por uma vez extinguir o micróbio; (...)

Mas não. Quis só e simplesmente – nem rosto, nem olhos: As graças do Eterno Assento. A comoção impede-me de continuar. Décio²⁰⁵

O primeiro passo de Décio nesta crônica parece ser ridicularizar as opiniões do tal médico sobre as causas e sobre a cura da febre amarela. Ele simplesmente desconhece o “Mistério” e o “miasma”, ou pelo menos não se aprofunda em os conhecer. Tal é o desprezo de Décio pelas opiniões científicas do médico que diz nem querer discutir as razões da “hypoemia dos caipiras de Santa Izabel”, ele prefere discutir as questões acerca da Cruz, tão satirizadas quanto às da ciência. A associação entre ciência e religião é motivo para piadas na opinião de Décio, que ironiza o tempo inteiro o duplo caráter do médico – “Não se pode ser ao mesmo tempo nem mais médico nem mais Santo Agostinho!” – além de fazer o trocadilho: as opiniões sobre a febre amarela são do “católico” e as sobre a Cruz são do médico, e são justamente as opiniões deste “médico” que o narrador vai discutir. Ele desconfia das credenciais deste médico “correligionário do *Apóstolo*” e certamente concorda com Lulú Sênior na total separação entre medicina e religião.

Uma vez que as opiniões de Maia Rubião acerca da febre amarela são desprezíveis para Décio, este sugere que ele se dirija a Deus, já que é católico tão fervoroso, e peça para descobrir o tratamento do tifo e o extermínio do micróbio. Já que a fé é tão grande, que o médico não peça apenas “as graças do eterno assento”, peça a solução para as doenças que atacam a cidade. *Décio* parece ficar bastante irritado com um médico que, depois de publicar vários artigos sobre a febre amarela e seus tratamentos, apele para a religiosidade, como se os cientistas não fossem capazes de solucionar e descobrir as causas da doença. Décio, então, está falando como alguém que acredita na ciência médica (pelo menos neste primeiro momento).

²⁰⁵ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 05/05/1883.

No dia 23/08/1883, Décio escreve uma crônica bastante interessante. Nesta crônica, ele critica e ridiculariza a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e suas práticas de ensino. Primeiro, afirma ser a faculdade uma “fonte inesgotável de balas de estalo”, depois satiriza o diretor da instituição – Conselheiro Sabóia –, seus atos administrativos, seu português errado, sua exígua permanência na faculdade, enfim, quase nada escapa ao nosso “atirador”. Quanto às aulas da faculdade, deixa bem clara sua opinião:

É ali que os rapazes têm um certo número de aulas... para inglês ver, criadas *ad majorem Sabóia gloriam* e que até agora só têm a precisa consagração nos livros de pagamentos do Thesouro Nacional.

Ao fazer esta afirmação sobre o número de aulas dos alunos da faculdade, Décio critica a formação dos que saem médicos desta instituição, o que, em outras palavras, significa dizer que, embora ele acredite na ciência médica, ele consegue fazer críticas a ela e as suas possíveis falhas. Décio ao mesmo tempo em que acredita na ciência médica, acha que esta deve ser aperfeiçoada. Porém, sua crítica não acaba aí. O verdadeiro alvo desta crônica são as aulas de cirurgia desta faculdade, que utilizam cachorros nas operações experimentais:

O que, porém, ninguém conhece como tipo, como título de recomendação à estima e admiração dos póesteros, é a tal aula de operações da mesma faculdade. Por ali passamos anteontem, e forçoso é que confessemos: jamais imaginamos que tão feliz fosse o gênero humano, que tivesse para representá-lo nas tais operações experimentais... os indefesos cães! Um consolo para os que o não são. Uma verdadeira felicidade para os pobres doentes, que, não tendo para onde recorrer, vendo-se entre a moléstia e o tal operador, só pudessem volver os olhos – para um padre. (...) Chegados lá dentro [os alunos da faculdade], encontram o professor rodeado de um certo número de vítimas para o sacrifício, o que equivale a dizer de indivíduos votados a uma demonstração científica: são os pobres, os inocentes, os miseráveis cães (...). (...) O professor, cheio de ferros e ciência, avança para um cão, e, terrivelmente inspirado, repete as palavras do livro. Depois, fazendo objeto da lição, a compressão de uma artéria ou a recessão de um membro, transforma um cão morto em um cão vivo. (...) O cão não protesta, limita-se a estrebuchar, e, ganindo um pouco, estica a canela, tão vivo como se fora um homem.

Para terminar a crônica, Décio sugere que a Câmara Municipal não gaste mais dinheiro comprando “bolinhas de estricnina”, restabelecendo assim suas finanças, e mande os cachorros para a sala de operações da faculdade de medicina. E conclui: “Haverá daí por diante um só cão leal nesta cidade?”. Com esta crônica Décio ridiculariza todo o ensino de operações da Faculdade de Medicina e o professor por ele chamado “Matta-cães” – referindo-se ao Dr. Cláudio Velho da Motta Maia. Mas não é só isso. Sua sátira tem outras implicações: primeiro desacredita as pessoas na prática cirúrgica, ele mesmo não acredita nela quando fala da felicidade do gênero humano escapando de tais cirurgias e se lamentando quando conclui que para um doente entre a moléstia e a operação só resta “volver os olhos para um padre”. É aí que parece estar a contradição: um médico, formado pela faculdade que acaba de criticar, defensor da ciência médica - como vimos na crônica do dia 05/05/1883 – cria uma personagem que desmoraliza todo o ensino daquela instituição. E não é só isso: afirma que se deve preferir recorrer a um padre, no caso de moléstia, que a um médico-cirurgião. No dia 23/07/1883 *Décio* já havia feito uma menção a esse assunto e concluía satirizando que “o lente de operações faz experiências para provar que em caso de moléstias de homens, ele sabe operar perfeitamente em cães”.

Décio assume posições bastante críticas em relação à ciência médica. Não bastassem as crônicas sobre a operação em cães, no dia 05/11/1883 o narrador brinca mais uma vez com a credibilidade dos médicos. Nesta crônica ele relata o caso de um viúvo que publicou nos “A Pedido” um agradecimento ao médico que tratou de sua falecida esposa. Surpreso diante de tal atitude, Décio levanta duas possibilidades para o anúncio: ou é um caso de extrema sinceridade ou é simplesmente um “*reclame*”. E conclui: “Em tal caso, não está longe o dia em que vejamos nos anúncios da nossa 4^a. Página: “O Dr. X... *faz viúvos e outras operações com rapidez e sem dor*”.

A dificuldade no caso de Décio, entretanto, consiste na relação estabelecida entre Demerval da Fonseca e o narrador criado por ele. Que distância existe entre a opinião de um e de outro neste caso da medicina? Demerval da Fonseca, diferentemente de Ferreira de Araújo, nunca revelou a identidade de seu pseudônimo – pelo menos não durante todo o ano de 1883. Sabemos que Décio é o pseudônimo de um médico pela sugestão de outros

narradores da série²⁰⁶, mas definir a relação entre o literato e a sua personagem parece-nos algo mais complexo. No entanto, a crítica à ciência médica e ao mesmo tempo o seu reconhecimento como única possibilidade de cura estão presentes nas crônicas deste narrador de “Balas”. Não estando nos extremos das opiniões sobre o assunto, como Lulú Sênior e Lélío, Décio se caracteriza de forma mais dúbia, mais crítica mesmo com relação àquilo em que acredita.

Passemos agora à última personagem escolhida para discutir a ciência médica: José do Egito, pseudônimo de Valentim Magalhães, narrador que sai da série no mês de novembro de 1883 e passa a escrever a coluna “Notas à Margem”, também publicada na *Gazeta de Notícias*. No dia 28/07/1883 este narrador escreve uma “bala” comentando a crônica de Lulú Sênior do dia 18/07/1883, analisada acima, na qual este narrador cobrava uma postura da Igreja em relação ao anúncio de “cura por orações”. José do Egito se diz indignado com o posicionamento de Lulú Sênior e afirma:

Se eu não soubesse que é mais de curar abusos do que erisipelas que viveis, que o vosso empenho social não é extrair as mazelas dos corpos, mas injetar a luz nas consciências, eu afirmaria intemeratamente que o móvel da tua deplorável ação fora fazer reclame à clínica. Isto, porém, não vos justifica de todo; se não foi para a vossa sardinha que puxaste a brasa, bem podia ter sido para a sardinha do *Decio*, do Gabizo, do Pedro Paulo e dos outros, que em vez do Padre-Nosso e do raminho de arruda receitam pílulas e ventosas. Em todo caso permiti que vos diga (...): andaste mal. Neste tempo de maravilhosas descobertas e de incessantes progressos na arte de despachar para o outro mundo os habitantes deste, é mais do que uma injustiça, é uma verdadeira iniquidade expelir do seio das medicinas a Bruxopathia. É tão boa como as outras e como elas, tem igual direito à vida. O que a distingue das outras é ser mais aperfeiçoada, menos materialista. (...) Em fundo, sinceramente, é uma questão que sempre *termina* em *pathas*: o *fim* é sempre o mesmo. É do livre concurso que nasce a supremacia do bem. Me parece mesmo que isto é uma idéia positivista: Ensine quem quiser, cure quem quiser. Nada de privilégios.

²⁰⁶ Nas crônicas dos dias 28/07/1883 e 20/11/1883, José do Egito e Lulú Sênior respectivamente nos sugerem que Décio é um médico. Ver *Gazeta de Notícias*.

A crônica de José do Egito realiza dois movimentos bastante interessantes: ao mesmo tempo em que defende a “bruxopathia” e a liberdade de cura, satiriza algumas práticas de cura alternativas que ele chama de “fórmulas bruxopathicas”. Um dos exemplos de que se utiliza em sua ironia é o tratamento para asma, que consistiria em pendurar no pescoço de um enfermo um “vaga-lume metido dentro de um breve”, sem que, no entanto, o paciente percebesse o conteúdo do breve. E vai além afirmando que:

Para matar os bichos nas plantas e nos animais não há melhor enxofre, nem mais evidente mercúrio do que certa **lengalenga** (grifo meu) cabalística, saída tão somente dos rezadores especialistas; (...)

Ou seja, num primeiro momento o narrador chama a atenção de Lulú Sênior para as vantagens da liberdade de cura – “É do livre concurso que nasce a supremacia do bem” -, dizendo ser a “Bruxopathia” mais um sistema médico tal como os outros que viviam em um tempo de “descobertas e de incessantes progressos na arte de despachar para o outro mundo os habitantes deste”. Além de nos sugerir completa descrença em todas as práticas de cura do período, o narrador ainda diz que negar a “Bruxopathia” e a liberdade de cura seria uma questão de “privilégios”. Conforme avançamos na leitura, tudo nos leva a crer que o autor, desacreditando em tudo, não se importa que diferentes sistemas, terminados em “patha”, convivam pacificamente, uma vez que todos matavam seus pacientes. “O *fim* é sempre o mesmo”.

Porém, num segundo momento o narrador parece desconstruir tudo o que havia sido dito na primeira parte da crônica. A “Bruxopathia” passa a ser constituída por uma porção de práticas absurdas – tal como levar um vaga-lume no pescoço sem que ele seja notado – ou então passa a ser chamada de “lengalenga cabalística”.

No final da crônica, José do Egito conclui seu texto com uma história cujo objetivo parece ser desmoralizar totalmente a “Bruxopathia”. A história consiste no sumiço de algumas moedas de prata que levantou suspeitas sobre uma mulher que havia passado pela casa pedindo “não sei o que”. Várias pessoas são então chamadas para ajudar a descobrir a verdade sobre as moedas. Estando a suspeita presente em uma conversa sobre o roubo, foi dito que o tal dinheiro desaparecido pertencia a Nossa Senhora e que por isso o ladrão não conseguiria se aproveitar dele como forma de castigo. Segundo José do Egito, no mesmo

instante em que isso foi dito a “indiciada tremeu”. Em seguida, a mulher afirmou saber uma reza infalível para “achar o perdido”, e assim entrou para o quarto e “sozinha, rezando, mexendo e remexendo” permaneceu longo tempo até que saiu dizendo ter encontrado as moedas. José do Egito conclui:

Caímos todos de joelhos, constrictos e lacrimantes, e eu, sem demora, escrevi ao bispo, narrando-lhe o inaudito e estupendo milagre. À vista do que deixo exposto, meu caro *Lulú Sênior*, estou bem convencido que fareis uma reforma completa em vossas opiniões médicas e que ireis sem demora, vós, o *Décio* e os mais sequazes das medicinas experimentais e profanas à confissão aos pés do *Apóstolo* (...).

Após a leitura da história podemos compreender finalmente esse duplo movimento da crônica de José do Egito, que parece querer confundir o leitor, defendendo involuntariamente outras práticas de cura, ou mesmo criticar todos os sistemas terapêuticos através da ridicularização da “bruxopatia”, uma vez que a igualou a todas as outras logo no início da crônica. Uma única alternativa parece ficar de fora das intenções do narrador: a defesa irrestrita da medicina oficial e legalizada. Isso nos é sugerido quando o autor afirma que todos os sistemas de cura “despacham” seus pacientes para o outro mundo. A posição de José do Egito em nenhum momento dessa e de outras crônicas – (como exemplo, temos a do dia 13/10/1883, usada logo no início deste capítulo, na qual o autor afirma ser o Rio de Janeiro a cidade das flores e dos doutores, o que explicaria o fato de a cidade ser tão cheirosa e possuir um rico quotidiano obituário) - parece ser a de total defesa da medicina, como faz Lulú Sênior, por exemplo. Porém, defini-lo como um total descrente nas ciências médicas seria negar o duplo movimento realizado na crônica do dia 28/07/1883. José do Egito parece não querer se decidir pela defesa ou pela crítica da ciência médica para que o debate seja instaurado na série, ele deseja provocar a discussão, provocar as reações de Lulú Sênior.

Assim, o que o conjunto desses tão diferentes narradores pode estar nos sugerindo é o ambiente de dúvidas e incertezas com relação à medicina vivida naquele final de século. Não são apenas os médicos e cientistas que se sentem “perdidos” em relação às causas e curas das doenças – como no caso de Domingos Freire e seus opositores; as pessoas

hesitam no que acreditar. Mesmo no caso daqueles literatos que são médicos, como é o caso de Demerval da Fonseca, não há uma homogeneidade de opinião. Ele acredita na medicina, exerce-a, mas não concorda com tudo que ela pressupõe - por exemplo, o ensino de práticas cirúrgicas. A voz da personagem de Machado de Assis, Lúlio, não é a única a demonstrar perplexidade diante de tantas ciências que se afirmam verdadeiras e que se negam mutuamente, a dúvida e a insegurança parecem estar presentes no discurso de todos, com exceção de Lulú Sênior - médico convicto. A série “Balas de Estalo”, reunindo essas diversas opiniões numa mesma coluna, nos ajuda a reconstruir esse ambiente de perplexidade, no qual as pessoas estão sendo vacinadas sem sequer ter a certeza de que aquela é realmente a cura para a febre amarela, ambiente no qual os médicos mais conceituados do período estão brigando e discutindo diariamente nas páginas dos principais jornais da cidade. “Balas” nos dá, então, seu testemunho sobre as incertezas da ciência médica, nos mostra as contradições dessa ciência, seu caráter multifacetado e impreciso, as disputas que fomentaram a desconfiança nos mais variados grupos sociais. A partir do tema da ciência médica está instaurado um debate entre os narradores da série.

Medicalização ou não da sociedade

Há muito que a historiografia vem questionando a idéia de “medicalização da sociedade” suscitada nos trabalhos de Roberto Machado²⁰⁷, Kátia Muricy²⁰⁸ e Jurandir Freire Costa²⁰⁹. Escrito nos anos de 1970, o texto de Roberto Machado vai construir a noção de uma “medicina social” para o século XIX, cuja maior preocupação seria a “prevenção” das doenças e na qual o médico é visto como um “cientista social”. Essa medicina seria não só voltada para o indivíduo, mas para a sociedade como um todo. Segundo o autor, o médico passa a ser um “analista de instituições”, um “planejador urbano”, o responsável por transformar a “cidade doente” e neutralizar todo o “perigo possível”²¹⁰. A medicina, então, é vista por Machado como um instrumento de poder do Estado, como uma ciência que tem a responsabilidade de regular e disciplinar a sociedade.

²⁰⁷ MACHADO, Roberto (org.). Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

²⁰⁸ MURICY, Kátia. A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

²⁰⁹ COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 4^a. ed, 1999.

²¹⁰ Machado, *op.cit.*, pp153-154.

Ocorre, então, o que Machado chama de processo de “medicalização da sociedade”, que seria o “reconhecimento que a partir do século XIX a medicina em tudo intervém e começa a não ter mais fronteiras”²¹¹, um processo de institucionalização e reconhecimento do saber médico.

Muitos são os autores que problematizam essa noção de “medicalização”, afirmando que o autor, ao defender a idéia de imanência política do saber médico, ignora as divergências, as resistências e os grandes conflitos gerados ao longo de todo o século XIX no processo de estabelecimento da ciência médica como hegemônica. Para Gabriela Sampaio, por exemplo, Roberto Machado

(...) acaba exagerando na idéia de imanência política do saber médico, afirmando ser a “medicina social” do século XIX um verdadeiro instrumento técnico-científico “a serviço do Estado”. A “medicina”, esse termo abstrato e abrangente, que pode englobar tanto diferentes médicos científicos como também uma grande diversidade de pacientes que se relacionavam com eles, passa a ser o sujeito de seu estudo, o autor ignora as diferenças e divergências profundas presentes na corporação médica (...) O fato de a “medicalização da sociedade” estar sendo imposta pelos médicos higienistas não significava em hipótese alguma que toda a sociedade estivesse aceitando facilmente as regras. Ao contrário, costumes e hábitos relacionados a doença e cura de diferentes grupos sociais vinham sendo mantidos; os médicos, ainda que com mais poder junto aos órgãos públicos, não tinham conseguido suprimir práticas “bárbaras” como o curandeirismo, ou outros “embustes” do “vulgo”²¹².

Para a autora é necessário verificar as outras respostas dadas a essa tentativa de “medicalização” da sociedade e legitimação do saber médico, analisar como os diferentes grupos sociais reagiam a esse saber médico. Segundo ela, sentimentos de medo, de descrédito em relação aos médicos, estiveram presentes durante todo o século XIX, “vindos aliás de longa data”²¹³.

²¹¹ Idem, p.156.

²¹² Sampaio, Gabriela dos Reis. *Op.cit.*, 35-36.

²¹³ Sampaio, *op.cit.*, p73..

Outros são os textos que contestam a idéia de um processo homogêneo e evolutivo da efetivação do saber médico. Primeiramente temos Beatriz Teixeira Weber nos falando da experiência da medicina no Rio Grande do Sul em finais do século XIX e começo do XX. No livro As artes de curar²¹⁴, a autora acompanha toda a dificuldade dos médicos em estabelecer sua ciência, nos dá uma idéia do contexto, dos conflitos e da diversidade que a medicina teve que enfrentar no Rio Grande do Sul. Nos mostra como foi difícil manter desde uma coesão profissional entre os médicos até se impor num lugar onde o exercício profissional da cura era livre. Beatriz Weber nos fala do convívio conflituoso das diversas práticas de cura e no esforço que teve que ser realizado pela classe médica para se promover como praticante de uma ciência homogênea e organizada.

O livro relata múltiplos processos pelos quais a medicina passou para se instituir como prática oficial de cura, narrando uma experiência diferente daquela vivida na cidade do Rio de Janeiro. Mostra que, em alguns lugares, os médicos não tinham como combater legalmente outras práticas de cura, sendo, dessa forma, obrigados a conviver com o diferente, tendo mesmo que aceitar a fundação de uma faculdade de medicina homeopática em 1914. Influenciado pelo Positivismo, o Rio Grande do Sul, permitindo a liberdade profissional, presenciou um dos mais complexos processos de efetivação do saber médico.

Outra experiência interessante é a da Amazônia, relatada por Aldrin Moura de Figueiredo²¹⁵, trabalho que mais uma vez nos mostra as inúmeras resistências enfrentadas pela medicina. Aldrin Figueiredo discute em seu texto a forma como Belém do Pará foi palco de uma das mais acirradas disputas entre medicina oficial e “práticas terapêuticas e de curas ministradas pelos pajés”. Além do fato de tirar o Rio de Janeiro do centro da questão sobre o estabelecimento do poder médico, o texto de Aldrin Figueiredo é também importante porque mostra como a medicina teve que dialogar com outras práticas de cura para se instituir como saber científico na Amazônia. O autor analisa a grande resistência por parte dos pajés e a luta travada por eles pela manutenção de suas práticas religiosas, fala de como eles não ficaram alheios ao debate que estava ocorrendo sobre a medicina, a ciência e a cura de doenças. O texto de Aldrin Figueiredo nos revela algo ainda mais

²¹⁴ WEBER, Beatriz Teixeira. As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928. Santa Maria: Edusc/Ed. UFSM, 1999.

²¹⁵ FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Anfiteatro da Cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XIX” in Artes e Ofícios de Curar no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

interessante: a forma como os pajés se apropriaram do discurso “científico” e o reconstruíram dentro de sua lógica, mostrando-nos a multiplicidade de leituras possíveis sobre a ciência. Os pajés efetivamente se munem com as “armas do inimigo”, segundo o autor, e chegam a lançar em 1887 um panfleto denominado “Pajés Científicos” para dialogar com seus opositores.

Este conflito entre a medicina oficial e os pajés gerou, na opinião de Aldrin Figueiredo, uma “institucionalização precoce da medicina como ciência na Amazônia”. Segundo ele, foi a força do embate entre esculápios e pajés que tornou mais evidentes as contradições nos discursos e nas práticas médicas. E conclui:

A teima dos pajés amazônicos em continuar a tratar de seus doentes no seu anfiteatro da cura, (...), é a resposta contrária mais eloqüente a qualquer história unívoca que se queira construir sobre as práticas médicas e concepções médicas no Brasil das primeiras décadas do século XX²¹⁶.

Muitos são os textos que nos mostram as diferentes formas de resistência e conflitos gerados em torno do saber médico durante todo o século XIX. Jaime Benchimol²¹⁷ nos relata parte desses conflitos ao analisar a trajetória de Domingos Freire e sua vacina contra a febre amarela. Ele demonstra como a “entronização do pasteurismo” no Brasil não se deu de forma passiva, de como foi preciso persuadir muitos médicos e higienistas. Além da teoria de Pasteur, o autor analisa todo o processo de criação de uma vacina – que naufragou – mostrando como não havia uma homogeneidade de opiniões dentro de classe médica e como existia um intenso conflito entre os diversos médicos e suas teorias. O trabalho de Benchimol contribui também na desconstrução da idéia de uma “medicalização da sociedade”, pois evidencia os conflitos dentro da própria classe médica, aponta a falta de um consenso entre os médicos e no interior da ciência produzida por eles.

Também sobre as reações ao saber médico temos o livro de Sidney Chalhoub – *Cidade Febril*²¹⁸, que discute, entre outras coisas, o alcance real das práticas higienistas e as respostas sociais às políticas de saúde pública. A reação à vacina contra a varíola em 1904 é

²¹⁶ Figueiredo, *op.cit.*

²¹⁷ Benchimol, *Dos micróbios aos mosquitos, op.cit.*

²¹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

vista pelo autor como o resultado de um conjunto de tradições, valores e experiências vividas pelos atores da revolta. A história da vacinação antivariólica no Brasil e até o conteúdo cultural das religiões africanas são evocados pelo autor para a compreensão da resistência à vacina em 1904. Segundo ele, tal resistência remetia, entre outras coisas, ao antigo medo da população em relação à vacina contra a varíola – a “vacinophobia”.

Mais uma vez, então, podemos observar o medo e a descrença em relação ao saber médico, confirmando a dificuldade que ele teve em estabelecer-se como ciência legítima e reconhecida. Assim, não há como falar em um processo homogêneo e evolutivo da institucionalização da medicina no Brasil. Ela sofreu resistências dos mais variados grupos sociais, teve que lutar durante todo o século XIX para a concretização da sua legitimidade. Várias são as formas de perceber essa dificuldade enfrentada pela medicina e as resistências enfrentadas por ela, como exemplificamos em alguns trabalhos aqui discutidos. “Balas de Estalo” certamente é também uma forma de analisar esses conflitos, de perceber as discontinuidades da história do saber médico. Como foi mostrado neste capítulo, os narradores da série, ao discutir a ciência médica nas páginas da *Gazeta de Notícias*, também estão construindo uma memória sobre este assunto. Entender como esses intelectuais percebem e comentam essas práticas médicas é também entender como eles tentam influenciar seus leitores sobre a questão. E é Gabriela Sampaio quem mais uma vez nos ajuda a entender a importância da imprensa nas questões relativas à medicina:

Se muitas vezes os grandes jornais assumiam declaradamente a bandeira do combate a tudo que era considerado charlatanismo, em outros momentos eram eles mesmos que faziam duras críticas aos doutores, denunciando suas imperícias, criticando absurdos por eles cometidos, e ironizando duramente a classe médica. Isso tudo sem deixar de abrir espaço para que outras posições se manifestassem, tanto no que dizia respeito ao ataque aos respeitados médicos, quanto na espinhosa questão da liberdade e do exercício da medicina²¹⁹.

Partindo da idéia de que a imprensa abria espaço tanto para defesa quanto para a crítica aos médicos, como entender este duplo movimento e, muitas vezes, essa contradição

²¹⁹ Sampaio, *op.cit.*, p13.

– como no caso de Domingos Freire, relatado por Benchimol e nas “Balas de Estalo”? Qual é de fato o papel da imprensa e dos literatos na constituição e legitimação do saber médico?

Uma vez ressaltada a importância da imprensa nesta discussão, passemos agora para a análise de uma idéia muito comum sobre um dos grandes críticos da ciência médica que atuava com bastante frequência nos jornais do período: Machado de Assis. Kátia Muricy, em Razão Cética²²⁰, afirma que Machado foi bastante crítico em relação às correntes científicas do período e, em especial à psiquiatria, rompendo com a “medicalização aceita pelos setores progressistas da sociedade”. Segundo ela, o autor produz uma espécie de “texto negativo”, “de escritura de resistência capaz de revelar criticamente os objetivos totalizadores da estratégia médica regularizadora do social ou, no mínimo, a validade de suas pretensões universais”²²¹. Na obra de Kátia Muricy temos a impressão de que Machado de Assis era uma voz dissonante em meio à “medicalização da sociedade”. Ele parece ser um dos poucos que conseguiam resistir e questionar esse processo de institucionalização do saber médico. Ao ler “Balas de Estalo”, ou mesmo o panfleto “Pajés Científicos”, citado por Aldrin Figueiredo, percebemos que a crítica à ciência médica extrapola para os mais diversos setores da sociedade. No dia 02/07/1883, Machado escreve uma crônica sobre a dosimetria e no decorrer do texto reduz os limites que teoricamente separam a ciência da religião. Em 1887, os pajés amazônicos escrevem um panfleto no qual se apropriam do discurso científico, mostrando o caráter multifacetado da ciência e das suas percepções. O que os pajés fazem, de certa maneira, é também aproximar dois campos que a princípio parecem opostos. José do Egito também realiza um exercício bastante interessante nesse sentido. Em sua crônica do dia 28/07/1887, compara a “bruxopathia” com todos os outros sistemas terapêuticos existentes no período. Ciência e religião estão juntas novamente.

Transbordando os limites da série temos também um conto escrito por Machado de Assis em maio de 1883 e publicado no mesmo jornal que “Balas de Estalo” – “Conto Alexandrino” – que entre outras coisas comenta a crueldade dos cientistas Stroibus e Pítias para com os ratos que usam em suas experiências, tudo legitimado pelas necessidades da ciência. O conto se encerra de uma maneira que, no mínimo, nos remete à discussão

²²⁰ MURICY, Kátia. A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

²²¹ Muricy, *op.cit.*, p.16.

levantada por Décio no dia 23/07/1883: o uso de cães nas aulas de operação da faculdade de medicina. Depois da morte dolorosa de Stroibus e Pítias, também ironicamente “em nome da ciência”, o conto é concluído da seguinte forma:

Diziam os alexandrinos que os ratos celebraram esse caso aflitivo e doloroso com danças e festas, a que convidaram alguns cães, rolas, pavões e outros animais ameaçados de igual destino, e outrossim, que nenhum dos convidados aceitou o convite, por sugestão de um cachorro, que lhes disse melancolicamente: - “Século virá em que a mesma coisa nos aconteça”. Ao que retorquiu um rato: “Mas até lá, riamos!”²²².

Publicados no mesmo ano, ambos os textos, os de Décio e Machado de Assis, estão de certa forma comentando um assunto em comum: a crueldade imposta pela ciência àqueles a quem julga “inferiores”. Machado não está sozinho na crítica, ao ridicularizar alguns procedimentos usados pela ciência para realizar as suas “descobertas”. O autor se aproxima do discurso de Décio que, além de se comover pelo destino dos cães, satiriza o ensino de cirurgia praticado pela ciência médica. De uma forma geral, ambos estão desconstruindo a legitimidade científica. Machado, então, não está sozinho nesta resistência à “medicalização” citada por Kátia Muricy. Muitos estão desconfiados e perplexos diante das contradições, das imperícias e das incertezas da medicina. Além dos literatos, temos os pajés, os curandeiros, as pessoas que se recusam a serem vacinadas contra a varíola, entre muitos outros exemplos. “Balas de Estalo” é, então, mais um meio de perceber essas resistências, mas também é um modo de ver Machado escrevendo coletivamente sobre os principais assuntos do período, dialogando com outros narradores e não se perpetuando como uma voz única e isolada.

²²² ASSIS, Machado de. “Conto Alexandrino” in Contos: uma antologia. Vol. II/ Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

Capítulo 4: “Balas de Estalo” e a construção de um sentido político

Em outro tempo, a religião representava no Rio de Janeiro um papel muito importante. As festas de igreja eram feitas com grande luxo. As procissões tomavam proporções extraordinárias. (...) Depois os tempos mudaram. Veio o movimento político, que deslocou a atenção. Veio a imprensa jornalística e a sua polêmica acerba, a mofina, o folhetim, a pedido, o romance. Veio o teatro, a mágica, o acréscimo da população. Veio o vapor, o trato freqüente e rápido com a Europa, colocar os dois continentes na situação de vasos de líquidos comunicantes que por fim se nivelam. Veio o bonde, a imensa, a maior força de transformação que já incidiu sobre esta cidade. Pouco a pouco foi esboroando-se a velha organização. Sentimentos, idéias, ações, pontos de vista, intuitos, foi tudo mudando com maior ou menor lentidão (...) A religião não podia ficar de pé, quando as suas companheiras tombavam²²³. Mercutio

Tudo está mudando, é o que afirma Mercutio²²⁴ na crônica inaugural de “Balas de Estalo”, publicada em 3 de abril de 1883. Os bondes, a velocidade, a imprensa em novos moldes e um novo movimento político imprimem um ritmo diferente à cidade do Rio de Janeiro e abalam as principais instituições do período. As idéias mudavam com o “trato freqüente e rápido com a Europa” e antigas estruturas da sociedade e do pensamento viam-se ameaçadas. O convívio entre diversas religiões na capital do país – entre elas o espiritismo, as “feitiçarias” e o positivismo – temas de Mercutio nesta crônica – atestavam que não mais era possível ignorar que as discussões sobre um novo futuro para o país estavam no ar. A religião católica não mais reinava solitária, pois o número de adeptos do Pai Quibombo²²⁵, de Alan Kardec e de Comte crescia a cada dia e evidenciava as

²²³ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 03/04/1883.

²²⁴ Mercutio é o pseudônimo usado por Capistrano de Abreu em “Balas de Estalo”.

²²⁵ Pai Quibombo – José Sebastião da Rosa (Juca Rosa) – foi um “célebre feiticheiro” muito conhecido no Rio de Janeiro durante o império. Tinha sua imagem associada a poderes sobrenaturais, e foi uma figura bastante polêmica no período. Acusado de corruptor de mulheres e charlatão por realizar “estúpidas feitiçarias”, adquiriu uma grande influência entre os mais diversos setores da sociedade carioca. Juca Rosa foi preso em 1871, sob a acusação de estelionato, pela qual foi julgado e condenado a seis anos de prisão em 1872. Ver Gabriela dos Reis Sampaio, “Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial” in *Artes e ofícios de curar no*

fragilidades das instituições ligadas à monarquia. Pai Quibombo com seu curandeirismo e os espíritas associados aos homeopatas propunham novas práticas de cura para além da medicina oficial, “menina dos olhos” do imperador na forma da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Comte e os seus seguidores, por sua vez, defendiam o fim da escravidão, a separação entre Estado e Igreja e viam na República o único regime capaz de conduzir o país ao progresso²²⁶. Pouco a pouco, como acreditava Mercutio, a velha organização daquela sociedade ia se “esboroando”, e as antigas “procissões” não mais satisfaziam as multidoes.

“Balas de Estalo”, publicada entre os anos de 1883 e 1887, acompanhou de perto estas transformações da cidade carioca e do país. Assuntos como política imperial, religião, medicina, escravidão, imigração, polícia e mesmo a própria imprensa fizeram parte esta série, que registrou as tensões políticas e sociais que desde a década anterior marcavam o cotidiano da política brasileira. Em 1880 sentiam-se ainda os efeitos da promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) que, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “foi a primeira clara indicação de divórcio entre o rei e os barões”²²⁷ -, da fundação do partido republicano em 1872, das crescentes instabilidades políticas e variações ministeriais que foram se acirrando a partir de 1869²²⁸, assim como da chamada “Questão Religiosa”, ocorrida em 1874, que

Brasil: capítulos da história social. Sidney Chalhoub et al. (org.) – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

²²⁶ O positivismo, em termos gerais, tem como pressupostos básico uma crença inabalável na ciência e no primado da razão. Segundo esta doutrina, a história seria regida por leis imutáveis, científicas ou positivas, passíveis de apreensão por parte do homem, sendo a lei fundamental a evolução. Desde pelo menos 1844, há notícias de idéias positivas no Brasil, quando foi defendida uma tese em curso de filosofia na Bahia. A partir daí, mas, sobretudo nos anos de 1870, quando o país passou a discutir frontalmente a escravidão, a união do Estado e da Igreja, e o próprio regime monárquico, registram-se referências ao pensamento de Comte em livros, cursos, jornais, debates e manifestos republicanos. Apesar das diferenças entre os positivistas, havia assuntos sobre os quais todos eles concordavam, como a abolição da escravidão e o republicanismo. Aos positivistas era proibido ter escravos. Muitas bandeiras do positivismo, como a instituição do casamento civil, a secularização dos cemitérios e a reforma do ensino militar, encontravam boa acolhida entre os grupos médios urbanos e foram implementados no alvorecer do novo regime. Ver Vainfas, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp 586-587.

²²⁷ Divórcio que ficaria ainda mais patente com a Lei dos Sexagenários em 1885 e, finalmente, com a abolição em 1888. Ver Carvalho, José Murilo de. O Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª. Edição revisada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p297.

²²⁸ Para Sérgio Buarque de Holanda, a monarquia começa a viver o seu declínio político em 1869, devido à súbita mudança política vivida neste ano e com instabilidade administrativa por ela

abalaria as relações entre a monarquia e a Igreja e que suscitaria grandes debates sobre quais seriam os papéis desta instituição naquela sociedade. Em 1878, tem-se ainda a volta dos liberais ao poder com o gabinete Sinimbu, que marcou o fim do ostracismo político de dez anos do Partido Liberal, e que renovava as esperanças sobre a retomada de discussões sobre as reformas judiciária, do ensino, das eleições e, principalmente, da abolição da escravidão, propostas sempre defendidas pelo programa daquele partido político.

Na década de 1880 ocorre ainda a famigerada Revolta do Vintém - que marca definitiva e profundamente a “cultura política” do Rio de Janeiro naquele momento, uma vez que o debate político alcançava as ruas da cidade e se transformava em um dado essencial no jogo do poder político no império²²⁹-, como também a fundação da Confederação Abolicionista e a extinção da escravidão no Ceará e no Amazonas, em 1884, que acirram ainda mais o debate sobre o fim da escravidão. Com a subida do gabinete ministerial chefiado por Manuel Pinto de Sousa Dantas, tem-se também o início da discussão do projeto de lei para a libertação dos escravos sexagenários e a sua posterior promulgação em setembro de 1885.

O abolicionismo ganhava, então, cada vez mais espaços no Parlamento, na imprensa e nas ruas da cidade. Segundo Maria Helena Machado, “largas fatias das camadas médias, mal agasalhadas pelos figurinos políticos do império, juntamente com o populacho turbulento e desenraizado que o inchamento das cidades gerava, sem gerir, engajavam-se no movimento abolicionista, imprimindo neste as marcas peculiares de um difuso protesto contra a ordem patrimonialista, que a proeminência dos fazendeiros delimitava”²³⁰. Para a autora, o abolicionismo recrutava seus pares entre os setores mais variados da sociedade,

ocasionada. Ver Holanda, Sérgio Buarque de (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 5º. São Paulo: Difel, 1977.

²²⁹ Instintivamente, o Motim do Vintém anunciou o início de um novo estio político. Não apenas nas interpretações acirradamente divergentes constituíram-se em torno da própria revolta, como também pela particularidade de haver um número considerável de moradores da cidade que se adiantaram, envolvendo-se em novas formas de participação. Os manifestantes conseguiram arrastar a política das salas do Parlamento para as praças da cidade, enquanto os amotinadores tornavam realidade o fato bruto de que a violência de rua podia fazer parte da equação política. Para as autoridades, a presença desses novos personagens veio justificar uma força policial em prontidão e até mesmo, o recurso à repressão armada. Ver Graham, Sandra Lauderdale. “O Motim do Vintém e a Política do Rio de Janeiro 1880” in Reforma e Revolução, Rev. Bras. de Hist., São Paulo: vol.10 no. 20, pp. 211-232, mar.91/ago/91.

²³⁰ Machado, Maria Helena. O Plano e o Pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Edusp, 1994, p16.

desde a classe média até a “temida arraia-miúda” urbana que, segundo ela, “nas cidades da década de 1880 mostrava sua feição combativa nos motins urbanos, nos *meetings* abolicionistas e nos confrontos de rua”, onde a “plebe não titubeava em enfrentar as forças identificadas com a ordem escravocrata”. Nesse contexto, o Poder Moderador utilizado por Dom Pedro, as práticas políticas do império, as eleições, a escravidão, a imigração e o papel da Igreja na sociedade tornavam-se alvos de muitas críticas e polêmicas. A discussão sobre a política nacional conquistava novos espaços e a imprensa não podia se ausentar deste cenário de debates. Era uma época de incertezas políticas e a imprensa parecia desempenhar um importante, tal como já havia feito em outros momentos da história do império.

O jornal foi, então, se consagrando, nestas situações de incertezas e transições, como “instrumento necessário da prática política, atuando contra e a favor do estado, movimentando-se entre os diversos grupos, facções e partidos, formações e manifestações, dentro da espaço de discursividade política nacional”²³¹. Segundo Lavinia Madeira Ribeiro, a imprensa trazia o registro da diversidade deste jogo político, atuando nas diferentes posições do confronto²³². Já no período regencial no Brasil a imprensa já representava um instrumento importante no jogo político do império. Através dela, alguns segmentos sociais procuravam participar ativamente da política, não só vivendo, mas sendo responsáveis por um contexto de expectativa de transformação de poder e da cultura política, desencadeado pela independência e pela abdicação²³³. Leituras coletivas em torno dos pasquins afixados em praças ou largos eram atos que faziam parte do cotidiano das disputas políticas na regência, fazendo da imprensa um importante veículo de discussão política²³⁴. Segundo Ivana Stolze Lima, “a imprensa, como a política, era um teatro”, sendo ela mesma “uma forma de representação do drama social”, funcionando como “uma cena em que cada título constitui um ator personagem, com suas falas, imprecações, notícias, denúncias, zombarias e convencimentos, teatralizando a política”²³⁵. Para a autora, dessa teatralização surgia uma

²³¹ Ribeiro, Lavinia Madeira. A institucionalização do jornalismo no Brasil: 188 – 1964. Março, 1998. Unicamp, Doutorado. Orientador Dr. Antonio Augusto Arantes.

²³² Ribeiro, *op.cit*, p338.

²³³ Lima, Ivana Stolze. Cores, Marcas e falas: sentidos da mestiçagem no império do Brasil, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p 31.

²³⁴ Lima, *op.cit*, p35.

²³⁵ Lima, *op.cit*, p37.

ampliação do jogo de uma platéia que podia se tornar ativa, uma proliferação de autores, uma enxurrada de impressos que faziam da rua um lugar de política²³⁶. Os pasquins constituíam-se como encenação pública, na qual reinavam as polêmicas entre periódicos com títulos personificados, tais como *A Aurora Fluminense*, *O Cabrito*, *O Independente*, que figuravam como “personagens” da cena periódica e, portanto, da cena política²³⁷. Era através do debate, da polêmica, das brigas “incendiárias” que estes jornais tornavam públicas as questões políticas, publicando os debates na câmara dos deputados, discursos de certos membros, posicionamento sobre os projetos discutidos²³⁸. A palavra impressa exigia, então, a formação de opinião, exigia do leitor participação e cumplicidade.

Isabel Lustosa em seu livro Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência²³⁹ também mostra como a imprensa foi, na transição do reino unido para o país independente, o laboratório onde tiveram lugar embrionários e imprevisíveis formas de competição política. Segundo a autora, este foi um “momento vibrante, onde se assistiu a um processo de liberalização política sem precedentes na história, cada um escrevia e assinava o que bem entendia. Os jornais não noticiavam, mas produziam acontecimentos”²⁴⁰. O período, estudado por Lustosa, 1821-1823, se destaca, então, pela intensa participação da imprensa na busca de uma definição do formato político que a nação brasileira tomaria²⁴¹. A imprensa já nascia, então, comprometida com processos revolucionários, pois vivia momentos de radicais transformações das instituições.

E não foi diferente nos últimos anos da monarquia, tão conturbados quanto os da independência e os da regência. A imprensa novamente parecia desejar levar a discussão política para as ruas. Com o aumento da tiragem de jornais como a *Gazeta de Notícias*, cada vez um número maior de pessoas podia acompanhar os acontecimentos políticos e as discussões suscitadas por eles nas páginas dos principais periódicos da cidade. A discussão das instituições, o futuro da monarquia, da união entre Igreja e Estado e, principalmente, da escravidão passam a ocupar os principais espaços da imprensa.

²³⁶ Lima, *op.cit.*, p37

²³⁷ Lima, *op.cit.*, p39.

²³⁸ Lima, *op.cit.*, p40.

²³⁹ Lustosa, Isabel. Insultos impressos: a guerra do jornalista na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁴⁰ Lustosa, *op.cit.*, p16.

²⁴¹ Lustosa, *op.cit.*, p16.

E nesse novo momento vivido pela imprensa na década de 1880 podemos ressaltar a importância da literatura e dos literatos nesse processo de ampliação da discussão política. Segundo Lavinia Ribeiro, a “literatura, a seu modo, passou a forjar o seu próprio missionarismo patriótico”²⁴² e os literatos, que cada vez mais se incorporaram nas páginas dos jornais, estreitando os interesses entre literatura e imprensa, tomaram para si o compromisso de questionar e renovar velhos hábitos e instituições ligados, segundo eles, ao “atraso colonial”²⁴³. Segundo Ribeiro, é nesse movimento que a imprensa das três últimas décadas do século XIX “diversificou seu acervo temático e formal”. “Ao dinamismo imposto pelas inovações estruturais no seu modo de vida urbano corresponderam uma expansão qualitativa nas formas de diálogo no espaço público intersubjetivamente promovido pela imprensa”²⁴⁴. Ribeiro afirma que o “jornalismo cultural procurou, de certa forma, tematizar experiências até então não atingidas pela discursividade pública política. Críticas literárias, resenhas, ensaios, polêmicas de longo curso sobre o que deveria ser considerado como próprio à nacionalidade brasileira”²⁴⁵. Não só a imprensa incorporava essas novas formas e temáticas, como os literatos “abriam mão do puro subjetivismo e estilística literários em favor de um realismo e de um certo compromisso com a sociedade”, características oriundas do discurso jornalístico²⁴⁶.

A crônica, para a autora, incorporava em grande parte essa intensa colaboração estabelecida entre literatos e imprensa. Segundo Ribeiro, dessa intersecção com a esfera literária emergiram gêneros próprios da sua especificidade discursiva, voltada para a “atualização temática dos elementos da paisagem e da experiência urbana”. Para a autora, a crônica literária foi uma das resultantes mais exploradas nesse convívio. Temas como a sanitização da cidade, problemas sociais, questões de segurança, de exploração de menores, políticas de emprego circulavam por estes textos, encarregados de levar as discussões do cotidiano da cidade ao maior número de leitores possível²⁴⁷. Para Ribeiro, o jornalismo das três últimas décadas do império dedicou progressivamente espaços cada vez mais significativos aos assuntos relativos à emergência da urbanidade e seus correlatos

²⁴² Ribeiro, *op.cit.*, p155.

²⁴³ Sobre essa questão ver Leonardo Pereira, *op.cit.*

²⁴⁴ Ribeiro, *op.cit.*, p159.

²⁴⁵ Ribeiro, *op.cit.*, p159.

²⁴⁶ Ribeiro, *op.cit.*, p160.

²⁴⁷ Ribeiro, *op.cit.*, p160.

impasses. A vida política, econômica, cultural e social da cidade ganhavam cada vez mais espaços na imprensa.

Envolvidos com as questões da cidade e da nova configuração urbana do espaço social, estes cronistas, entretanto, também estiveram intimamente envolvidos com as discussões políticas do momento. E uma das formas encontradas pela imprensa para levar ao público estas questões foi a criação de séries cronísticas atentas ao cotidiano da cidade, bem como à vida política no império. de crônicas “Balas de Estalo”, por exemplo, foi a maneira encontrada pela *Gazeta de Notícias*. Sem abdicar do humor, esta série adentrava neste palco de tensões e se encarregava de trazer o leitor para a discussão sobre um novo futuro para o país.

Os temas políticos de “Balas de estalo”

Apesar dos muitos temas que circularam pela série – tais como teatro, literatura, medicina, imprensa, carnaval – nenhum deles ganhou tanto destaque quanto o cotidiano da política imperial. Ao longo de sua publicação, “Balas de Estalo” fez da política, da troca de ministérios, das finanças, das eleições, do dia-a-dia no Parlamento seus ingredientes principais. Por ela, passaram nada menos que cinco gabinetes ministeriais – Paranaguá, Lafayette Rodrigues, Manuel Pinto de Sousa Dantas, Saraiva e finalmente Cotegipe -, e também as primeiras experiências eleitorais posteriores à Reforma de 1881. Através de comentários bem humorados, a política nacional foi observada e criticada de forma sistemática pelos diversos narradores da série, não poupando o imperador, a religião ou qualquer outra instituição que estivesse ligada a antigas práticas políticas.

A Câmara de Vereadores, por exemplo, foi tema de divertidas crônicas sobre administração pública. Os vereadores, ao longo do ano, foram caracterizados pelos cronistas como verdadeiros “pândegos”, cuja função maior era servir de assunto para a série e oferecer ao público carioca espetáculos burlescos, tais como as famosas “touradas” e “cavalinhos”²⁴⁸. Caracterizar o legislativo municipal como uma fonte inesgotável de “balas de estalo” foi tarefa exercida por todos os narradores da série. Para Zig-Zag, a Câmara destacava-se pelo seu “brilhantismo” e por “servir de assunto para tudo”²⁴⁹. A crônica de

²⁴⁸ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 13/05/1883.

²⁴⁹ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 15/04/1883.

Zig-Zag do dia 15/04/1883 é um exemplo de como os narradores da série viam esta instituição política:

Já toda a gente sabe de cor e salteado o que se tem passado entre a ilustríssima e o Exm. Ministro do império. Este estadista, à última hora, converteu-se à ciência do Dr. Maximiliano de Carvalho, à homeopatia. À câmara ou parte dela, foi lá à casa e queixou-se que estava sofrendo de uma moléstia endêmica: os capangas. Imediatamente o Sr. Ministro receitou – tome capangas. *Similia similibus*. E depois foi para o Diário Oficial explicar o receituário. S. Ex. recorreu ao seu formulário e lá encontrou – para combater capanga, só capangas. E ficou muito satisfeito, consigo e com sua ciência. Chegou mesmo a confessar a si mesmo – que não há posição mais cômoda para um ministro do que deixar de o ser. Segundo o seu escrito, publicado nos *a pedidos* do *Diário Oficial*, o governo tem conhecimento de que há capangas nas sessões da câmara municipal.

Como isto de ter capangas é apenas uma questão de gosto, com ter gatos franceses de pêlo comprido ou papagaios que digam brejeirices, o Sr. Ministro, como parcela do poder público, limita-se a aconselhar que o presidente da câmara que tenha uma cousa, que ele confessa não ter – forças. O Sr. está anêmico, está débil, está depauperado: pois faça ginástica, levante pesos, pendure-se num trapézio, dê dez voltas e caminhe cinco léguas.

- Mas senhor, eu não posso nem com um gato.
- É o mesmo, faça o que lhe digo se quer se curar.

Fisicamente seria esta situação do presidente da Câmara, perante o governo, se se tratasse de força física. Como, porém, se trata de força moral, o caso é ainda mais metafísico. Em vista do que o governo, reconhecendo que nas deliberações da câmara, quer por parte de um partido, quer por parte de outro, domina o elemento *capanga*, confessa que nada tem a fazer. O capanga é, pois, uma instituição tão legítima, tão reconhecidamente salutar, como todas as que figuram na constituição. É um direito do pacto fundamental, onde ele se exercita nada tem que ver com o poder executivo, só uma constituinte poderá revogar²⁵⁰.

“Instituição democrática”, eleita para representar os legítimos interesses da população, a câmara municipal era, entretanto, “vítima” do uso de capangas. Consultado

²⁵⁰ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 15/04/1883.

sobre o problema, o “homeopata” e ministro do império – Visconde de Paranaguá, amigo pessoal de Dom Pedro II – receita que os vereadores reclamantes levem também à Câmara seus próprios capangas, tal como o princípio da homeopatia *Similia similibus*, segundo o qual semelhante trata o semelhante. Zig-Zag, narrador atento das atividades das Câmaras Municipal e dos Deputados, afirma que o uso de capangas nada mais era que uma forma política “legítima” consagrada pela Constituição, texto que, entre outras coisas, legitimava também o Poder Moderador, a existência da escravidão, as eleições que excluía grande parte da população da escolha de seus governantes e que submetia todos os cidadãos a uma religião oficial. Nessa estrutura política, que previa como faculdades do imperador fazer e desfazer ministérios e dar e tirar o poder político desse e daquele partido, e em uma realidade na qual era sabido por todos que as eleições só vinham confirmar os interesses dos que já estivessem no poder, o uso de capangas pareceria “natural” ao ministro do império.

Em “bala” de 02/09/1884, por circunstância da volta dos 21 vereadores que haviam sido suspensos pelo então ministro do império Francisco Antunes Maciel, por abandonarem seus cargos em novembro de 1883, Publicola, outro “baleiro” atento às atividades da Câmara, também revela o quanto a casa era vista como um lugar onde o “cacete” era a forma parlamentar mais convincente daquela instituição:

Quer dizer que dentro em pouco vamos aplaudir os discursos daquele Sr., vereador, que não se cansava de os impingir aos seus colegas, mesmo nos dias em que a palavra não era a melhor arma, e em que o cacete elevava-se a altura de um princípio, como o melhor argumento nas discussões incandescentes daquele recinto. Como voltarão eles? Pergunta-se. Que intenções animam-os agora, depois de um interregno forçado, depois que um pesado castigo puniu-os, e tão violentamente? (...) Somente o que se pode esperar, é que venham mais cordatos e pacíficos, após o prolongado jejum a que os forçou a portaria do Sr. Maciel; (...) Quero crer que nem por coincidir com a terminação das touradas no circo da rua do Visconde de Itaúna, com o regresso dos vinte e um às suas poltronas, recomece o charivari no paço do Campo da Aclamação. Se os ilustres edis tiverem em consideração o fato de ser tão efêmero e curto o seu reinado, é de crer que a algazarra substitua a calma nas suas

discussões, e que o cacete e a descompostura cedam lugar por uma vez à lógica e ao bom senso, daquele recinto evadidos nos tempestuosos tempos que lá vão²⁵¹.

Além de satirizar as sessões da câmara, comparando-as a “charivaris” e a espetáculos circenses – como as touradas – os cronistas de “Balas de Estalo” também se mantinham atentos aos atos administrativos daquela instituição. As duas crônicas de Publicola, o “fiscal” das ações públicas, nos dão um bom exemplo disso:

Ainda na última sessão a edilidade quis aproveitar o seu tempo e preencher um pequeno intervalo deixado pelas brigas e distúrbios em que se empenha convictamente, sempre que pode, e atirou-se ao trabalho patriótico que lhe absorve toda a atenção, desde que ela existe: - o de reformar as ruas, melhorando-as. (...) Em vez de fazer tudo o que pudesse ser natural, mas já muito usado, racional, mas datando do tempo dos Afonsinhos, a Câmara entendeu que de melhor modo reformava as ruas da cidade...mudando-lhes simplesmente os nomes. *Publicola*²⁵².

Ou ainda:

Uma greve no matadouro! (...) Então o matadouro segue o exemplo da Ilustríssima Câmara quando seus ilustríssimos vêm muito concorridas as suas sessões? Mas isso é profundamente desolador e terrífico, isto é assunto eminentemente sério, porque não entende mais com as nossas instituições – porém sim com nossos estômagos! (...) Câmara, paga teus empregados! Dá-nos o boi em costelas, a vaca em filés. Mas em nosso nome, em nome dos abdomens de *Lulu Sênior* e do Sr. Martin Francisco – restitui-nos o bife. *Publicola*²⁵³.

Ineficiência, falta de compromisso com as necessidades dos moradores da cidade e o mau uso do dinheiro público são as críticas dos cronistas da série aos governos, municipais ou não, feitas em forma de “brincadeiras de meninos”, mas que tinham como alvos constantes a forma como a política nacional se constituía. Assinalar que a Câmara não pagava seus credores, e que não administrava e solucionava os problemas da cidade, foi

²⁵¹ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 02/09/1884.

²⁵² “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 17/07/1883.

²⁵³ Balas de Estalo, *Gazeta de Notícias*, 26/08/1883.

a forma encontrada por aqueles literatos para criticar práticas maiores da política brasileira, tais como o déficit da economia brasileira, o mau funcionamento das finanças, as eleições fraudulentas, o falso parlamentarismo. Assim como o comportamento do ministro que se conformava com a presença de capangas nas sessões da câmara e que recomendava o uso da força para a solução de problemas parlamentares nada mais parecia com o comportamento do imperador que podia fazer e desfazer ministério conforme sua vontade.

Crônicas escritas sobre obras públicas revelam o quanto esses textos utilizavam pequenos atos administrativos do governo – aparentemente irrelevantes num contexto maior da política brasileira – para construir críticas contundentes à monarquia e ao imperador. Por exemplo:

Pois bem, esse simples veio, esse cabelinho, que ali apareceu, com menos razão do que se tivesse despontado na cabeça de algum calvo cérebro, esse cabelinho para ser retirado do lugar em que se acha, vai custar ao Estado simplesmente a quantia reles e ignóbil de três contos de réis! Este cálculo modesto foi feito pela Engenharia que descobriu o cabelinho. Para fazer desaparecer um cabelo, ou mesmo mais, o uso tem demonstrado, até com uma certa impertinência, que é mais útil a tesoura do Sr. Chesnau do que o alvião (sic) da engenharia. *Zig-Zag*²⁵⁴.

O assunto ainda rende outra crônica:

Temo-las, outra vez, as rachas do Pedregulho em cena, isto é, no grande reservatório Dom Pedro II. Mas, senhores, é forçoso confessar que este Dom Pedro II (reservatório) racha com uma frequência extraordinária! E com uma frequência que chega a afetar o caráter de abuso – mesmo para um reservatório pomposamente chamado Pedro II. (...). Que se diga a verdade de uma vez inteira: ou que o reservatório racha, apenas por ceder à sua qualidade de Dom Pedro II; ou que o nome Pedro II não pode servir a um humilde rachatório, e por isso fá-lo propositadamente estalar, sempre que lhe convém. *Décio*²⁵⁵.

²⁵⁴ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 02/06/1883.

²⁵⁵ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 28/08/1883.

Nestas duas passagens ocorrem críticas muito interessantes: a primeira, e mais explícita, refere-se ao próprio conserto das rachaduras, seu preço e a insistência em tais fendas aparecerem, o que nos sugere um trabalho muito caro e mal feito. Até aí, continuamos no tema do uso do dinheiro público. Porém, em um segundo momento, percebe-se que o nome do reservatório serve de motivo para Décio fazer uma espécie de trocadilho com o nome de Dom Pedro II. Ou seja, através de um comentário sobre a administração pública, o cronista aproveita para falar dos “rachas” do próprio monarca, das suas oscilações políticas e dos seus freqüentes “estalos”. A partir de ocorrências políticas diárias, grandes questões do período vão sendo reveladas como, por exemplo, o poder pessoal do imperador, severamente criticado desde os anos de 1860. Apresentado como um governante cujas atitudes nem sempre pareciam coerentes, oscilando entre os partidos Conservador ou Liberal, ou mesmo escolhendo para ministros ex-republicanos como é o caso de Lafayette Rodrigues Pereira, Dom Pedro II transforma-se em um dos grandes temas de “Balas de Estalo”.

Como detentor do Poder Moderador, Dom Pedro II, figura inviolável, segundo a Constituição de 1824, tinha como funções nomear os senadores, sancionar decretos e resoluções da Assembléia Geral, suspender magistrados, perdoar e moderar penas impostas a réus e, principalmente, indicar e demitir o presidente do Conselho de Ministros. Feita a escolha, o nome do ministro era submetido à aprovação da Câmara, pois, para governar, era preciso merecer a confiança tanto da Assembléia quanto do imperador. Na prática, porém, era o imperador que, em última instância decidia se mantinha o ministério ou se dissolvia a Câmara e convocava novas eleições. Com o controle sobre os principais representantes do corpo político imperial, Dom Pedro II, durante 50 anos de reinado, nomeou 36 gabinetes ministeriais, com média de um ano e três meses de duração cada, oscilando entre lideranças dos partidos Conservador e Liberal²⁵⁶. A partir da década de 1860, o uso do Poder Moderador por Dom Pedro II passa a ser veementemente atacado e questionado em sua legitimidade. Identificado como um poder pessoal, de cunho absolutista, gerava polêmicas principalmente por fazer com que o imperador não fosse “responsável” por atos do governo. Políticos como Zacarias de Góes e Vasconcelos, diante de tal impasse político,

²⁵⁶ Ver Holanda, Sérgio Buarque de (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, vol. 5º. São Paulo: Difel, 1977.

escreveria ainda em 1862, que a “irresponsabilidade” do imperador pelos atos do governo só se explicava, ou só se compreendia, como ausência da própria autoridade. “Irresponsabilidade com autoridade”, para ele, significava tão somente “despotismo”²⁵⁷.

Em 1868, o exercício do Poder Moderador sofreria um novo golpe, após traumática dissolução do ministério liberal de Zacarias – que deixaria o partido Liberal em um ostracismo político de dez anos – e da chamada ao poder do ministério conservador do Visconde de Itaboraí, minoritário na Câmara. Desde 1862 que o império vivia momentos de grandes instabilidades ministeriais – nada menos que seis ministérios subiram e caíram, em média, um por ano, sendo um deles o de Zacarias Góes de Vasconcelos (1862), que duraria apenas três dias. No entanto, a mudança ocorrida em 1868 foi considerada com uma das mais graves, pois quebrou a dinâmica partidária que se desenvolvia até então²⁵⁸. Com a mudança repentina do partido no comando do país, Dom Pedro II volta a ser alvo de novos ataques por parte de políticos renomados de ambos os partidos.

O poder pessoal de Dom Pedro II, que nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda “corroera o edifício monárquico”²⁵⁹, sofre, então, ataques ininterruptos a partir da década de 1860. E não foi diferente com “Balas de Estalo” em 1883. Os narradores desta série comentaram sistematicamente as ações do imperador, seu exercício do Poder Moderador, sua ilustração, suas viagens e seu comprometimento com uma religião oficial. Zig-Zag é quem nos empresta sua primeira “bala”, na qual o narrador discute as interferências de Dom Pedro no jogo político do império:

Sua Majestade o Imperador, clássico pela educação e pela tradição, tem para com os seus ministros a seguinte exigência - *mens sana in corpore sano*, salvo o latim. Para sua majestade, o homem que não resiste às exigências físicas, não é homem. A confiança política de sua majestade está subordinada à confiança, que lhe possam merecer os estômagos e as pernas de seus ministros. Que eles tenham idéias é perfeitamente dispensável, assim como lhe é muito mais agradável que eles não tenham opinião, para mais

²⁵⁷ Estas afirmações de Zacarias Góes de Vasconcelos foram feitas em seu texto *Da Natureza e limites do Poder Moderador*. Ver Vainfas, Ronaldo (org.) Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

²⁵⁸ Carvalho, José Murilo de. O Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª. Edição revisada. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996, p376.

²⁵⁹ Holanda, *op.cit.*

facilmente assimilarem o que Ele lhes impingir. Aquilo, portanto, é uma perfeita maçonaria. Há as provas morais e físicas. Como prova moral, para que o ministro caia em graça, basta ter sido republicano. (...) De bem, porque engoliu o que havia dito e se submeteu humildemente.²⁶⁰

Zig-Zag, nesta crônica, além de destacar o caráter autoritário do imperador, o qual prefere ministros que "não tenham opinião, para mais facilmente assimilarem o que Ele lhes impingir", ainda evidencia a incoerência de Dom Pedro ao prestigiar os ministros que fossem ou tivessem sido republicanos. Era preciso se “submeter”, e uma vez tendo sido republicano, perceber as vantagens da monarquia e voltar ao seio do regime. Em maio, o imperador convocaria um ex-republicano, Lafaiete Rodrigues Pereira, para ser chefe do gabinete liberal de 24 de maio de 1883. Em 17/05/1883, Zig-Zag volta a satirizar as supostas arbitrariedades de Dom Pedro II, na crônica em que o retrata resolvendo uma crise ministerial durante um baile. O Sr. Paranaguá, chefe do gabinete liberal de ministros de 2 de julho de 1882, ao ver-se ameaçado pela crise que derrubaria o ministério, vai conversar com o imperador em Petrópolis e *Zig-Zag* afirma:

A grande roda política está encravada. Quem lhe pôs o cravo foi a dissidência do partido liberal, acompanhada pelo partido conservador. É o caso dos sete alfaiates para matarem uma aranha, que afinal lhes escapou e os deixou embaraçados nas suas teias urdidas com habilidade e astúcia. Enquanto a roda não anda, o país embasbacado e boquiaberto agita-se em conjecturas. Tem os olhos fitos no Oriente. O Oriente para esta contingência é tanto a Pojuca, como o Macuco, como a imperial cidade de Petrópolis.

Enquanto esta cousa que se chama, muito apropriadamente, a soberania popular, se estorce nas convulsões de uma ansiedade, que só encontra lenitivo nas empadinhas das confeitarias da Rua do Ouvidor, o presidente do conselho do ministério decaído, ou pelo menos suspenso na *perche* da política partidária, aproveita o ensejo, senão para dar à perna nas valsas, pelo menos para fazer no *minuette* da corte uma das principais

²⁶⁰ "Balas de estalo", *Gazeta de Notícias*, 29/04/1883.

figuras. Efetivamente, o sistema parlamentar ainda não descobriu até hoje corretivo, nem mais lógico, nem mais eficaz, nem mais coreográfico. (...)

Lá, fez-se anunciar. Mandaram-lhe dizer que estavam pondo a gravata branca para o baile e que esperasse. Esperou. Apareceram-lhe depois e disseram-lhe: - Já sei, já sei. Antes de tudo o dever constitucional. Vamos para o baile.

Depois de uma contradança, travaram o seguinte diálogo:

- Nunca pensei que viesse tanta gente ao baile
- Também eu. Mas o que eu desejava dizer a vossa...
- Já tomou sorvete?
- Já, Senhor augusto, ou perdão, augusto senhor... Não sei se vossa...
- Já sei, já sei. Não fica mal à viscondessa aquele vestido
- Muito bem. Mas eu vim a corte para pedir a vossa...

Peça, peça o que quiser. Quer um refresco? Uma sandwich, um grog? Tome um grog, é higiênico.

- Perdão, não vim para comidas, nem bebidas, vim...
- Já sei, já sei; Veio para dançar!
- Já dancei, é verdade, mas o meu fim...
- Já sei, já sei; é entrar no *cotilon*.
- Meu senhor, é justamente por causa das danças que eu aqui me acho. Antes, porém, do *cotilon* desejava saber se nessa *contradança constitucional* eu continuo a ser *par marcante*.

Nesta ocasião ouvia-se a conhecida marca: - *Caminho da roça*.

- A propósito: o Saraiva está na capital?
- Não, meu senhor, está na roça.
- Pois mande-o chamar.

E seguiu a envolver-se de novo no movimento da quadrilha, deixando-o perceber as seguintes palavras:

- Está cumprido o dever constitucional²⁶¹.

²⁶¹ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 17/05/1883.

Havia dias a Câmara dos Deputados estava alvoroçada. No dia 15/05/1883, foi dado pela Câmara um voto de desconfiança ao gabinete, voto conseguido principalmente através da atuação da dissidência liberal, que ganhava forças e se unia à minoria conservadora²⁶². Vivendo o impasse da queda ou não de seu ministério, impasse que já durava alguns dias e que já causava polêmicas na cidade, Paranaguá dirige-se ao Paço Imperial no dia 16 de maio de 1883²⁶³ para apresentar ao imperador o pedido de demissão coletiva do ministério de que era presidente. Mas a música já estava tocando para o Sr. Paranaguá e seus ministros, e o que havia restado para eles era o “caminho da roça”. O imperador, depois de ouvir as razões apresentadas pelo Visconde, disse-lhe que depois daria a resposta e dirigiu-se para o baile da Sra. Condessa de Barral. Dom Pedro II, conhecido pelo típico “já sei, já sei”, mal ouvira as palavras de Paranaguá porque já havia tomado a decisão de chamar o senador Saraiva para resolver a crise. Primeiro Saraiva, depois José Bonifácio e, por fim, Dantas recusam-se a organizar um novo ministério e a crise se acentua, até que é chamado o ex-republicano Lafayette Rodrigues.

Diante de uma Câmara hostil e de uma dissidência aliada ao partido conservador, os liberais não viam grandes perspectivas na condução de um governo estável. No entanto, Dom Pedro II “bailava” e decidia fazer “bailar” também os seus ministros. Era a “dança constitucional”, a mesma que irritara tanto políticos como Ferreira Vianna. A intransigência e a arbitrariedade na solução de crises políticas também parece irritar aos narradores da série. *Zig-Zag*, ao descrever a cena, mostra um monarca “dissimulado” com o seu “já sei, já sei”, ao mesmo tempo em que ressalta a maneira inconseqüente de se resolver as questões políticas do momento. Era necessário ir ao baile da condessa primeiramente e, quando fosse questionado sobre o problema, mudar de assunto oferecendo um “higiênico grog”.

Freqüentemente Dom Pedro é acusado de utilizar poderes que não lhe caberiam se de fato existisse um regime parlamentarista no Brasil. Na série, critica-se sua constante interferência nas relações entre o Conselho de Ministros e a Câmara de Deputados. A disputa entre os poderes Executivo e Moderador é peça fundamental do contexto no qual “Balas” estava inserida. A forma intransigente de exercer o poder moderador faz com que

²⁶² Em 21/05/1883, em sua coluna “Cousas Políticas”, Ferreira de Araújo escreveria: “Foi o senhor Saraiva que fez a lei de que saiu esta Câmara” (Lei de 1881 da Reforma Eleitoral), a ele compete condenar a filha degenerada.

²⁶³ *Gazeta de Notícias*, 16/05/1883.

políticos, de ambos os partidos, questionem e critiquem o imperador. Em crônica de 18/09/1883, Lulú Sênior também usará uma de suas “balas” para comentar a participação do imperador no jogo político nacional. Ridicularizando a indumentária usada pelo monarca na cerimônia da Fala do Trono, o cronista afirma:

Sua Majestade o Imperador deita hoje a Fala do Trono; se Sua Majestade me dá licença ou mesmo que m'a não dê, eu vou deitar fala ao trono. Senhor! Todos os anos, quer chova, quer faça sol, sai Vossa Majestade de casa num carro todo cheio de feitos - uns feitos muito sem gosto - e vai, de calção e meia de seda, manto e coroa, como Guilherme de Aguiar (...). Ora, eu acho que Vossa Majestade faz mal. Lá, porque se veste à fantasia, e lê a fala com a voz fanhosa, por causa do *pince-nez* encarrapitado na ponta do nariz, não é razão para dizer coisas que não pensa; pelo contrário, quando um homem se apanha mascarado, assim de princez, ou coisa que o valha, e chega-se a outro com a pergunta clássica *Você me conhece?* e ele responde-lhe *Nunca o vi mais gordo!* então é que é pôr para ali tudo o que a gente tem atravessado na garganta. E nesse caso deveria Vossa Majestade chegar ao Senado e dizer aos Srs. representantes: *Seus aqueles!* Vocês sempre me saíram uns tipos! O que diabos fizeram aqui durante quatro meses a não ser encher de pernas a rua do Ouvidor e de discursos o *Diário Oficial*? Mandaram embora o outro governo, que era do meu amigo Paranaguá, e deixam-me agora nas férias com um homem que já disse coisas de mim nas folhas. *Lulu Sênior*²⁶⁴

“Você me conhece” era uma brincadeira de carnaval amplamente praticada nas ruas do Rio de Janeiro nos dias de folia. A pergunta “você me conhece” muitas vezes era, segundo Maria Clementina Pereira Cunha, uma introdução a um verdadeiro festival de chulas, troças, insultos e até charivaris coletivos. Mal vista pelos chamados “homens de espírito”, tal brincadeira prestava-se até mesmo para metáforas políticas, como fez Lulu Sênior que, em 15/02/1885 em “Balas de Estalo”, afirmava que a Câmara Municipal estava ficando cada vez mais ‘você me conhece’²⁶⁵. Na crônica de 1883, sobre a Fala do Trono, Lulú Sênior já se referia a essa popular brincadeira de carnaval para falar da política nacional. Desta vez, entretanto, não era a Câmara Municipal o alvo de sua “guloseima”, e

²⁶⁴ Balas de Estalo, *Gazeta de Notícias*, 18/09/1883.

²⁶⁵ Cunha, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p29.

sim o imperador. Vestido em trajes reais, comparados pelo cronista com uma fantasia carnavalesca, Dom Pedro II era convocado a propor o “você me conhece” aos nobres senadores e ministros.

A Fala do Trono abria todos os anos no dia 3 de maio o período legislativo do império. Comparar sua cerimônia de abertura com o carnaval é bastante significativo. Lulú Sênior não apenas está comparando a política nacional com a festa, como está ridicularizando as atitudes políticas do imperador, que deveria utilizar a popular difamação satírica “você me conhece” para cobrar de seus ministros e senadores ações que fossem para além do “passar pela rua do Ouvidor”. A política, tal como se constituía na monarquia, aparecia aos olhos de Lulú Sênior como carnaval, como encenação e, principalmente, como brincadeiras de mau gosto. Além disso, o cronista ainda satiriza também a relação entre o senado e o imperador - Dom Pedro II, que não tem mais seu “amigo Paranaguá” no governo e que, pela indicação do senador Dantas, havia nomeado Lafayette Rodrigues -, que nesta crônica é visto como uma marionete política que não toma decisões no governo. Assim, há uma grande discussão sobre a forma de participação do imperador nos assuntos políticos, que ora é tido como “despótico”, ora surge como um instrumento nas mãos do Senado e do Conselho de Ministros.

Além de ser criticado por sua atuação junto ao Executivo, Dom Pedro II foi bastante criticado na forma como exerceu seu poder pessoal nas escolhas de seus ministros. Chamar Lafayette Rodrigues para organizar o ministério de 24/05/1883, por exemplo, suscitou novas discussões sobre as incoerências do monarca. Chamado por João Tesourinha de “republicano-liberal-ultramontano-protecionista-livrecambista-oportunista” em crônica de 16/04/1883, Lafayette Rodrigues trouxe à tona uma velha discussão de como Dom Pedro II moldava politicamente seus ministros e conduzia-os pelos caminhos que lhe fossem mais convenientes. A crônica de 13/09/1883, de Zig-Zag, é uma das demonstrações de como os narradores da série viam essa intromissão do monarca na escolha de seus homens de governo:

É conveniente que o povo, esta besta de carga que paga pelo que não recebe, este asno que se deixa levar por quem fala ou melhor escreve, este anônimo irresponsável e pedante, que na realidade não passa de um comparsa nesta comédia que as classes chamadas dirigentes têm a fantasia de representar, é conveniente que

esta besta, esse asno e esse anônimo não deixem de todo levar por aquilo que com mais ou menos gramática lhe impingem os publicistas de todos os gêneros ou de várias opiniões. Não acredite, pois, o povo que se tem dito a respeito do Sr. Lafayette. É uma calúnia que S.EX. tenha sido republicano e hoje seja o molde de cera dos imperiais e perpétuos dedos da monarquia²⁶⁶.

Lafayette, chamado de “oportunista” por João Tesourinha também é visto por Zig-Zag como um molde de cera, do qual o monarca dispõe da forma como desejar. Para os cronistas da série parece claro que os ministros são “joguets” nas mãos do imperador e se submetem a uma autoridade fora dos padrões que deveriam ser respeitados caso o sistema parlamentarista de fato existisse no país. Outra crônica bastante interessante sobre a relação do monarca com seus políticos foi publicada no dia 20/07/1883, mas agora escrita por Blick:

Um homem é republicano, e embevece-se naqueles sonhos de mocidade em que se deleitava (...) Por um capricho das urnas eleito deputado, a primeira coisa que se faz é acordar, espantar os sonhos, entrar na positividade da vida e pôr-se debaixo das pontas dos dedos do compasso de el-rei Ptolomeu²⁶⁷.

Os sonhos “perdidos” ou “esquecidos”, entretanto, revelam que Blick acredita que ser monarquista não passava de oportunismo político. Era preciso se submeter para então integrar os quadros da política imperial. E conclui em sua crônica que o “sonho da velhice é o que vai se tornando a idéia de república”. Na crônica de 05/08/1884, Zig-Zag também registra sua opinião sobre os motivos que o levaram a aderir a monarquia:

Sou francamente monarquista. Além da simpatia pessoal, (...), outras razões enraizaram em meu coração o amor a essa instituição – única garantia de indivisibilidade deste vasto império. Uma dessas razões, embora tenha um caráter todo familiar, não é por certo das menos valiosas. Tive uma tia *retrete* do paço e foi também este um dos motivos da minha adesão à monarquia. Com igual franqueza devo declarar, que, se conseguir entrar numa lista tríplice e o Dedo fatídico não me

²⁶⁶ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 13/09/1883.

²⁶⁷ “Balas de estalo”, *Gazeta de Notícias*, 20/07/1883.

apontar como escolhido, deixarei imediatamente de ser sobrinho da minha tia, para ser simplesmente um cidadão republicano²⁶⁸.

Ser monarquista é, então, mera conveniência política nas palavras de Zig-Zag, e não uma convicção, e um simples ato do imperador e de seu “Dedo fatídico” poderiam levar nosso cronista para o outro lado. Também nesta crônica percebe-se a ironia do narrador com uma das justificativas para comuns para a manutenção do império no Brasil que era a da unidade territorial e administrativa do país, um dos temas que também foram largamente discutidos por aqueles que defendiam ou não a monarquia.

Além dessas críticas, Dom Pedro II foi também ridicularizado pela série no que diz respeito às suas responsabilidades e atividades como monarca. Publicola em crônica de 12/06/1883 afirma:

Sua majestade terá alguma ocupação especial além de visitar o colégio Dom Pedro II, receber ovações de imigrantes na Ilha das Flores; provar o rancho das praças dos quartéis, fazer e desfazer ministérios, dormir de dia aos domingos, nas conferências da Glória e a noite nos dias úteis, nos espetáculos do Dom Pedro II?²⁶⁹

Conhecido por dormir nas Conferências da Glória e nos espetáculos do Dom Pedro II, o monarca, que além de “fazer e desfazer ministérios”, também era visto por Publicola como alguém sem grandes ocupações no império, podendo preencher seus dias a visitar os quartéis e os colégios. Além disso, durante toda a série Dom Pedro II foi satirizado por sua intelectualidade “ornamental”. Na crônica de José do Egito de 04/08/1883 essa crítica fica bem evidente:

Então, Ele não vai... Alguém, entretanto, necessita urgentemente de arejar sua mobília científica, que há bastante tempo não recebe o benfazejo sopro das admirações européias e as carícias do grande sol da Fama. Alguém precisa conversar com o Sr. Flammarion, no Observatório de Paris, sobre o cometa e a passagem de Vênus, fazer uma edição do seu *calembourg* da imperial com o poeta da piedade suprema, cochilar a sua soneca científica na Sorbonne, ouvindo o Sr. Luys, ou o Sr. Caro, ou o Sr. Renan no Instituto. Em suma, Alguém precisa sacudir na Europa este pó burguês pesado das Conferências da Glória, do Instituto

²⁶⁸ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 05/08/1884.

²⁶⁹ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 12/06/1883.

Histórico, das Câmaras (inclusive a municipal), dos negros, da questão Tripoti, das Missões, da Copacabana; esta poeira de carranceira, de estrabismo, de malandrices nacionais...não, decididamente Ele não vai...²⁷⁰

Uma vez que os cronistas não podem acusar o imperador de falta de interesse pela ciência, eles o acusam de cultivar uma intelectualidade ornamental e superficial. Estes literatos claramente se incomodam com esse interesse do Dom Pedro II pelas ciências, pelas línguas, pela astronomia, e diariamente estão a satirizar o imperador que, segundo eles, dorme durante as conferências de que participa. Ainda mais incômodo é gerado quando o que está em jogo é uma nova ida do imperador para a Europa, deixando para trás uma crise política, social e financeira no país. Definitivamente para José do Egito parecia mais coerente que o imperador, diante de tantos problemas nacionais, deixasse de lado suas visitas científicas e intelectuais ao velho continente.

Ainda sobre a intelectualidade de Dom Pedro II, temos a crônica de Lulú Sênior, publicada no dia 18/05/1884:

O *Jornal do Comércio* publicou há dias um telegrama de Bruxelas, noticiando que o nosso sábio monarca tinha sido nomeado membro honorário do corpo docente da Escola de Belas Artes e Manufaturas daquela cidade. Isto de professores honorários supõe, nove vezes sobre dez, habilitações igualmente honorárias. (...) No entanto, há casos em que o título honorário significa habilitações especiais. Pus-me eu então a parafusar quais seriam as artes e manufaturas em que é entendido o Sr. Dom Pedro de Alcântara, que sabe tanta cousa. Sei que o Sr. Dom Pedro, em pequeno, fez as suas artes, e notavelmente aquela de *querer já*, quando tinha 14 anos. Sei que mais tarde Sua Majestade havia tido artes do diabo para arranjar e fazer ministérios, levantar e deitar por terra situações. Nunca ouvi dizer que S. Ex. desse mãos à palmatória. (...) Para sujeito ser doutor, precisa tantas cousas, mas para ser doutor não precisa saber cousa²⁷¹.

Lulú Sênior satiriza o título que o monarca havia adquirido pela universidade de Louvain. Não só Lulú Sênior como o próprio Zig-Zag (já assinando Zig-Zug, como vimos no primeiro capítulo) utiliza-se desse título para ironizar a intelectualidade do imperador.

²⁷⁰ Balas de Estalo, *Gazeta de Notícias*, 04/08/1883.

²⁷¹ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 18/05/1884.

Dom Pedro, para o cronista tinha como qualidade a der ser, por exemplo, intransigente e autoritário, pois já aos 14 anos desejou ser coroado rei, independente de sua menoridade. Além disso, o monarca tinha como uma de suas “qualidades” a de fazer e desfazer ministérios como bem entendesse, assim como a de “nunca dar a mão á palmatória” sobre seus erros. Estes para os cronistas da série eram os verdadeiros “méritos” do título conquistado por Dom Pedro. Ainda sobre esse tema, Zig-Zug, a partir da nomeação do imperador, também passou a se auto-intitular “doutor”, assinando suas crônicas a partir de então como Dr. Zig-Zug²⁷².

A construção de um sentido político para “Balas de estalo”

Uma vez discutida e demonstrada a forma como alguns temas surgiram nas páginas de “Balas de Estalo”, é preciso agora entender o modo pelo qual eles se articulam e constroem um sentido político. Dentre todos os assuntos discutidos acima, parece-nos central a crítica feita à monarquia e a tudo o que ela representava. Através da discussão sobre práticas políticas, higiene pública, e, principalmente, da relação estabelecida entre a igreja católica e o Estado, podemos notar a intenção política dos narradores em demonstrar as contradições e o suposto “atraso” vivido pela monarquia naquele final de século, além da defesa da ciência e de projetos políticos específicos. Os narradores de “Balas de Estalo” discutem as contradições existentes em todo o regime monárquico e nas instituições que se ligam a ele e o sustentam, a começar pela própria igreja católica. Muitos dos narradores de “Balas” defendem a ciência e fazem uma clara distinção entre o que é ciência e o que é religião (a primeira pressupondo algo racional e passível de comprovação empírica e a segunda dependendo exclusivamente da fé e da superstição). Partindo desse pressuposto, Lulu Sênior, na crônica do dia 30/11/1883, aponta algumas contradições existentes na religião oficial do Estado:

Monsenhor Pinto de Campos quando a carne vil lho pede, porque lhe dói, vai ao médico, toma a sua purga, como qualquer de nós, engole a sua aguazinha de Vichy, mais ou menos conscienciosamente falsificada, e assim vai vivendo, e consolando-se de não ser senador pela província de Pernambuco. Quando, porém, o que lhe dói é – não a consciência,

²⁷² “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 20/05/1884.

que a consciência dos padres não tem do que se doer – mas o espírito, a benta alminha, monsenhor vai a Lourdes, à gruta milagrosa, onde já esteve sentado o augusto príncipe que deveria ser daqui a algum tempo o chefe das instituições que felizmente nos regem, se Deus não escrevesse direito por linhas tortas. Lá para moléstias, monsenhor prefere águas profanas; para tribulações de espírito, que não consegue aplacar rezando missas por quanto homem ilustre tem morrido no Brasil, em Portugal e Algarves, atira-se o digno monsenhor às águas sagradas. E daquilo não quer para si, faz S.Ex. reclame para os outros. Isto é, ele bem vê que aquilo é droga, e não a engole nem à mão de Deus padre; mas, aconselha-a aos fiéis católicos, aconselha. Lulu Sênior²⁷³

A maior contradição apontada pelo cronista refere-se ao fato de essa instituição receitar preceitos religiosos e milagrosos aos seus fiéis sem que seus representantes acreditem neles. A igreja “faz reclames para os outros”, mas não “engole” a suposta água milagrosa, na hora das “moléstias”, o “monsenhor prefere águas profanas”. Ou seja, apesar de partir de um princípio oposto ao da ciência, apesar de se dizer crente em milagres e na cura pela fé, seria à medicina que os religiosos recorreriam na hora da dor.

A contradição entre ciência e fé está presente também nas atitudes do imperador, e parece inerente ao próprio regime monárquico e da próprio regime monárquico. Sempre que os cronistas falavam de Dom Pedro II não esqueciam de ressaltar e até satirizar o interesse que o monarca tinha pela ciência e pelas artes. Dom Pedro II se tornou um dos grandes “financiadores” de vários estudos científicos e sempre almejou ser visto como um monarca “esclarecido” e preocupado com o desenvolvimento do saber científico. Ele comparecia aos exames da Escola de Engenharia e era o grande defensor da medicina. No entanto, a monarquia ainda possuía uma religião oficial e Dom Pedro II compactuava com isso. Para os narradores da série isso se mostra como uma das maiores contradições daquele sistema. O monarca, conhecido pela sua intelectualidade, também era visto pela série como um homem supersticioso, ou seja, ligado a crendices e a um a religião oficial. Em crônica de 12/04/1884 essa visão da série sobre o imperador fica bem evidente. Ao tratar da escolha de um novo diretor para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Lulú Sênior escreve:

Parece que a escolha tem dado lugar a grandes hesitações, e ainda se não encontrou o homem capaz de servir de *pendant* ao Sr. conselheiro Sabóia. (...) o

²⁷³ Balas de Estalo, Gazeta de Notícias, 30/11/1883.

imperador, depois de ouvir o ministério, o conselho de Estado, a Faculdade de Medicina e as Comissões vacínico-sanitárias, resolveu consultar a mulher que deita cartas. Para isso, disfarçou-se, pintou as barbas vestiu roupa nova, ficou que ninguém o conhecia²⁷⁴.

Nem Conselho de Estado, nem erudição e intelectualidade conseguiam desvincular Dom Pedro II da relação que havia estabelecido com a religião e, conseqüentemente com a credence, com a “mulher que deitava cartas”. Como defensores da ciência e das políticas de higiene pública, os narradores de “Balas de Estalo” vêem a relação entre igreja e Estado como um obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso da sociedade. Como defendeu José do Egito na crônica do dia 04/08/1883, a ciência e a intelectualidade de Dom Pedro eram meramente ornamentais. No fundo, o imperador e a monarquia continuavam presos a práticas religiosas e supersticiosas, ou mesmo ao atraso colonial. Através de críticas à igreja e às formas como essa instituição lidava com problemas relativos à higiene pública, por exemplo, os narradores defendem a idéia de “falência” da monarquia, uma vez que ela representava o atraso do país. Vários são os exemplos dados de como a existência de uma religião oficial interferia nas políticas de higiene pública. A questão da cremação é um destes exemplos. Considerada como medida higiênica no combate do alastramento da epidemia de febre amarela, a cremação suscita calorosos debates em 1883 entre os defensores da ciência e da higiene e os religiosos. Ou seja, para narradores como Lulú Sênior, a religião tornara-se um obstáculo às práticas médicas. Outro exemplo bastante interessante aparece na crônica do dia 11/04/1883:

O governo imperial mandou dar cinco contos e quatrocentos mil réis para concertar a igreja de S. Sebastião dos barbadinhos. Há anos agita-se a questão da influência que a salubridade pública possa exercer no arrasamento do morro do Castelo: o governo resolve-a, dando dinheiro aos padres para os consertos da igreja. Como medida profilática da febre amarela, é esta uma das melhores descobertas que tem feito nestes últimos tempos as instituições que felizmente nos regem; descoberta que pelo menos tem um lado prático: já que não se dá cabo da moléstia que manda o bento corpinho desta para melhor, ao menos

²⁷⁴ “Balas de Estalo”, *Gazeta de Notícias*, 12/04/1883.

tratemos de pôr-nos bem com os padres, para que eles peçam a Deus que nos ponha a alma à sua mão direita. Amém. Lulu Sênior²⁷⁵

Nesta passagem a relação entre igreja e monarquia torna-se evidente. Lulu Sênior não aborda diretamente as funções da igreja católica, mas as contradições da própria monarquia, que, ao invés de investir os cinco contos de réis em saneamento, prefere investir o dinheiro no conserto da igreja de São Benedito²⁷⁶, santo que era tido como o responsável pela causa e da epidemia de febre amarela e, por isso o único capaz de proteger seus devotos da doença.²⁷⁷ Com muita ironia, o narrador está interpretando para o leitor as formas como Dom Pedro II e a monarquia estão lidando com o problema da saúde pública. Mais uma vez, a crítica maior refere-se ao regime monárquico e a forma como ele representa um obstáculo à ciência e as práticas efetivas de higiene pública.

Como nos afirma Martha Abreu, em seu livro O Império do Divino²⁷⁸, a partir dos anos de 1860 “amplia-se a agenda liberal em reivindicações consideradas mais modernas e mais civilizadas, incentivadoras do progresso e da ciência”²⁷⁹. Segunda ela, as elites intelectuais, motivadas pelas influências de novas doutrinas (como positivismo, cientificismo e evolucionismo), passam a fazer novas exigências no sentido da liberdade de consciência e educação. Algumas “brechas” foram surgindo ao longo da segunda metade do século XIX, como a reforma do ensino de 1879, que dispensava o juramento católico para professores e para a administração das escolas primárias e secundárias²⁸⁰, como também a lei de reforma eleitoral de 1881 (Lei Saraiva), que permitia a elegibilidade dos acatólicos. No entanto, isso ainda parecia não ser suficiente para os defensores do projeto imigrantista. Era preciso atrair o europeu, e para isso era preciso a separação entre Igreja e

²⁷⁵ Balas de Estalo, Gazeta de Notícias, 11/04/1883.

²⁷⁶ São Benedito era muito prestigiado nas procissões e nos pedidos religiosos de combate à febre amarela, vista com uma doença que castigava brancos. “Na quarta-feira de cinzas de 1849 o andor de São Benedito não ocupou o lugar que era seu na procissão havia dois séculos. Aconteceu que alguns terceiros, (...), cismaram de não carregar o santo sob a alegação que ‘branco não carrega negro nas costas, nem mesmo que seja santo’. São Benedito não encontrou quem lhe levasse o andor e ficou abandonado na sacristia. No verão seguinte, a primeira grande epidemia de febre amarela se abateu sobre a cidade”. Ver Chalhoub, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p137.

²⁷⁷ Ver Chalhoub, *op.cit.*, p. 138.

²⁷⁸ Abreu, *op.cit.*

²⁷⁹ Idem, p316.

²⁸⁰ Barros, *op.cit.*, p336.

Estado, como também a grande naturalização, o casamento civil e a secularização dos cemitérios²⁸¹. Os narradores da série acreditavam que a monarquia, ao adotar uma religião oficial do Estado, inibia a vinda de imigrantes europeus de outras religiões para o Brasil. Ter uma religião oficial significava excluir os que não professavam a fé católica do direito de se eleger, de colar grau em faculdades do Estado, de exercer cargos públicos²⁸².

Assim como defensores da ciência e da imigração, alguns narradores da série caracterizam-se também pelo desejo do fim da escravidão, mas desejam que a substituição da mão-de-obra seja feita com a imigração européia, para que esta traga a “civilização” para o país. Ao adotar uma religião oficial do Estado, os narradores da série acreditavam que a monarquia inibia a vinda de imigrantes europeus de outras religiões para o Brasil e, com isso, o “chim” seria a única solução para a mão-de-obra, pois seriam submetidos a um estado de quase escravidão. Na concepção dos narradores a monarquia apareceria novamente como um atraso para o país, a estagnação.

Logo, a construção de um sentido político para “Balas de Estalo” parece estar bastante comprometida com a crítica feita à instituição monárquica e a tudo que ela representava naquele final de século. Os cronistas durante todo o ano de 1883 se encarregaram de condenar as práticas políticas do império (como o uso de capangas na Câmara de Vereadores e a fraude no sistema eleitoral), o mau uso do dinheiro público, o poder pessoal do imperador e os rituais políticos vazios e sem significados para o povo, tais como a Fala do Trono e a festa da independência²⁸³. A partir dessas críticas, os narradores de “Balas” estão construindo um sentido político bastante claro para a série: a monarquia está ultrapassada, não responde mais às necessidades da sociedade, é preciso algo novo, algo que proporcione o progresso.

Através de “Balas de Estalo” eles tentam caracterizar para o leitor a necessidade de uma mudança, estão construindo uma memória política para a monarquia associada ao atraso e à barbárie e assumindo a função “pedagógica” de conduzir a sociedade ao progresso. Este parece ser o sentido que unifica a série, que reúne os narradores em torno de uma questão central. “Balas” é uma série eminentemente política, o grupo todo está

²⁸¹ Célia Azevedo, *op.cit.*, p70.

²⁸² Barros, Roque Spencer M. de, “Questão Religiosa” in Holanda, Sérgio B. de, História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 4. São Paulo: Difel, 1977.

²⁸³ Ver “Balas de Estalo”, 008/09/1883. Zig-Zag.

encarregado de discutir tanto o regime monárquico como as instituições que o acompanham.

No entanto, é necessário ressaltar que não podemos considerar as opiniões de alguns narradores como homogêneas e representantes das opiniões do grupo como um todo. “Balas de Estalo” tem alguns temas que pautam as discussões do grupo, mas nem por isso é eliminada a diversidade de opiniões sobre um mesmo assunto. Muitas vezes os narradores estão discutindo temas em comum, o debate é feito coletivamente, preservando as diferentes opiniões. No caso da crítica ao regime monárquico, o debate se torna mais coeso e homogêneo devido aos narradores mais assíduos da série, e “Balas” tem três grandes colaboradores em número total de crônicas: Ferreira de Araújo (Lulú Sênior), Henrique Chaves (Zig-Zag e João Tesourinha) e Demerval da Fonseca (com Décio e Publicola). Os três cronistas apontados aqui foram os que mais participaram do debate sobre política imperial, religião e monarquia. São eles que constroem o sentido político da série, pois representam quase a metade do total de narradores de “Balas” e juntos colaboram com o maior número de crônicas publicadas durante o ano de 1883. Os temas colocados aqui são discutidos por todos os cronistas, mas são os donos e fundadores da *Gazeta de Notícias* que caracterizam a série de uma forma mais geral. A crônica pode ser entendida, muitas vezes, como mais um “artigo de fundo” do jornal, só que com muito mais humor e leveza. No caso de “Balas” isso parece ficar claro: Ferreira de Araújo, dono do jornal, responsável pela coluna “Cousas Políticas”, republicano²⁸⁴, é o grande colaborador da série. Ele se utiliza de “Balas” como mais um espaço para discutir política. Demerval da Fonseca, outro grande colaborador da série, é também republicano²⁸⁵ e talvez por isso ajude a construir esse sentido mais geral da série. Assim, quanto ao significado político de “Balas” vimos como a crítica à monarquia se constituiu como um tema que unificou os narradores e construiu uma interpretação relativamente homogênea entre eles.

Considerações finais: a coletividade de “Balas de Estalo” e o convite à discussão política

²⁸⁴ A informação de que Ferreira de Araújo era republicano consta em Meneses, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. Prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza: 2 ed. Ver. Aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978

²⁸⁵ “Demerval da Fonseca”, *O Combate*, 23/03/1892.

“Balas de Estalo” surge, então, em um momento especial da história do país e, de certa forma da imprensa. A série nasce a partir de novas contingências temáticas e formais de um jornalismo que crescia e se modificava, de uma imprensa estimulada pelas transformações da cidade, pelos problemas do espaço urbano. “Balas incorpora o espírito da *Gazeta*, é leve e engraçada, dinâmica, mas é principalmente, múltipla e heterogênea, constituindo-se num grupo de alegres cronistas dispostos a convidar o leitor a participar de polêmicas e discussões sobre os problemas da cidade, sobre literatura e teatro, e, especialmente sobre política, sobre uma realidade que claramente está num momento de indecisão e transformação. O grupo de vários narradores estimula e desperta o debate, mostra-se multifacetado e acessível aos diferentes tipos de leitor, e é assim que a série, e o jornal em que é publicada, levam, como nos tempos da independência e da regência, a política para mais perto do dia-a-dia das pessoas. A imprensa parece resgatar seu papel fundamental nessa ampliação da discussão política. Ela está nas ruas, nas confeitarias, sendo lida em voz alta muitas vezes. Zlg-Zag, Lulú Sênior, Lélío e Décio estão ali entre as pessoas, discutindo, satirizando as instituições políticas que lhes parecem um tanto “atrasadas”. A política imperial é debatida tanto nos seus problemas mais corriqueiros, quanto nas suas questões estruturais.

Um dos ingredientes que tornam as “Balas de estalo” tão atraente ao leitor é o grande número de narradores. O investimento de cada cronista em criar às vezes duas ou três assinaturas, de dar características facilmente reconhecidas pelo leitor a cada um desses narradores torna o debate mais vivo e amplia o universo de idéias e análises feitas. Com vimos na questão da ciência médica, “Balas” instaura um diálogo amplo, cheio de nuances dadas coletivamente pelos narradores. Através deste temas, pudemos observar como literatos, médicos, políticos e diferentes pacientes estavam atentos às formas como a nova ciência se instituiu na sociedade e como durante todo esse período tentou se consolidar como prática oficial de cura. Com o intuito de relacionar “Balas” com os principais debates referentes à questão da medicina no período, compreendeu-se como a série lidou com esse polêmico assunto, e a análise da forma como estão ocorrendo essas discussões foi mais uma vez, a tentativa de compreender como essa série cronística construiu um testemunho histórico daquele período.

A criação de um personagem narrador ou não por parte dos cronistas também foi importante nesse sentido, porque nos deu uma pequena dimensão da distância existente entre as opiniões do cronista e de seu narrador/pseudônimo, possibilitando assim a observação de como cada literato ou jornalista utilizou esse espaço como um meio de participar das transformações políticas que pareciam desejar. Compreender a estrutura do texto, a trajetória do pseudônimo e suas opiniões sobre os mais diversos temas foi uma tentativa de chegar aos cronistas e verificar a forma como estavam utilizando, politicamente, o espaço da série. “Balas de estalo” provou em diversos momentos ser mais que diversão barata. E o caso de Lulú Sênior nos provou isso. Os cronistas estavam cientes da força que aquela coluna entrelinhada da *Gazeta* lhes dava na divulgação de suas idéias. E investiram nisso, transformaram a série em um grande espaço de questionamento das instituições. Tornaram para o leitor a necessidade de mudança. Construíram no jornal de Ferreira de Araújo um espaço onde, ajudados pelo humor, eles conseguiam sistematizar suas críticas políticas. E foi a compreensão desse testemunho dado por “Balas” e seus muitos narradores o objetivo maior deste trabalho.

Bibliografia

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. Onda negra, medo branco: o negro n imaginário das elites – séc XIX, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BAHIA, Juarez. Jornal, história e técnica, 4^a. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. Os donos do Rio: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.
- BARBOSA, Rui. A imprensa e o dever da verdade, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1920.
- BELLO, Oliveira. Imprensa Nacional (1808-1908) – Apontamentos históricos, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- BILAC, Olavo. Vossa insolência – Crônicas, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. Dos Micróbios aos Mosquitos: febre amarela no Rio de Janeiro(1880-1903). Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- CÂNDIDO, A. Formação da literatura brasileira. v. 2. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.
- CARVALHO, José Murilo. A Construção da Ordem: a elite imperial; Teatro das Sombras: a política imperial. 2.ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relumé – Dumará, 1996.
- CARVALHO, José Murilo. A formação das almas: o imaginário da república do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. A. Miranda (org.) A História Contada: capítulos da história Social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHALHOUB, S. Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. Visos da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis: historiador, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- COARACY, Vivaldo. Memórias da cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.

- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal, 4^a. ed, 1999.
- COSTA, Licurgo e VIDAL, Barros. História da Evolução da imprensa brasileira, Rio de Janeiro: Imprensa Brasileira, 1940.
- EDMUNDO, Luiz. O Rio de Janeiro do meu tempo, Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- FAORO, Raimundo. Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
- FONSECA, Godim da. Biografia do jornalismo carioca (1808-1908). Rio de Janeiro: Liv. Quaresma, 1941.
- GLEDSON, J. Impostura e Realismo: uma reinterpretação de Dom Casmurro. São Paulo: Companhia Das Letras, 1991.
- GLEDSON, J. Machado de Assis: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GLEDSON, J. (org.) Bons Dias! Campinas: Ed. Unicamp/São Paulo: Hucitec, 1990.
- LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- LUSTOSA, Isabel. Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- MACHADO, Roberto (org.). Danação da Norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro : Graal, 1978.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. Arthur Azevedo e sua época. 4^a.ed., São Paulo: Lisa, 1971.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. Três panfletários do Segundo Reinado, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. A vida vertiginosa de João do Rio, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MASSA, Jean-Michel, A juventude de Machado de Assis (1839-1870). Ensaio de uma biografia Intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MENDONÇA, Joseli M. N. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição. Campinas: Ed. UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MEYER, Marlyse. “Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se faz a crônica”. In A Crônica. Campinas: Ed. da UNICAMP/Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

MURICY, Kátia. A razão cética: Machado de Assis e as questões de seu tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NABUCO, Joaquim. O Abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000.

NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império, São Paulo: Sumaré, 1995.

NEVES, Margarida de S. “Uma Escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas”. A Crônica. Campinas: Ed. da UNICAMP/Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

NEVES, Margarida de S. “História da crônica. Crônica da história” in Cronistas do Rio/ Beatriz Resende (org.) – Rio de Janeiro: José Olímpio: CCB, 1995.

PEREIRA, L. A. M. O Carnaval das Letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX, 2ª. ed. rev., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

RENAULT, Delso. O dia-a-dia no Rio de Janeiro segundo os jornais 1870-1889. Rio de Janeiro: Cia. Brasileira; Brasília: INL, 1982.

REZENDE, Beatriz. Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

RIBEIRO, Lavinia Madeira. A institucionalização do jornalismo no Brasil, tese de doutorado, março de 1998. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

RIZZINI, Carlos. O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – (1808-1822): um breve estudo geral sobre a informação, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1960.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Nas trincheiras da cura: diferentes práticas medicinais do Rio de Janeiro imperial. Campinas: fevereiro de 1995.

- SCHWARCZ, Lilia M. As Barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUSA, José Galante de. Fontes para o estudo de Machado de Assis (1857-1957). Rio de Janeiro: INL, 1958.
- SUSSEKIND, Flora. Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- SUSSEKIND, Flora. Cinematógrafo de Letras – Literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- VENTURA, Roberto. Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870 – 1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.